

Ensaio sobre a Evolução dos Sistemas Econômicos

SERGIO COURI

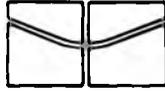


CADERNOS DA
UnB

Sergio Couri nasceu em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, em 1948. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília, para onde se transferiu, na última série acadêmica, da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Em 1978, obteve o grau de Mestre pela Universidade de Nova Iorque. Dedicou-se a pesquisas sócio-econômicas, sendo seu tema predileto a mudança econômica e social. É ainda formado em direito, inglês e francês. Lecionou "Empresas Multinacionais" na Universidade de Brasília em 1980 e foi, de 1979 a 1982, professor de Economia para candidatos ao Instituto "Rio-Branco". Diplomata de carreira, sua bagagem profissional inclui postos como Nova Iorque, na qualidade de Cônsul, Bogotá, onde chefiou os Setores Econômico e o de Promoção Comercial, e Islamabad, Varsóvia e Georgetown, nos quais foi Encarregado de Negócios. Atualmente, presta serviços ao Departamento da Europa do Itamaraty. Sergio Couri é casado e tem três filhos.

ENSAIOS SOBRE A EVOLUÇÃO DOS

SISTEMAS ECONÔMICOS



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO DIRETOR

Abílio Machado Filho
Amadeu Cury
Aristides Azevedo Pacheco Leão
Isaac Kerstenetzky
José Carlos de Almeida Azevedo, *Reitor*
José Carlos Vieira de Figueiredo
José Ephem Mindlin
José Vieira de Vasconcellos

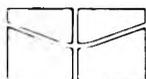
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO EDITORIAL

Afonso Arinos de Melo Franco
Antonio Paim
Arnaldo Machado Camargo Filho
Cândido Mendes de Almeida
Carlos Castello Branco
Geraldo Severo de Souza Ávila
Heitor Aquino Ferreira
Hélio Jaguaribe
Josaphat Marinho
José Francisco Paes Landim
José Honório Rodrigues
Luiz Viana Filho
Miguel Reale
Octaciano Nogueira
Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento
Vicente de Paulo Barretto

Presidente: Carlos Henrique Cardim

Ensaio sobre a Evolução dos Sistemas Econômicos

SERGIO COURI



Editora Universidade de Brasília

Com o apoio



FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Este livro ou qualquer parte dele
não pode ser reproduzido por qualquer meio
sem autorização escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70.910 – Brasília – Distrito Federal

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

EQUIPE TÉCNICA

Editores:

Lúcio Reiner, Manuel Montenegro da Cruz,
Maria Riza Batista Dutra e Maria Rosa Magalhães.

Supervisor Gráfico:

Elmano Rodrigues Pinheiro.

Supervisor de Revisão:

José Reis.

Controladores de Texto:

Alfredo Henning, Antônio Carlos Aires Maranhão,
Clarice Santos, Maria del Puy Diez de Uré Helinger,
Maria Helena Miranda, Mônica Fernandes Guimarães, Patrícia Maria Silva de Assis,
Thelma Rosane Pereira de Souza, Wilma G. Rosas Saltarelli

Ficha Catalográfica

(Elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília)

Couri, Sergio
C859e Ensaios sobre a evolução dos sistemas econô-
micos. Brasília, Editora Universidade de Brasília,
1983.

133p. ilust. (Cadernos da UnB)

330.342.001.36 330.342.14(09)

t

série

À memória de Elias.

Sumário

INTRODUÇÃO	3
PRIMEIRA PARTE OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DO CONFLITO SOCIAL: MARX E KEYNES	
CAPÍTULO:	
I. Dois Pontos de Vista sobre Crises no Capitalismo	11
II. Outros Enfoques em Teoria Econômica	21
III. Considerações Metodológico-Doutrinárias	31
IV. Filosofia Social e Ação Econômica	39
SEGUNDA PARTE AS CONTRADIÇÕES NO CAPITALISMO E NO MARXISMO	
V. O Capitalismo em Crise	49
VI. O Marxismo em Crise	61
VII. O Reformismo Capitalista	73
VIII. O Reformismo Marxista	103
CONCLUSÃO	121
Índice Remissivo	127

Errata

1. pág. 4, 1ª linha, onde se lê “subarea”, leia-se “sub-área”;
2. pág. 4, 9ª linha, onde se lê “como Marx e”, leia-se “como em Marx e”;
3. pág. 6, 12ª linha, onde se lê “de tais sociedades tem contestado pela pluralidade emergente de centro”, leia-se “de tais sociedades tem sido contestado pela pluralidade emergente de centros”;
4. pág. 6, 24ª linha, onde se lê “visa” leia-se “visa a”;
5. pág. 13, 26ª linha, onde se lê “observo”, leia-se “obverso”;
6. pág. 16, 22ª linha, onde se lê “contratadas”, leia-se “centradas”;
7. pág. 16, 27ª linha, onde se lê “que as inovações”, leia-se “que se as inovações”;
8. pág. 26, 5ª linha, onde se lê “produtivo”, leia-se “improdutivo”;
9. pág. 40, 6ª linha, onde se lê “resolver”, leia-se “a resolver”;
10. pág. 43, 24ª linha, onde se lê “(porquanto)”, leia-se “[porquanto]”;
11. pág. 49, 23ª linha, onde se lê “moderadores”, leia-se “moderados”;
12. na pág. 53, os segmentos de reta AB e CD não são paralelos. CD inclina-se mais para a direita, partindo do mesmo ponto em que está no gráfico, de modo a mostrar a ampliação da massa de mais-valia com o processo cumulativo;
13. pág. 55, 17ª linha, onde se lê “emprego, exprimindo”, leia-se “emprego –, exprimindo”;
14. pág. 60, 22ª linha, onde se lê “exportação”, leia-se “expropriação”;
15. pág. 63, 11ª linha, onde se lê “ocidental”, leia-se “oriental”;
16. pág. 63, 16ª linha, onde se lê “modernização”, leia-se “modernização de”;
17. pág. 66, 32ª linha, onde se lê “visa”, leia-se “visa a”;
18. pág. 74, 35ª linha, onde se lê “contração”, leia-se “contrição”;
19. pág. 84, 3ª linha, onde se lê “industriais”, leia-se “industriais,”;
20. pág. 84, 31ª linha, onde se lê “visava”, leia-se “visava a”;
21. pág. 86, 22ª linha, onde se lê “evidência do capitalismo”, leia-se “evidência de tender o capitalismo”;
22. pág. 94, 17ª linha, onde se lê “visando”, leia-se “visando a”;
23. pág. 102, 20ª linha, onde se lê “estruturais”, leia-se “estruturas”;
24. pág. 103, 20ª linha, onde se lê “preposições”, leia-se “proposições”;
25. pág. 123, 34ª linha, onde se lê “especimens”, leia-se “espécimes”;

Introdução

O presente livro reúne ensaios, escritos entre 1976 e 1982, que traduzem algumas inquietações em matéria de mudança econômica e social. Meu interesse pelos câmbios sócio-econômicos recua, entretanto, até poucos anos antes, quando de minha pós-graduação em economia, em Nova Iorque, e terá sido estimulado por leituras posteriores, e por vivências em países de tempos sociais díspares como o Estados Unidos, a Colômbia e o Paquistão.

O livro pretende abordar com zelo científico temas que soem ser tratados de modo mais subjetivo e polêmico do que objetivo e racional, como todos aqueles que dizem respeito à evolução dos sistemas econômicos, sociais e políticos. Há uma intenção de objetividade e de imparcialidade, e os pontos de vista emitidos têm caráter estritamente pessoal.

Como orientação para leitura, será conveniente esclarecer que o primeiro ensaio pode apresentar algumas dificuldades para o leitor não familiarizado com economia. Nesse caso, recomenda-se, como método, deixarem-se de lado os três primeiros capítulos. O leitor é, contudo, reconvidado a, concluída a leitura dos demais, retornar àqueles primeiros, pelas luzes que os temas ali discutidos lançam sobre problemas sócio-econômicos contemporâneos.

O propósito do primeiro ensaio é oferecer um estudo comparativo abrangente, embora não exaustivo, das contribuições de Marx e Keynes para a economia – teoria, metodologia e doutrina – como fundamentos econômicos necessários à compreensão da sociedade industrial. São, assim, examinadas as questões que surgem das diferenças e similaridades entre ambos, bem como os impactos de tais questões para a ação econômica.

A mais importante semelhança no pensamento de Marx e Keynes é a em que ambos viram as crises no capitalismo como provenientes de dentro do sistema, não de fatores a ele externos. De acordo com Marx, são as duas causas das crises capitalistas a não-realização do produto e a taxa de lucro decrescente, comparáveis, em Keynes, respectivamente, à insuficiência de demanda efetiva e à decrescente eficiência marginal do capital. O primeiro capítulo explora essas semelhanças, ao mesmo tempo em que focaliza as diferenças de base; demanda, acumulação e

ciclos econômicos são as três subáreas examinadas. O segundo capítulo lida com aspectos outros da teoria econômica em que Marx e Keynes podem ser cotejados, como poupança e investimento, desemprego, teoria do valor-trabalho, lucro, consumo improdutivo, taxa de juros e agregados econômicos; esse capítulo se destina a completar o arcabouço teórico do ensaio. No capítulo terceiro, metodologia e doutrina, conjugadas, são comparativamente postas em exame; a análise agregativa e a teoria monetária são incluídas como ilustrações das profundas diferenças existentes nesse campo. Os condicionamentos doutrinários de ambas as metodologias são a tônica do capítulo. Finalmente, como Marx e Keynes, eminentes pensadores sociais, as investigações teóricas, além da metodologia, suportam princípios doutrinários, são ambos objetivamente confrontados no Capítulo IV em matéria de filosofia social e ação econômica.

O ensaio oferece algumas conclusões: num estudo comparativo de Marx e Keynes, as diferenças sobressaem-se às similaridades, embora estas inegavelmente contribuam para um entendimento mais completo e mais profundo do sistema capitalista, seu funcionamento e sua dinâmica. Para ambos os pensadores, o problema essencial do capitalismo é o desenvolvimento desigual das forças produtoras e consumidoras, criando um abismo que para Keynes pode ser superado por medidas executadas dentro das regras do jogo do sistema e para Marx não. A atividade que poderia igualar tais forças, o investimento, é vista como passível de limitação, em Keynes por força de relações técnicas, em Marx, de distribuição de renda desfavorável. Keynes tem uma visão circular do problema. Enfoca-o no contexto de ciclos autocorretivos, julgados inerentes ao capitalismo. A visão de Marx é linear, no sentido de que cada autocorreção é um passo específico num processo de agravamento, também julgado inerente ao capitalismo. Na análise da insuficiência relativa do investimento, as idéias de Marx incluem algumas premissas clássicas, enquanto as de Keynes colidem com elas. Quanto à taxa de juros, ambos os autores romperam com a teoria clássica, Keynes, de modo mais inovativo. O consumo improdutivo, no marxismo, apresenta saldo desfavorável para a estabilização do sistema, enquanto em Keynes o saldo é positivo, embora levando em conta ambas as teorias os efeitos ambíguos do consumo improdutivo para a estabilização econômica. Os sistemas diferem em metodologia, sobretudo em consequência de escopos e princípios doutrinários diferentes. No que diz respeito a políticas econômicas, keynesianismo e marxismo têm, como se conhece, bases políticas opostas e irreconciliáveis, mas são afins em que alargam os horizontes da economia clássica e neoclássica e representam uma mudança necessária de economia panglossiana em ação político-econômica deliberada e responsiva voltada para a melhoria das condições econômicas da sociedade.

O interesse maior do ensaio para os rumos que tomarão as sociedades capitalistas está precisamente no diagnóstico de Keynes e de Marx sobre as crises no sistema, e nas terapias por eles sugeridas. Há em ambos o sentido da mudança. Keynes é a encarnação do reconhecimento amplo e inequívoco da década dos

trinta de que eram extintos os tempos do capitalismo liberal, e de que o sistema carecia de uma cirurgia profunda a implantar-lhe órgãos cujo centro nervoso não fosse o mercado, mas o estado. As soluções keynesianas presidiram e continuam a presidir – apesar de que os instrumentos de execução dessas soluções começam a ser superados – as correntes que preconizam uma reforma do sistema capitalista dentro de parâmetros neocapitalistas. De Marx, veio a negação do capitalismo, e a pregação de uma ordem coletivista como promotora do desenvolvimento econômico e social dos povos antes mesmo que o curso da História marcasse o epílogo do capitalismo liberal. Do confronto entre os dois sistemas de pensamento emergem questões para a reflexão: é possível reformar fundamentalmente o capitalismo? Reformado, o capitalismo pode conviver com suas contradições? A consecução de objetivos econômicos justifica a supressão das conquistas liberais? A transição, nos países marxistas, do capitalismo para o socialismo culminará no verdadeiro socialismo, e mais do que nele, no verdadeiro comunismo, onde teoricamente será restituído ao homem o liberalismo supresso na etapa de transição? São questões difíceis. Mas o fato é que o pensamento neocapitalista e o pensamento marxista são os que têm efetivamente regido as sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento no século XX. As soluções liberais relançadas nos últimos anos nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha são mero saudosismo. As soluções socialistas, bastante específicas da Europa Ocidental, partem de uma base de acumulação capitalista, e não costumam sobreviver aos momentos de crise do capitalismo, onde dão lugar a soluções radicais.

O propósito do segundo ensaio é estudar a evolução havida no mundo capitalista e no mundo socialista até o estágio em que atualmente se encontram. Nenhuma projeção é feita quanto ao futuro. Através desse estudo podem-se avaliar as transformações efetivamente havidas no capitalismo decorridos cinquenta anos de neocapitalismo, e aquelas efetivamente havidas nas sociedades marxistas decorridos mais de sessenta anos de marxismo positivado. Num e outro caso estão presentes, apesar da ausência de caráter futurista no ensaio, os vetores de ulterior evolução.

O Capítulo V concentra-se na proposição de Marx sobre a “contradição fundamental” do capitalismo e procura demonstrar a importância de tal proposição, que permite um melhor entendimento da dinâmica do desenvolvimento capitalista. A análise inclui três fenômenos frutos da “contradição fundamental” que nas modernas sociedades capitalistas são de primeira magnitude e nem sempre devidamente enfocados: a inflação como mecanismo de extração de mais-valia, o consumo improdutivo como uma das resultantes do processo de acumulação de riquezas, e a estagflação, como produto das distorções introduzidas no capitalismo pelo consumo improdutivo. Como a tornar mais agudas essas e outras conseqüências da contradição fundamental, vive a humanidade num século de massas, onde os ideais liberais de que o capitalismo é um dos frutos são contestados em nome da superposição da sociedade ao indivíduo. Esses ideais

sociais chocam-se com um sistema que, mais do que uma ideologia, é um meio de acumulação e apropriação, caracterizado pelo individualismo e pela competição. O capítulo procura, enfim, chamar a atenção para a “contradição fundamental” mostrando a atualidade dessa visão marxista nas crises do capitalismo.

O Capítulo VI se ocupa de que também o marxismo tem sua “contradição fundamental”. Trata-se das pressões no sentido do restabelecimento dos valores liberais que submergiram com o advento das sociedades coletivistas, de planejamento integral. Mostra que esse marxismo positivado cindiu-se dos princípios filosóficos do marxismo. Assim, se não há nas sociedades marxistas a estrutura de classes próprias do capitalismo, existe outra, bastante aguda. Em função dessas pressões liberalizantes e dessa estrutura de classes, o monolitismo de tais sociedades tem contestado pela pluralidade emergente de centro de pensamento e de ação marxista, os quais tendem a reaproximar o marxismo positivado de seus valores humanistas, conforme expressos pelo marxismo teórico, ou histórico. A contradição fundamental do marxismo positivado é definida como entre a socialização da produção, de um lado, e o controle estatal dos meios de produção, de outro, o que resulta em dissintonia entre as prioridades e as aspirações do proletariado e aquelas da burocracia – esta última a classe dominante – mormente quando esses resquícios estalinistas persistem após haverem os países marxistas superado a fase do *take-off*. As sociedades marxistas, enquanto sociedades industriais e de classe, padecem de algumas das distorções que Marx julgou inerentes ao capitalismo. Procura-se ver o reflexo dessas distorções no desempenho econômico dessas sociedades.

O Capítulo VII visa, em retrospectiva histórica, examinar como o capitalismo tem lidado com sua “contradição fundamental”, e, principalmente, como ela tem condicionado a evolução do sistema. Assim, a expansão colonial foi – tese desenvolvida por Lênin – o modo encontrado pelo sistema para, a partir da metade do século passado, expandir seus mercados e livrar-se das tensões provocadas pelo antagonismo de classes. Essa ordem de coisas começou a desmontar a partir da Primeira Guerra Mundial, precipitando a intervenção estatal e as primeiras medidas socializantes. Após a Segunda Grande Guerra, o capitalismo instituiu uma nova ordem, onde ao colonialismo se sucederam a tentativa de restauração do liberalismo no comércio internacional, a transferência de capitais dos países onde são excedentes para aqueles onde são escassos, através de mecanismos bilaterais e multilaterais, e o transnacionalismo econômico. Essa ordem, que produziu frutos durante os anos cinqüenta e sessenta, entrou em fase crítica a partir de 1973, com o endividamento excessivo dos países periféricos do sistema, a recessão internacional, que refreou o comércio e determinou o retorno às práticas protecionistas, e a estagnação, fenômeno até então praticamente desconhecido.

O Capítulo VIII tenta examinar como se têm materializado as pressões liberalizantes nas sociedades marxistas, também em retrospectiva histórica. As

diversas cisões dentro do marxismo, como o eurocomunismo, a autogestão, os acontecimentos recentes na Polônia e os mais remotos na Hungria e, principalmente, na Tchecoslováquia, assim como as reivindicações em favor dos direitos civis e humanos, da separação entre partido e governo, da liberdade sindical, das vias nacionais ao socialismo, da descentralização econômica e de uma parcimoniosa reabilitação da economia de mercado e da propriedade privada são sublinhadas como os principais fenômenos liberalizantes. O Capítulo termina com uma pequena discussão em torno da tese marxista de que tais pressões nada mais seriam do que resquícios de liberalismo impossíveis de se extirparem numa fase de transição do capitalismo para o socialismo, os quais se diluiriam automaticamente com o advento do próprio socialismo. Antes, são elas vistas como o resultado do processo histórico de construção do socialismo, e um requisito para tanto, conforme vem demonstrando, mais e mais, o número de concessões nesse terreno que os governos marxistas são obrigados a fazer.

O interesse da segunda parte do livro é o contraste entre as pressões socializantes que o capitalismo vem sofrendo ao longo do tempo com as pressões liberalizantes que começaram a pipocar no marxismo a partir de 1948. Tais pressões prenunciam transformações em profundidade que ambos os sistemas sofrerão num futuro que certamente não está próximo. Que tipo de sistema emergirá num e noutro caso não é tarefa para o presente livro. Mas os elementos da mudança sobressaem com a análise e com a crítica, e sugerem um enfoque doutrinário de caráter *liberal-social*.

PRIMEIRA PARTE

**OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DO CONFLITO
SOCIAL: MARX E KEYNES**

Capítulo I

Dois Pontos de Vista sobre Crises no Capitalismo

Talvez o melhor ponto de partida para o estudo das semelhanças existentes nas teorias econômicas de Marx e Keynes seja caracterizar que eles mostram, respectivamente, como extração de mais-valia e baixa propensão a consumir determinam uma tendência crônica da demanda a situar-se aquém da capacidade produtiva da indústria. Em Marx, a idéia é expressa através do mecanismo da *irrealização*: a mecânica do capitalismo reduz mais e mais o poder aquisitivo dos consumidores de modo a aumentar a massa de mais-valia, criando, portanto, um lapso entre oferta e demanda que somente é preenchido por investimento adicional, sendo, assim, constante acumulação um requisito para a estabilidade do sistema. Em Keynes, a demanda efetiva torna-se insuficiente à medida em que a renda aumenta, uma vez que as classes que mais a apropriam revelam propensão sempre crescente a poupar. Assim, embora o consumo aumente, não o faz na mesma proporção que a renda, e Keynes, como Marx, vê no investimento a solução do problema.

Marx desenvolveu uma teoria de demanda efetiva, mas não a apresentou de forma seqüencial. Passagens esclarecedoras de seus pontos de vista sobre subconsumo são encontradas aqui e acolá ao longo de seus trabalhos. Tais trechos procuram demonstrar como as relações sociais no capitalismo implicam restrição do consumo ao mesmo tempo em que motivam os capitalistas a perseguirem uma expansão irrestrita do produto, da mais-valia e do capital. A produção de mercadorias, para Marx, é também a produção de mais-valia, que terá de ser *realizada* em termos monetários através das vendas. Se tal não ocorrer, ou ocorrer apenas parcialmente, ou a preços inferiores aos custos de produção, o capitalismo se verá em apuros. O fracasso em *realizar* a mais-valia é consequência lógica de sua produção, já que esta é viabilizada por “condições antagonísticas de distribuição, que reduzem o consumo da maior parte da sociedade a um mínimo que varia dentro de limites mais ou menos estreitos”¹.

A explicação subconsumista das crises, por Marx, é, pois, baseada numa tendência inerente ao capitalismo a expandir a oferta mais rapidamente que a demanda e a desenvolver o poder produtivo da economia ao mesmo tempo em

que empobrece as massas, tornando-se o poder absoluto de consumo da sociedade o limite de ulterior expansão. A taxa de crescimento do consumo declina relativamente à taxa de crescimento dos meios de produção também porque, na análise marxista, o incremento dos salários se dá em proporção decrescente da acumulação total. Os capitalistas aumentam continuamente a diferença entre trabalho necessário e trabalho excedente, isto é, o número de horas em que os trabalhadores trabalham para si próprios e o número de horas em que trabalham para a acumulação capitalista. Tal objetivo foi originariamente atingido pelo encurtamento do dia de trabalho, e subseqüentemente pela intensificação do trabalho por unidade de tempo, através da utilização de máquinas. Dessa maneira, os trabalhadores, ao longo dos anos, vêm adicionado ao valor total do produto muito mais, numa dada unidade de tempo, do que recebem em benefícios salariais.

Uma vez que a acumulação é “compulsória”, em virtude de fatores como os aperfeiçoamentos constantes das técnicas de produção, a depreciação do capital existente, a competição e o desejo de autopreservação, que acarretam para o capitalista a necessidade de melhorar o produto e expandir a escala de produção, as contradições internas agravam-se à medida em que o poder produtivo se desenvolve, e o consumo das massas torna-se mais e mais restrito. Marx prediz uma interrupção da atividade produtiva que pode resultar do insucesso capitalista, ou de uma demanda insuficiente para bens de consumo, igualmente provocando depressão. É a isso que Marx se refere como:

as contradições fundamentais do capitalismo: a produção carece inteiramente de objetivo a menos que dirigida para uma finalidade definida de consumo, mas o capitalismo procura expandir a produção sem qualquer referência ao consumo que, tão-somente, lhe pode emprestar significado (...) de um lado, poder produtivo irrestrito e aumento de riqueza que, ao mesmo tempo, consiste de mercadorias e deve ser transformada em moeda; de outro, como um alicerce, a limitação do consumo da massa de produtores aos meios necessários de subsistência².

É nesse ponto que as idéias consumistas de Marx interceptam as de Keynes. Este também percebeu que demanda insuficiente é uma restrição ao aumento da produção e do emprego, e elaborou um modo de atingir-se o pleno-emprego baseado no estímulo à demanda. Para Marx, contudo, a insuficiência da demanda assume a citada forma de *irrealização*, enquanto, para Keynes, a insuficiência da demanda efetiva é também o resultado de fator psicológico associado ao nível de renda e distribuição: “A lei psicológica fundamental, da qual estamos autorizados a depender tanto *a priori*, por nosso conhecimento da natureza humana, como pelos fatos detalhados da experiência, é que os homens estão dispostos, como regra geral e em média, a aumentar seu consumo na medida em que suas rendas

aumentam, mas não tanto quanto o aumento em suas rendas”³, ou seja, a elasticidade-renda do consumo, positiva embora, é inferior à unidade. Ele atribui especial importância aos períodos de curta duração, em que o homem não dispõe de “tempo suficiente” para adaptar seu padrão de consumo às novas circunstâncias, ou o fará imperfeitamente. O homem é acostumado a poupar a diferença entre sua renda *real* e seu consumo *habitual*. Portanto, renda ascendente será seguida de poupança ascendente, renda decrescente de poupança decrescente. Também em períodos longos um nível de renda mais alto ampliará a diferença entre renda e consumo. Nesse caso, o argumento sustenta-se sobre o fato de que a utilidade marginal do consumo extra é menor, se comparada com a da escala de consumo original; portanto, com o aumento da renda, volume maior de unidades monetárias deverá ser poupado. A mesma lei aplica-se à renda descendente, quando o consumo decresce em quantidade menor do que renda e poupança. Em vista dessa lei, Keynes ensinou que o emprego somente pode aumentar *pari passu* com o investimento, exceto no caso de alterações na propensão a consumir. Uma vez que a oferta agregada ascendente que deriva do emprego adicional será maior do que as necessidades de consumo adicional também derivadas do nível de emprego ampliado, este “revelar-se-á não lucrativo a menos que ocorra aumento no investimento para preencher o espaço”⁴.

Está implícito nesse argumento que os padrões correntes de distribuição de renda são responsáveis, numa análise primária, por tal subconsumo. Pois as classes com menor nível de renda terão maior propensão a poupar. Nisso reside a ironia: aqueles que têm dinheiro não desejam consumir e aqueles que desejam consumir não têm dinheiro. Alexander observa que “a forma institucional fundamental de comportamento em Keynes, expressa pela propensão a consumir, ou por seu observo, a propensão a poupar, corresponde ao conceito de Marx do capitalista como caracteristicamente um acumulador de capital”⁵.

Marx e Keynes mostram que há limites ao investimento adicional, o que estabelece alguns paralelos entre a taxa de lucro decrescente, de um, e a eficiência marginal decrescente do capital, de outro. Alexander observa que “Ambos os sistemas dependem da queda da atratividade do investimento como depressor do produto total”⁶. Elemento básico no marxismo é a composição orgânica do capital, ou o grau de participação ascendente do capital constante (como Marx denomina o que para a economia ortodoxa é pura e simplesmente capital) no capital total em decorrência de inovações técnicas que dispensam mão-de-obra. De acordo com Marx, tais aumentos provocam um declínio na taxa de lucro, o que atrofia o investimento. No sistema keynesiano, o argumento pode ser demonstrado por intermédio do comportamento da escala de eficiência marginal do capital. Tal escala é também a da demanda de fundos para investimento, e reflete a visão keynesiana, decorrente de uma base teórica, mas não empírica, inteiramente diferente da de Marx. A escala cai com o montante de investimentos, em consequência da lei dos rendimentos marginais decrescentes (no marxismo, os lucros

caem à medida em que o investimento introdutório de inovações substituidoras de mão-de-obra têm lugar). Os limites são estabelecidos pelo ponto em que a eficiência marginal do capital se iguala à taxa de juros, que governa a oferta de capital líquido.

Qual é a cadeia de acontecimentos que podem conduzir a uma crise via queda na taxa de lucros? De modo a compreender o fenômeno, deve-se ter em mente que a composição orgânica do capital, “q”, é uma razão produzida pela fórmula $\frac{c}{c+v}$ onde “c” representa o capital constante e “v” o capital variável (como Marx denominou o trabalho). É uma medida da mecanização de uma dada economia, indústria ou simples fábrica. É necessário igualmente definir a taxa de lucro “p”, produzida por $\frac{s}{c+v}$, onde “s” representa a mais-valia. Ambas as razões podem associar-se para determinar que a taxa de lucro é uma função da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital, como segue:

$$p = \frac{s}{c+v} = \frac{sv}{v(c+v)} = \frac{sc + sv - sc}{v(c+v)} = \frac{s(c+v) - sc}{v(s+v)} = \frac{s(c+v)}{v(s+v)} - \frac{sc}{v(s+v)} = \frac{s}{v} - \frac{s}{v} \cdot \frac{c}{c+v} = s' (1 - q).$$

Inferese, portanto, que o comportamento da taxa de lucro dependerá do comportamento *conjunto* da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital. Aí o problema surge: a competição no capitalismo faz que o capitalista que emprega os métodos técnicos mais avançados e eficientes receba maiores quantidades de mais-valia. A luta pelo aperfeiçoamento requer cada vez mais recursos de capital e torna obsoletos os meios de produção existentes; assim, com a acumulação, sobrevém uma tendência ao crescimento da composição orgânica do capital. Simultaneamente, ocorre aumento na demanda de mão-de-obra, com aumento conseqüente nos preços. Portanto, ambas as variáveis na equação do lucro comportam-se de modo a deprimir a taxa de lucro. Na verdade, se os salários irão aumentar, ou não, dependerá de se os requisitos de capitalização crescente excederão o aumento da mão-de-obra. É essa a hipótese considerada válida a longo prazo; a taxa de acumulação cresce continuamente, o que exaure o “exército de reserva industrial de desempregados”. Quando o desfalque no “exército” ultrapassa certo ponto, os salários aumentam, a mais-valia e os lucros diminuem, uma parte menor da renda é capitalizada e a acumulação se processa a um ritmo menor. Tal crise conduzirá o sistema a um novo, mas enganoso, nível de estabilização. Pois, sempre que se verificam aumento nos preços da mão-de-obra, inovações substituidoras de mão-de-obra ocorrem e recompõem o “exército de reserva industrial”. E aí está o engano; tais inovações significam aumento na composição orgânica do capital, o que deprime a taxa de lucros. Além disso, a tecnologia substituidora de mão-de-obra restabelece o antigo ritmo da acumula-

ção de capital e de um novo movimento em direção à subida dos salários. Ela apenas pavimenta o caminho para uma nova crise. Marx afirmou que a barreira do modo de produção capitalista se torna aparente no fato de que “o desenvolvimento da produtividade do trabalho estabelece, a partir da queda da taxa de lucro, uma lei que em determinado momento se põe em conflito antagonístico com esse desenvolvimento e deve ser superado constantemente através de crises”⁷.

A eficiência marginal do capital é definida por Keynes como a “taxa de desconto que tornaria o valor atual de uma série de anuidades dadas pelos retornos esperados dos bens de capital durante sua vida exatamente igual a seu preço de oferta”⁸. No caso de constante propensão marginal ao rendimento e de uma taxa de juros variável, a alteração dessa última taxa afeta a atratividade de produzirem-se bens de capital, o que desestabiliza a taxa de investimento relativamente à de poupança, e por sua vez oprime a taxa de lucro para os produtores de bens de consumo. Isso faz com que os empresários modifiquem o nível médio de suas ofertas aos fatores de produção e, portanto, finalmente atinjam o objetivo último de mudar o nível das rendas monetárias. A eficiência marginal do capital, na ausência de outras ocorrências, é restaurada pela obsolescência do capital fixo existente, que determina um limite para a taxa à qual a oferta total pode ser diminuída. Uma vez que tipos diferentes de capital fixo serão desigualmente afetados, em virtude de diferenças nas elasticidades de suas demandas, a taxa real máxima de queda será fixada dentro de limites ainda mais estreitos.

Na análise keynesiana, existe a idéia de que, exceto por variações de curto prazo nas expectativas, o declínio da eficiência marginal do capital deriva de relações tecnológicas mais do que de mudanças na distribuição de renda. Ao aspecto distributivo da questão foi atribuído papel importante por Marx. A queda na taxa de lucro é por ele vista como o resultado do continuamente restringido poder aquisitivo dos consumidores. Marx ironizou: “Aqueles economistas, portanto, que, como Ricardo, olham o modo de produção capitalista como absoluto, sentem nesse ponto que ele próprio cria uma barreira e por tal motivo atribuem a barreira (na teoria da renda) à natureza, não à produção”⁹. Outra abordagem exclusivamente marxista ao problema é a queda na taxa de lucro devida ao próprio deslocamento de mão-de-obra motivado pelas inovações que dispensam mão-de-obra.

Alguns economistas indicaram que existe uma espécie de análise de eficiência marginal do capital embutida na teoria marxista da taxa de lucro decrescente e mesmo nas crises de *realização*. A analogia não parecerá absurda se, se levar em conta que em ambos os casos o que está em evidência é uma exaustão da oportunidade para a utilização de bens de capital, ou, em outras palavras, da atratividade de investimento. Na linguagem keynesiana, Marx diria que a escala da eficiência marginal do capital e da propensão a consumir não são funções independentes, mas, ao invés, existe uma correlação positiva entre elas: a eficiência

marginal do capital é função da propensão a consumir, propensão maior a consumir levando a maior eficiência marginal do capital e vice-versa. Em verdade, a acumulação somente poderá gerar bens sem uma taxa de lucro decrescente em face de um mercado maior para os bens de consumo. Mas se tal acumulação, ocorrer, diria Marx, a renda será necessariamente distribuída de modo a desencorajar o aumento do consumo.

Marx, também, não desprezou os aspectos tecnológicos do problema, visto que relacionou a queda na taxa de lucro com aumentos na composição orgânica do capital. Escreveu: “A taxa de lucro não afunda porque o trabalhador é menos explorado, mas porque geralmente menos mão-de-obra é empregada em proporção ao capital empregado”¹⁰. Nem negligenciou o lado do problema referente a salários e emprego. Seu modo de ver a questão não é inconsistente com o de Keynes em que, diminuídos os encargos salariais, os empresários expandem o emprego com um aumento na eficiência marginal do capital devido a custos de capital e de mão-de-obra reduzidos; o investimento então aumenta, o que possibilita a manutenção da oferta de emprego adicional; o emprego aumentará mais do que proporcionalmente ao capital de modo que os salários reais serão menores do que eram antes da queda nos salários monetários.

Enquanto a eficiência marginal do capital como uma construção econômica e seu uso como termômetro dos ciclos econômicos foram definitivamente incorporados à teoria econômica, a noção de taxa de lucro decrescente e as previsões nela contratadas vêm sendo argüidas tanto em bases teóricas quanto empíricas, para não citar as doutrinárias. As objeções fundamentam-se na dificuldade de estabelecer-se um consenso sobre quais das variáveis independentes da equação do lucro cresce mais depressa, se “s”, a taxa da mais-valia, ou “q”, a composição orgânica do capital, particularmente porque as variáveis são interdependentes. É também claro que as inovações substituidoras de mão-de-obra elevam a composição orgânica do capital e assim deprimem a taxa de lucro, elas também aumentarão o “exército de reserva de desempregados” e terminarão por provocar uma queda nos salários, e um aumento da mais-valia.

Marx é criticado por sua pressuposição de que a composição orgânica do capital se eleva enquanto a taxa de mais-valia permanece constante. Se, de um lado, é evidente que as inovações substituidoras de mão-de-obra aumentam a composição orgânica do capital e, desse modo, influenciam negativamente a taxa de lucro, por outro lado, ao aumentar a produtividade da força de trabalho empregada, elas diminuem o número de horas que os trabalhadores trabalham para si próprios: o número de horas que eles trabalham para os capitalistas aumentará juntamente com a quantidade de mais-valia. Nada garante que um aumento na composição orgânica do capital será necessariamente maior do que a taxa da mais-valia, destarte deprimindo a taxa de lucro. Além do mais, a evolução do capitalismo criou mecanismos diferentes daqueles que Marx tinha em considera-

ção tanto para deprimir como para elevar a taxa de lucro, como, de um lado, sindicatos e legislação social, e, de outro, as organizações de empregadores, a exportação de bens e de capital, a formação de monopólios e a ação estatal em benefício do capital (como os incentivos fiscais). Marx não deixou de discernir causas que contrabalançam a lei da queda da taxa de lucro. Algumas delas, como a extensão da jornada de trabalho e a fixação do nível de salários aquém dos níveis de subsistência, não mais se revestem de importância nos tempos atuais, de sindicatos e legislação trabalhista. Entre as causas que contrabalançam, achadas por Marx, o barateamento dos elementos do capital constante no decorrer do processo acumulativo é de primordial importância. Pois, embora o volume de maquinaria aumente, seu valor aumenta a uma taxa menor do que sua quantidade física. Também as importações desempenham papel importante na sustentação da taxa de lucro, uma vez que tornam possível a aquisição de mercadorias mais baratas no exterior, outra vez barateando os elementos do capital constante e das mercadorias pelas quais o trabalho variável é trocado, o que eleva a taxa da mais-valia.

Não obstante, como Ronald Meek esclarece, Marx não negligenciou o fato de que aumentos na composição orgânica do capital fazem que se eleve a produtividade e, conseqüentemente, também a taxa de lucro. O que Marx disse foi: “Na verdade (...) a taxa de lucro declinará a longo prazo”¹¹, embora admitindo que “a tendência da taxa de lucro a cair está relacionada a uma tendência da taxa de mais-valia a crescer”¹². Marx argumentou que: “A taxa de lucro não diminui porque o trabalho se torna menos produtivo, mas porque se torna mais produtivo. Tanto o aumento na taxa da mais-valia como a queda na taxa de lucro nada mais são do que formas específicas através das quais a crescente produtividade do trabalho é expressa sob o capitalismo”¹³. Mas ele argumenta que a “compensação do número reduzido de trabalhadores através da intensificação do grau de exploração tem certos limites intransponíveis”¹⁴. Quais são eles? Marx afirmou que: “A compensação de um decréscimo do número de trabalhadores empregados, ou da quantidade de capital variável adiantado, por uma elevação da taxa de mais-valia ou por um prolongamento da jornada de trabalho tem limites insuperáveis, pois (...) o valor total que um trabalhador pode produzir, dia após dia, é sempre menor que o valor no qual vinte e quatro horas estão incorporados”¹⁵. Mesmo uma parte maior não paga da menor quantidade total de trabalho recém-adicionado é menor que a parte não paga a uma alíquota menor da quantidade anteriormente maior”¹⁶. E em sua exposição das contradições internas da lei, Marx esclareceu: “Dois trabalhadores, cada um trabalhando doze horas diariamente, não podem produzir a mesma massa de mais-valia do que vinte e quatro que trabalhem apenas duas horas, mesmo que pudessem viver de brisa e portanto não tivessem absolutamente de trabalhar para si próprios”¹⁷. Na medida em que a composição orgânica do capital aumenta, menos trabalhadores do que antes serão empregados a uma dada quantidade de capital, e, mesmo que a taxa de mais-valia aumente consideravelmente, a massa total de mais-valia que aquele capital rende deve necessariamente cair para abaixo do nível original.

Abordagens mais recentes e particularmente esclarecedoras sobre o comportamento da taxa de lucro foram lançadas por James Becker. Seu ponto é que “tem havido mudanças na composição da classe dominante, de um lado, e da classe trabalhadora, de outro, significativas para a compreensão, e, desse modo, para a alteração do *modus operandi* do capitalismo”¹⁸. Tem havido modificações do modo de produção, “tanto dentro das classes produtora e dominante como entre esses organismos primários”¹⁹. Ele está-se referindo ao desenvolvimento da acumulação administrativa e do estabelecimento circulatório: “Do ponto de vista técnico e econômico, as máquinas e instrumentos preponderantes são administrativos mais que industriais em seu caráter (...). O capital hoje em dia acha suas oportunidades mais aceitáveis e, de seu ponto de vista, mais válidas na área das operações circulatórias”²⁰. Uma vez que a circulação é o reino no qual operações vitais como a apropriação da mais-valia e sua conversão em lucro são realizadas, todo um aparato administrativo tem sido empregado a serviço da atividade circulatória. O capital vem de longa data empregando inovações científicas no campo administrativo para uso circulatório. Inovações como processamento de dados, registros, avião a jato, cibernética, banco de dados, serviço de telefonia, vídeo-tape etc., revolucionaram a administração e a apropriação. Tal acumulação administrativa dá origem a novos contingentes de trabalho especializado voltados para a produção e operação da tecnologia administrativa. A redução do uso de capital variável introduzida pelas inovações substituidoras de mão-de-obra tornou possível a ampliação relativa de pessoal empregado em departamentos circulatórios como comércio, finanças e governo, não somente por sua utilidade técnica mas também pela lucratividade do emprego. Assim, o estabelecimento circulatório, ao absorver parte do “exército de reserva industrial de desempregados”, ajuda a retardar as crises derivadas de deficiências de *realização*.

Contudo, Becker mantém que, a longo prazo, a mesma lei capitalista que se aplicou ao trabalho industrial influenciará o trabalho administrativo, na medida em que, nesse terreno, um aumento similar no valor da composição orgânica do capital ocorrerá, liberando uma parcela da população crescente que historicamente achou seu emprego na expansão do estabelecimento circulatório-administrativo. Segundo Becker, o desemprego de colarinho branco e as tensões às quais dá margem são sintomas de uma taxa de acumulação declinante e de uma crescente composição, em valor, dos capitais administrativos. Se, a princípio, essas novas atividades, ao estimularem simultaneamente a demanda e baixarem a taxa de crescimento, suavizam o problema da *realização*, destarte tornando o investimento improdutivo em “trabalho” circulatório o canal preferido para o capital de risco, mais tarde essas novas atividades causam uma queda na taxa de lucro e um aumento no “exército de reserva industrial”, conseqüentemente agravando as tensões políticas e sociais. Além disso, a expansão da superestrutura circulatória processou-se tão rápida e impiedosamente que o consumo improdutivo que ela representa mina a base industrial. Mas, principalmente, o aparecimento de trabalho administrativo apenas significa que as contradições do capitalismo

atingiram um extremo; trabalho administrativo e industrial são o mesmo trabalho, explorado pela classe dominante e seu segmento executivo, os gerentes. O trabalho administrativo não é parte da classe gerencial mas sobretudo parte da classe trabalhadora, que emerge como parte da fase gerencial do investimento capitalista. Como Becker vê a questão, com o aparecimento do segmento gerencial da classe dominante, junto com sua antítese, o trabalho administrativo, a estrutura de classes do capitalismo moderno atinge o limite máximo de seu desenvolvimento econômico e político.

As teses de Marx sobre *realização* e sua teoria da taxa de lucro decrescente comparam-se à teoria keynesiana dos ciclos econômicos. Sweezy observou que:

a concepção do ciclo econômico que emerge da análise de Marx da acumulação de capital é uma que é, pelo menos em princípio, aceitável para a economia política não-marxista. De fato, é provavelmente seguro afirmar que não existe um único elemento importante nessa teoria que não encontre seu lugar em alguma ou mais das muitas teorias do ciclo econômico, elaboradas por economistas nas últimas três ou quatro décadas. Flutuações na taxa de investimento, escassez de trabalho, desajustamento entre salários e preços de venda, tudo isso é familiar aos estudiosos do problema do ciclo, embora, naturalmente, a ênfase varie de teoria para teoria. Mesmo a idéia de que o ciclo econômico é a forma inevitável de desenvolvimento do capital, é largamente aceita²¹.

Contudo, essa afirmação necessita ser qualificada. Para Marx, o ciclo, com seus períodos de alta pressão, crises e estagnação, depende da formação, taxa de absorção e reformação do “exército de reserva industrial”, constante transformação de parte da população trabalhadora em desempregados. O ciclo econômico é, então, o modo específico de desenvolvimento capitalista e as crises o ponto de inflexão do ciclo, tendo como causas encadeadas a taxa de acumulação, o volume de emprego, o nível de salários e a taxa de lucros. Em Keynes, a dinâmica do sistema capitalista é associada a variações na eficiência marginal do capital e transmite uma noção de circularidade em oposição à linearidade da dinâmica capitalista na análise marxista. “Nós não queremos apenas dizer por movimento cíclico – escreveu Keynes – que as tendências ascendentes e descendentes, uma vez iniciadas, não persistem para sempre na mesma direção mas são finalmente revertidas. Entendemos também que existe algum grau reconhecível de regularidade na seqüência temporal e na duração do movimento para cima e para baixo.”²² A noção fundamental nessa circularidade é o movimento pendular da eficiência marginal do capital, no qual o investimento sempre se recupera. Na visão de Marx, a dinâmica do capitalismo é tal que cada recuperação de uma crise apenas será o caminho para uma nova crise. A idéia de linearidade e direção é acentuada, por exemplo, pela noção fundamental da existência de crescentes contradições entre a perseguição da mais-valia e a *realização* do produto.

Joan Robinson mantém que “é um erro”²³ a identificação entre o ciclo econômico de Marx e o de Keynes, porque as crises nos ciclos são marcadas por um declínio do produto total e em lugar nenhum na análise marxista o produto declina. Na teoria marxista das crises, quando o estoque de capital em relação à força de trabalho empregada aumenta, a margem de desemprego é reduzida e os salários aumentam; o excedente em consequência declina, desse modo desacelerando a taxa de acumulação. O “exército de reserva” cresce, enquanto as inovações substituem mão-de-obra. O desemprego aumenta e os salários caem novamente. Efetivamente, diz ela, sobrevém uma desaceleração no ritmo de criação de produto, mas não em volume corrente de produto, o que é essencial na depressão decenal de Keynes. É essa uma distinção bastante plausível, embora não suficientemente forte para apoiar seu argumento de que as crises no capitalismo, conforme vistas por Keynes e Marx, pertencem a dois mundos diferentes. Se, no caso acima, as crises surgem porque os salários em elevação diminuem o excedente, fazendo declinar a taxa de lucro, as crises do tipo da de *realização* surgem porque os salários em descenso diminuem a demanda efetiva, o que *pode* fazer declinar o volume do produto. Mas as crises decorrentes de *irrealização* e da taxa de lucro declinante são dois lados, inevitáveis, da mesma moeda. Aliás, a demanda efetiva está implícita na teoria de Marx e a indução a investir, embora lei psicotecnológica, dela não está totalmente ausente, uma vez que a *irrealização* de mais-valia ou a queda na taxa de lucro conduzem a idênticas conseqüências.

Joan Robinson também sustenta que o ciclo de Marx é muito mais longo do que o decenal, uma vez que o primeiro depende de mudanças no estoque de capital e em sua composição, que são lentas em comparação com as variações na taxa de investimento que caracterizam o ciclo econômico keynesiano. Na verdade, o ciclo em si não é importante em Marx, uma vez que ele é sempre superado seja por inovações substituidoras de mão-de-obra seja por salários ascendentes. O importante é que o próprio mecanismo para suplantar a crise agrava as contradições do capitalismo. Reduções temporárias no produto, na taxa de investimento ou no emprego são relevantes pela direção que imprimem ao sistema, não pelas oscilações do sistema. Nesse sentido, o ciclo keynesiano é de curto prazo, enquanto as crises marxistas, em sua relevância, não se medem nem por curto nem por longo prazo. Contudo, os fenômenos em observação são essencialmente os mesmos. Distinções tais que se no marxismo a redução do investimento deriva de contração na oferta de fundos disponíveis, ou, como em Keynes, da indução psicológica a investir, são de importância secundária. Idênticos elementos de crise estão em Keynes e em Marx, embora as linhas de raciocínio e abordagem não sejam as mesmas.

Capítulo II

Outros Enfoques em Teoria Econômica

Daquilo que foi discutido sobre taxa de lucros decrescente e eficiência marginal do capital decrescente, deve-se ressaltar que a proposição de Keynes de que a poupança refreará a demanda efetiva a menos que exista investimento correspondente está também em Marx. Keynes, na *General Theory*, nega peremptoriamente que a poupança por si só promova acumulação de capital. Mostra que um aumento na propensão a poupar se reflete numa redução do gasto em bens de consumo. Isso reduz a renda e a lucratividade desses bens; encontra-se então que a taxa de investimentos não depende da quantidade de poupança desejada pela comunidade, mas de expectativas quanto à eficiência marginal do investimento extra. Além do mais, aqueles que pouparam e aqueles que investem não são as mesmas pessoas. Marx, por sua vez, escreveu: “Nada pode ser mais infantil do que o dogma de que, porque cada venda é uma compra e cada compra uma venda, a circulação de mercadorias necessariamente implica equilíbrio entre vendas e compras (...). Ninguém pode vender a menos que alguém mais compre. Mas ninguém é instantaneamente obrigado a comprar, simplesmente porque vendeu (...). Se o divórcio entre a venda e a compra se torna por demais pronunciado, a íntima conexão entre eles, sua unidade, se reafirma produzindo uma crise”²⁴. Marx, portanto, também admitiu a existência de um divórcio entre decisão de poupar e decisão de investir.

Contudo, Keynes e Marx acharam motivações diferentes para a poupança. Para o primeiro, tal motivação reside no propósito especulativo, ou no precaucionário, ou ainda no especulativo. Marx, a despeito de sua descrença na lei de Say, pressupôs que o capitalista poupava porque queria investir, de modo a adquirir mais meios de produção. Para Marx, a motivação a investir era, assim, governada pela quantidade de mais-valia que o capitalista conseguia extrair do sistema, ou seja, a taxa de poupança dobre o lucro. Para Keynes, a quantidade de investimento é governada pela indução a investir, em outras palavras, expectativas de lucros. Ele distinguiu entre dois aspectos da acumulação: poupar, como restrição ao consumo, e investir, como a ação de aumentar o estoque de capital.

A análise mais sofisticada de Keynes nesse terreno separou três situações típicas, conforme a poupança fosse maior que, igual a, ou menor que o

investimento. No primeiro caso, como ele explicou no *Treatise on Money*, quando a poupança é maior que o investimento, os preços caem e o nível de consumo será, portanto, mantido pelo aumento resultante no poder aquisitivo dos não-poupadores. Os produtores de bens de consumo, que venderam seu produto a um preço menor, terão assim transferido renda aos consumidores. Quando a poupança iguala o investimento, o efeito que aquela causa, de baixa dos preços, se anulará com os preços em ascensão resultantes do investimento ou com o consumo de fatores de produção adicionais. Finalmente, se a poupança é menor que o investimento, as despesas dos consumidores aumentarão relativamente ao produto disponível, com conseqüente alta dos preços e abstenções involuntárias como resultado do poder aquisitivo declinante dos consumidores. Logo, o aumento ou a diminuição de capital depende da quantidade de investimentos e, não, da quantidade de poupança. “Um ato de poupança por um indivíduo pode resultar ou em maior investimento ou em maior consumo pelos indivíduos que formam o restante da comunidade. A realização do ato de poupar não é em si mesmo garantia de que o estoque de bens de capital será correspondentemente aumentado.”²⁵ Na *Teoria Geral*, ele torna seu argumento mais completo, explicando a expectativa através da demanda efetiva. Esclarece que tais condições existirão se lucros crescentes forem esperados da contratação de novos equipamentos e de emprego. Conforme ele coloca, referindo-se à última das três hipóteses, “a expectativa de um maior excesso do Investimento sobre a Poupança, dado o anterior volume de emprego e produto, induzirá os empresários a aumentarem o volume do emprego e do produto”²⁶. Isto é, o volume do emprego é determinado pela demanda efetiva, sendo o aumento estimado de investimento sobre a poupança um critério para um aumento da demanda estimada.

Na *Teoria Geral*, Keynes analisa outro aspecto da inter-relação entre poupança e investimento, muito mais relevante para a teoria econômica. Ele diz: “A poupança agregada é governada pelo investimento agregado”²⁷, com o que quer significar que qualquer variação no investimento será seguida de uma variação na poupança igual em direção e magnitude à primeira (em termos de estática comparativa). O mecanismo é bastante simples: partindo-se do pressuposto de que a poupança é uma função da renda, qualquer ampliação no investimento, ao aumentar a renda, aumentará igualmente a quantidade de poupança, até que esta se iguale ao investimento. Nesse ponto o equilíbrio será alcançado e nenhum aumento adicional ocorrerá. Da mesma forma, qualquer queda no investimento, ao provocar uma queda na renda, fará que a poupança decline. Portanto, o equilíbrio, contrariamente ao que a teoria clássica mantém, pode existir em diferentes níveis de emprego. Além desse ponto, qualquer acréscimo no investimento conduzirá à inflação, qualquer decréscimo, à deflação. Esse mecanismo constitui a base da política keynesiana para impulsionar a economia em direção ao pleno emprego. Essa ordem causal entre investimento e poupança explica porque Keynes tão veementemente tornou claro que ele não concordava com as teorias sobre excesso de poupança, que mantêm que a distribuição de renda existente leva

a um grande volume de poupança, o que por sua vez leva a um excesso de investimento e a uma produção de bens de consumo demasiado grande e a crises. Pois, na teoria keynesiana, é precisamente um grande volume de poupança que *não* conduz a um volume de investimento correspondentemente grande a origem do problema.

A esse respeito, Marx diria que o investimento maciço não redime o sistema de crises mas, pelo contrário, torna-as mais agudas a longo prazo, visto que, em adição à tendência a uma queda na taxa de lucro, o investimento adicional é somente possibilitado pela depressão do poder aquisitivo das massas, o que caracteriza um excesso de investimentos prejudicial, ou excesso de poupança no sentido de Hobson e em oposição ao pensamento keynesiano; uma tendência à falta de *realização* do produto ou à demanda insuficiente necessariamente prevalecerá.

As explicações keynesiana e marxista para o fenômeno do desemprego e do subemprego fluem naturalmente do conceito keynesiano de eficiência marginal do capital e do conceito marxista de taxa de lucro decrescente. A teoria clássica pressupôs ser o pleno emprego a situação normal numa economia de *laissez-faire*, pois, uma vez que “a oferta cria sua própria demanda”, o produto sobe automaticamente até o nível do pleno emprego, para o que a flexibilidade de salários nominais era uma premissa aceita. Keynes provou que com a eficiência marginal do capital estabelecendo uma barreira natural ao investimento, a expansão do produto até o limite do pleno emprego, embora possível, não era o caso normal. Níveis menores de renda ocorrem, compatíveis com o equilíbrio de subemprego. Além do mais, a flexibilidade dos salários nominais não mais era uma premissa válida. O fenômeno foi interpretado por Marx do seguinte modo: a taxa de lucro decrescente torna menos atrativa a acumulação de capital produtivo; portanto, o investimento cai; ajustamentos periódicos ocorrem quando a taxa de lucro é alçada através da depreciação do capital e da queda dos salários reais, através do que o “exército de reserva industrial” é parcialmente reabsorvido, mas isso apenas será o caminho para uma nova e mais séria crise.

Contudo, Keynes, diferentemente de Marx, explicou o desemprego como uma função da demanda insuficiente. O volume keynesiano de desemprego é determinado pela oferta e demanda de bens. A escala da oferta, a propensão marginal a consumir e a indução a investir são responsáveis pelo volume de emprego. Na visão de Marx, a quantidade de emprego depende da taxa de acumulação e do capital existente; a acumulação causa escassez relativa do trabalho e um aumento dos salários reais; inovações substituidoras de mão-de-obra ocorrem e recompõem o “exército de reserva industrial”. Esse conceito de desemprego é radicalmente oposto ao keynesiano. Keynes, em decorrência, sustenta que um aumento do salário real tende a aumentar o emprego; Marx, o oposto. Keynes acredita que uma queda nos salários nominais numa crise será

nociva, Marx, que ela trará alívio temporário e possibilitará o restabelecimento da expansão. Ambos concordam que um aumento dos salários nominais seria de pouca utilidade num período de crises, Marx, porque pensa que ele aumentará os salários reais, Keynes, porque pensa que não.

Tanto Marx quanto Keynes consideraram o trabalho o único fator de produção. Keynes disse que “é preferível considerar o trabalho (...) como o único fator de produção operando num dado contexto de técnica, recursos naturais, bens de capital e demanda efetiva”²⁸. Neokeynesianos como Joan Robinson admitem que “está ganhando terreno entre acadêmicos modernos a visão de que é enganoso tratar o capital em si mesmo como um fator de produção no mesmo pé de igualdade que o trabalho. Tal mudança, que ela admite não ter relação direta com o marxismo, mas resultar de uma explosão de dentro, foi indubitavelmente estimulada pelo uso, por parte de Keynes, da teoria do valor-trabalho. Em seu sistema, uma hora de trabalho de produtividade média é a unidade básica de emprego; agregados de produção, renda e emprego representam certos valores em termos de unidades de trabalho, que se supõem constantes.

Uma exemplificação de um agregado keynesiano sendo consistentemente explicado em termos de unidade de trabalho pode ser encontrada no tratamento que dá Keynes ao capital em elaboração (*working capital*)³⁰; Keynes define-o como o agregado dos bens cuja produção, manufatura, transporte e distribuição a varejo estão em curso, incluindo pequenos estoques tais como matérias-primas necessárias a evitar riscos de interrupção do processo ou a contornar irregularidades sazonais. O volume desse capital pode ser obtido (assumindo taxa constante de insumo por produto e taxa constante de intensidade do emprego dos fatores de produção) por

volume de emprego de todos os fatores X 1/2 duração do processo (o agregado do produto a qualquer momento do processo está, em média, meio terminado) X taxa de salários = folha de pagamentos X 1/2 processo.

A unidade de salário está implícita na fórmula, uma vez que ela é a inversa da razão dos salários.

Quando se considera a unidade de Marx em sua teoria do valor-trabalho, vê-se que se trata de uma construção abstrata, concebida como o valor médio de trabalho socialmente necessário e não necessariamente coincidente com o salário médio, enquanto a unidade keynesiana são “os rendimentos monetários médios por hora de todo o corpo de trabalhadores de qualquer grau”³¹. O conceito keynesiano é, portanto, *a posteriori*, resultado da divisão da soma dos salários pela massa de trabalhadores. A unidade de Marx é o que, em seu julgamento, deve ser pago ao trabalhador; a unidade de Keynes é o que é efetivamente pago ao

trabalhador. Keynes estava preocupado com os determinantes do produto como um todo, e não (pelo menos diretamente), com a análise da distribuição do produto entre salários, aluguéis e juros, cada um considerado como um todo. O conceito marxista de valor, por sua vez, foi elaborado não somente para prover uma unidade contábil, mas para ajudar a compreender como as taxas de troca, isto é, os preços relativos, são determinados. Mais que isso, os marxistas mantêm que é a teoria do valor-trabalho o instrumento que ajuda a compreender o fenômeno fundamental tanto da distribuição sob o capitalismo quanto o da evolução do capitalismo.

Essa questão conduz a outra distinção de alcance prático entre as duas escolas quanto ao lucro. Pois, diz Keynes, “lucros, não sendo parte da renda da comunidade, tampouco são parte de sua poupança (...) o valor do incremento da riqueza da comunidade é medido pela poupança mais o lucro”³². Em Marx, a poupança nada mais é do que parte do lucro ou da mais-valia não gasta com consumo. Tanto em Marx como em Keynes, os lucros são constituídos pela diferença entre os ganhos dos fatores de produção (incluindo-se os empresários) e a receita proveniente das vendas. Contudo, para Keynes os lucros são um rendimento sobre a escassez de capital; para Marx, sobre a exploração da força de trabalho. Keynes aceita plenamente a teoria neoclássica do ponto de equilíbrio de lucro zero e afirma que o lucro, positivo ou negativo, pode apenas existir fora de tal ponto. Sendo este um ponto de equilíbrio, por que razão a escala de operações dos empresários dela pode desviar-se? A resposta está no fato de que os empresários assinam contratos de longo prazo com os fatores de produção, particularmente com relação ao capital fixo. Esses compromissos de longo prazo explicam porque os empresários não podem retrair suas operações, em caso de prejuízo, ou expandi-las, no caso de que lucros estejam ocorrendo, de modo a situar-se no ponto de lucro zero. Na definição de Marx do lucro como mais-valia, mesmo no ponto de equilíbrio ocorrem lucros. Porque sua noção é a de que os custos da mão-de-obra nunca são reais; de que eles nunca igualam o valor que a mão-de-obra adiciona aos produtos, e que na diferença entre o valor agregado pelo trabalho à produção recebido pelo trabalho em forma de salários está a quantidade de lucro. O “capital variável” de Marx, soma efetivamente pagas ao trabalho, que corresponde ao divisor na equação de Keynes para obtenção da unidade de salário, deve ser adicionado à mais-valia para produzir a magnitude pela qual o produto deve ser dividido de modo a achar-se o valor ou o preço médio de uma hora de trabalho socialmente necessário. Nisso precisamente reside a diferença entre a teoria do valor-trabalho de Keynes e a de Marx, o que nos marxistas prontamente ressaltaram.

No que diz respeito ao consumo, também existe alguma coincidência de tratamento pelos dois economistas. As definições são similares: em Keynes é ele o “consumo que poderia ser dispensado pelo consumidor sem que isso acarretasse reação sobre a quantidade de seu esforço produtivo”³³, enquanto em Marx, é o

consumo daqueles não diretamente envolvidos no processo produtivo, tais como donos de imóveis e o clero³⁴.

Concordam ambos em que o consumo improdutivo obstaculiza um maior nível de expansão do capitalismo. Marx raciocina de modo negativo, mostrando como o consumo produtivo desacelera o ritmo da acumulação capitalista. Keynes, de modo positivo, mostrando como o consumo pode ser reorientado de consumidores improdutivos para os produtivos de modo a ampliar o capital. Keynes aponta que sempre que renda disponível é transferida de um indivíduo como consumidor improdutivo ou relativamente improdutivo para outro como produtivo ou relativamente produtivo a quantidade de produção é aumentada, e vice-versa. Marx distinguiu um processo pelo qual o consumo improdutivo cresce em volume em fases posteriores da acumulação capitalista, dessa maneira quebrando seu ritmo e, ao mesmo tempo, ajudando na *realização* do produto.

Deve-se, contudo, esclarecer que enquanto Marx considerava o consumo improdutivo como oposto à poupança e, portanto, ao investimento, isto é, insistindo em que tal tipo de consumo é sustentado por uma soma que de outro modo seria poupada (não, consumida), e investida, Keynes insistiu que “nada é requerido para consertar a situação exceto um método de transferência de consumo de um grupo de indivíduos para outro³⁵. Em Keynes não é necessário que o consumo improdutivo seja transformado em poupança para dinamizar o investimento. É uma mera questão de transferir renda dos consumidores improdutivos para os produtivos através de inflação de lucro (o lucro é então transferido, através de emprego adicional, aos fatores de produção). O consumo agregado não se altera, apenas a pessoas que estejam engajadas no processo produtivo, que terá um tempo de maturação em termos de renda, será permitido consumir mais. O problema está em aumentar a produtividade sem diminuir o consumo. Pleno emprego – ele mantém – “requer uma redistribuição, não, redução, do agregado do consumo”³⁶. Naturalmente, pode-se ver que esse argumento se aplica apenas a aumento no capital em elaboração (*working capital*), já que o capital fixo requer uma redução no nível do consumo corrente.

No que se relaciona com o consumo, seus aspectos quantitativos parecem haver prevalecido na teoria keynesiana; todo consumo é bom uma vez que expande o investimento. Keynes demonstrou essa noção por uma série de equações econômicas, chegando a uma equivalência entre lucros totais e a diferença entre custo de investimento e poupança: $Q = (I - S)^{37}$. Dessa definição sucede que se os empresários escolhem gastar uma porção de seus lucros em bens de consumo, em quantidade exatamente igual à quantidade de lucros que acabaram de ser expandidos, os lucros funcionarão como um bumerangue. Quanto mais gastos em consumo, mais retornam para o despendedor. Aliás, o consumo para Keynes “é o único fim e objeto de toda a atividade econômica”³⁸; o capital “é uma entidade auto-subsistente existindo à parte do consumo”³⁹.

Diferentemente de Keynes, a distinção de Marx entre consumo produtivo e improdutivo é importante para a análise por causa do impacto desfavorável do consumo improdutivo na taxa de acumulação. Deve-se acrescentar que, embora o consumo improdutivo seja ao mesmo tempo um obstáculo para uma taxa maior de crescimento capitalista, é importante para a estabilização do sistema. Porque se, como disse Marx, o cerne da crise é a acumulação, então o consumo improdutivo, ao diminuir a acumulação, também diminui a tendência a crises implícitas no crescimento capitalista. Bastante curiosamente, o consumo improdutivo não é relacionado por Marx entre as causas que amortecem as crises capitalistas.

Considerações sobre a taxa de juros, conforme tratada por Marx e Keynes, serão também pertinentes ao ensaio. Diferentemente da economia clássica, nem o marxismo nem o keynesianismo vêem no juro a recompensa pela poupança ou pela abstinência. Conforme Marx expôs, o puro ato de abstinência ou de poupança, seja em forma de entesouramento monetário, seja em forma de estoque de mercadoria, não cria qualquer juro, porque “exclusão de dinheiro de circulação também excluiria absolutamente sua auto-expansão como capital, enquanto acumulação de um estoque na forma de mercadorias seria completa tolice”⁴⁰. E acrescenta: “Na medida em que o capitalista monetário guarda capital monetário em suas próprias mãos, este não recolhe juros e não age como capital; e enquanto ele rende juros e serve como capital, está fora das mãos do capitalista”⁴¹. Keynes ensinou: “Deveria ser óbvio que a taxa de juros não pode ser uma remuneração da poupança ou espera como tais. Pois se um homem entesoura sua poupança ele não percebe juros, embora poupe tanto quanto antes”⁴².

Mas diferenças conceituais também existem quanto à taxa de juros. Na visão de Marx, o juro é o pagamento pelo empréstimo. É a parte da mais-valia que o capitalista industrial transfere para o capitalista financeiro. Keynes introduziu a escala da preferência pela liquidez e considerou o juro como a recompensa pela detenção de bens de capital não monetários, ao invés destes. É o preço que os detentores de dinheiro em espécie considerarão compensador para que ofereçam uma dada quantidade de moeda, ou, nas próprias palavras de Keynes: “É o preço que equilibra o desejo de deter riqueza com a quantidade disponível de dinheiro”⁴³. Assim, enquanto Marx manifesta que a alternativa que a taxa de juros equilibra é emprestar dinheiro ou tomá-lo emprestado, Keynes vê as opções como entre manter dinheiro ou manter outros bens de capital, com a preferência pela liquidez operando continuamente.

Keynes não apenas rejeitou essa visão de que a taxa de juros, a curto prazo, é fixada no nível em que a demanda de capital iguala a oferta mas também a doutrina marginalista de longo prazo de que a taxa de juros é determinada pela preferência temporal. No que diz respeito à primeira hipótese, ele mantém que a taxa de juros não pode ser o instrumento que torna iguais poupança e investimento uma vez que, por definição, ambos terminam por tornarem-se

iguais ($S = I - C$, $Y = C + I$, portanto $I = S$); mais ainda, poupança e investimento são interdependentes por intermédio da renda, a qual, por sua vez, e não a taxa de juros, é determinada pela interação da escala poupança-juros. A preferência pela liquidez e a quantidade de moeda são os dados que permitem a determinação das escalas de poupança e investimento; e, por causa da interdependência entre ambas, como uma se deslocará em conseqüência de um deslocamento da outra. Keynes sublinha os aspectos monetários da taxa de juros. Mostra que se esta deixar de equilibrar investimento e poupança, ambos serão de qualquer modo nivelados por um declínio ou um aumento na atividade econômica, i.e., na renda.

Deve também ser lembrado que embora Marx não enfatizasse os aspectos monetários da taxa de juros, não são estes incompatíveis com seu sistema. Como Joan Robinson apontou, Marx opôs à “Teoria Quantitativa da Moeda” a visão de que a quantidade de dinheiro em circulação é determinada pela demanda por ele, e “entesouramentos” são a diferença entre a quantidade de moeda existente e tal demanda. Portanto, quando a demanda de moeda em circulação aumenta, os entesouramentos se reduzem. O mesmo, de acordo com Keynes, ocorre quando um aumento de demanda por moeda em circulação ativa eleva a taxa de títulos que rendem juros, assim depreendendo parte de seu entesouramento em moeda para circulação.

A análise agregativa foi um instrumento comum a Marx e Keynes. Ambos usaram-na como método claro e consistente para apoiar a investigação econômica, assim inovando com relação à economia clássica. Tsuru, num ensaio comparativo dos agregados marxistas e keynesianos, apresenta um impressionante conjunto de afinidades entre eles⁴⁴. Sua análise parte da tríplice divisão marxista do valor, isto é (1) capital constante, (C); (2) capital variável, (V); e (3) mais-valia, (S); onde:

$$C + V + S = \text{produto}$$

$$C_1 + V_1 + S_1 = \text{bens de capital}$$

$$C_2 + V_2 + S_2 = \text{bens de consumo.}$$

Esse é o modelo de reprodução simples, onde todas as poupanças são simplesmente consumidas. Mas o capitalista investe uma parte de sua poupança. Assim, um modelo mais realista é o da acumulação de capital:

$$C_1 + V_1 + Sk_1 + Sc_1 + Sv_1$$

$$C_2 + V_2 + Sk_2 + Sc_2 + Sv_2$$

onde Sk , Sc e Sv representam respectivamente a quantidade de poupança consumida, despendida na aquisição de bens de capital e na demanda de mão-de-obra adicional. Essas equações da oferta têm sua contrapartida na demanda, que é, para os bens de capital:

$C_1 + Sc_1$, do primeiro setor
 $C_2 + Sc_2$, do segundo setor

e para bens de consumo:

$V_1 + Sk_1 + Sv_1$, do primeiro setor
 $V_2 + Sk_2 + Sv_2$, do segundo setor.

De modo a que oferta e demanda sejam iguais e a economia esteja em equilíbrio, é suficiente que a seguinte equação seja satisfeita:

$$V_1 + Sk_1 + Sv_1 = C_2 + Sc_2.$$

O produto total pode ser obtido pela adição da equação referente aos dois setores da economia, assim chegando-se à expressão

$$C + V + S + Sk + Sc + Sv.$$

Vejam-se agora o conjunto de agregados keynesianos, tendo A, produto, como ponto de partida. Uma de suas equações é feita para representar aquilo que ele chama de *user cost* do produto, e é assim definido:

$$U = A_1 + G - G', \text{ ignorando-se } B', \text{ onde}$$

$U = \textit{user cost}$, ou o sacrifício de valor envolvido na produção de A;

$A_1 =$ transações interempresariais;

$G =$ meios de produção disponíveis no fim do período;

$G' =$ líquido do valor conservável do que estava disponível no começo do período;

$B =$ manutenção e melhoramento do equipamento de capital, não houvesse o empresário decidido usar A.

Essa equação simplesmente significa que o custo do produtor é dado por suas próprias compras mais o custo daquilo que ele pagou por manter e melhorar o estoque de capital. $G' - G$ é simplesmente B' , ou o custo de tais serviços. Em segundo lugar, existe

$$P = U + F, \text{ em que}$$

$F =$ custo de fator de A

$P =$ custo de produção de A.

Por essa equação Keynes quer dizer que o custo total da produção é dado pelo *user cost* mais a quantidade paga pelo empresário a outros fatores de produção em

retribuição por seus serviços. Como consequência das duas primeiras equações, vem

$$Y = A - P, \text{ em que}$$

$$Y = \text{renda.}$$

A renda do empresário é assim definida como o excesso de valor ou produto terminado vendido durante o período sobre seu custo de produção. Em termos macroeconômicos:

$$Y_1 = A - U;$$

contudo, uma vez que o custo do fator não deve ser deduzido, tem-se:

$$S = A_1 - U, \text{ em que}$$

$$S = \text{poupança.}$$

Essa equação pode ser facilmente compreendida, pois a poupança é o excesso de renda sobre o consumo, i.e., $(A - U) - (A - A_1)$.

Tem-se também

$$I = G - G, \text{ em que}$$

$$I = \text{investimento.}$$

Essa equação transmite a idéia de que o investimento é dado pela quantidade de capital no fim do período menos o capital disponível no princípio. Finalmente vem:

$$K = A - A_1, \text{ em que}$$

$$K = \text{consumo.}$$

Em outras palavras, o consumo é dado pelas vendas totais menos o que foi despendido pelos empresários em compras uns dos outros.

Finalmente, as equações keynesianas e marxistas podem ser traduzidas em termos uma da outra, sem perda de sua substância.

Assim:

$$U = C - S_v$$

$$I = S_c + S_v$$

$$Y = V + S + S_v$$

$$S = S_c + S_v$$

$$K = V + S_k + S_v.$$

Capítulo III

Considerações Metodológico-Doutrinárias

Meek afirmou, do construtor de modelos, em abstrato, que:

Os instrumentos particulares de análise que emprega – suas ferramentas e técnicas, o que sejam – não são assim de modo algum escolhidos arbitrariamente. Em grande medida, são eles dependentes da natureza de sua visão, da natureza dos fatos primários que eles são usados para explicar e da natureza do método *geral* de análise que ele decide adotar. O grau de sua dependência a esses fatores, contudo, varia de um instrumento para outro. Enquanto alguns dos instrumentos podem ser inúteis ou mesmo nocivos quando os fatos a serem analisados e a orientação, propósito e método geral de análise desse construtor de modelos são radicalmente diferentes, outros poderão ter um grau maior de aplicabilidade. Alguns poderão também revelar-se úteis quando aplicados a outras formas de economia de mercado e alguns podem ser “universais”, no sentido em que, digamos, as técnicas estatísticas são universais⁴⁹.

Os instrumentos metodológicos utilizados por Marx e Keynes parecem dar razão a Meek em que foram largamente determinados pelas doutrinas daqueles dois cientistas e seus modos particulares de enxergar a realidade política e econômica. Marx está certamente muito mais na linha do construtor de modelos “restrito” e Keynes na linha do “universal”, no sentido em que Meek empregou o termo, pois a preocupação de Marx era a especificidade do capitalismo como fenômeno histórico e econômico.

Sobre tal especificidade, Oskar Lange lembrou:

Há alguns problemas diante dos quais a economia marxista é bastante impotente, enquanto a ‘economia burguesa’ os resolve facilmente. Que pode a economia marxista dizer sobre preço de monopólio? Que tem ela a dizer sobre os problemas fundamentais da teoria monetária e creditícia? Que aparato tem ela a oferecer para a

análise da incidência de um imposto, ou o efeito de uma certa inovação técnica, nos salários? E (ironia do Destino!), em que pode a economia marxista contribuir para o problema da distribuição ótima de recursos produtivos numa economia socialista?⁵⁰

Ele ressalta, contudo, que a economia marxista pode elaborar a evolução econômica do capital numa teoria consistente, enquanto a “economia burguesa” não obtém mais do que meras descrições históricas. Para ele, o marxismo é o melhor instrumento para antecipar-se o desenvolvimento do capitalismo, mas a economia burguesa é melhor para explicar os fenômenos da vida diária numa economia capitalista. A economia burguesa é, conforme definida por Lange, uma teoria estática de equilíbrio econômico; o processo econômico sob um sistema de dados constantes e o mecanismo pelo qual preços e quantidades se ajustam a mudanças nesses dados. A teoria keynesiana se reconhece haver desenvolvido instrumentos dinâmicos próprios ademais de ter empregado aquelas técnicas estáticas das escolas austríaca, marshalliana e de Lausanne. Mas a economia marxista se distingue por haver feito da qualificação daqueles dados a pedra angular de sua análise. Nesse sentido, ela cobriu como o sistema capitalista difere de outras formas de economias de troca e não somente forneceu uma teoria do equilíbrio econômico como também da evolução econômica.

O tratamento qualitativo de Marx e o quantitativo de Keynes às categorias econômicas revelam-se, por exemplo, na metodologia dos agregados, onde se pode estabelecer uma diferença entre a tradição clássica dos *ajustamentos paramétricos*, que Keynes desenvolveu, e a investigação qualitativa de Marx das relações de produção subjacentes a esses parâmetros. *Ajustamentos paramétricos* é o termo dado por Tsuru à dinâmica do sistema capitalista e ao seu funcionamento. Cada unidade econômica, seja familiar ou empresarial, sendo independente uma das outras, é tipicamente confrontada com categorias econômicas tais que preços e salários, taxa de juros etc., sobre a qual não tem controle. Essas categorias são parâmetros pelos quais as unidades podem perceber o estado das condições econômicas em relação a sua atividade e às quais tentam adaptar-se conforme um princípio otimizador específico; assim, quando ocorre uma epidemia no gado vacum, os consumidores, sem necessariamente sabê-lo, reagem ao aumento de preços causado pelo declínio na oferta mudando sua demanda para galinha ou carne de porco. Esse é um *ajustamento paramétrico*.

A teoria econômica moderna fabricou em torno dos *ajustamentos paramétricos* muitos instrumentos teóricos, como o conceito de elasticidades, que indicam o modo de resposta das unidades econômicas às modificações paramétricas, e flexibilidades, o que indica o modo de resposta às modificações nos dados. Mais tarde, fenômenos como a rigidez de salários, inflexibilidade dos preços de monopólio e controle artificial das taxas de câmbio abalaram a confiança nos *ajustamentos paramétricos* e a harmonia que eles presumivelmente davam ao sistema.

Também os efeitos da renda começaram a receber maior atenção dos economistas do que os padrões de *ajustamentos paramétricos*. Segundo Samuelson, tão fortes são esses efeitos-renda, que é muito difícil achar empiricamente a influência do preço, a variável costumeiramente relacionada à demanda pelos teóricos econômicos⁴⁵. Esse conflito influenciou a rápida aceitação da análise agregativa de Keynes conforme exposta pela *Teoria Geral*. A despeito das divisões do pensamento econômico nessa questão, Tsuru afirma que “o mais ardente dos keynesianos não ignoraria inteiramente a relevância dos *ajustamentos paramétricos* para muitos dos problemas analíticos⁴⁶ e com o tempo sobreveio uma tendência à síntese e acomodação entre os dois métodos. O próprio Keynes fez uso de tal análise paramétrica. Marx estava mais preocupado com as relações sociais entre os homens escondidas por detrás desses parâmetros. Sua análise era mesmo mais ampla, em espaço de tempo, uma vez que ele visualizava o sistema capitalista como apenas um estágio no desenvolvimento das sociedades humanas, e estava interessado em pinçar as características específicas do capitalismo naquilo em que se distingue dos outros modos de produção. Portanto, para Marx, um problema como a magnitude do valor não era tão importante como achar a razão pela qual o produto do trabalho humano assume a forma específica de mercadoria sob o sistema capitalista. Pois a maneira particular pela qual os homens estão socialmente relacionados uns com os outros não pode ser diretamente entendida, mas, ao invés, expressa-se através das relações quantitativas entre as mercadorias, dinheiro etc., fenômeno chamado por Marx de “caráter fetichista das mercadorias”: “O caráter de ter valor, uma vez impresso sobre produtos, somente obtém permanência em virtude de agirem e reagirem uns sobre os outros como quantidades de valor. Essas quantidades variam continuamente, independentemente do desejo, vaicínio e ação dos produtores. Para eles, sua própria ação social toma a forma da ação de objetos, que governam os produtores em lugar de serem por eles governados⁴⁷. Portanto, os economistas burgueses estavam principalmente preocupados com a análise quantitativa “da ação de objetos”, uma vez que mais ou menos pressupuseram que o capitalismo era uma relação social imutável e não acharam necessário questionar as características específicas do sistema como tal. Isso explica porque a discussão de Marx do *tableau économique*, no segundo volume do *Capital*, se baseia todo o tempo na pressuposição de que as mercadorias são trocadas estritamente com base em seu valor ou o “preço normal de longo prazo” de Marshall, no qual *ajustamentos paramétricos* não têm lugar.

Outra diferença significativa na metodologia dos agregados keynesianos e marxistas reside em seu grau de abstração. Os últimos tentam reproduzir a inter-relação particular desses agregados característica do capitalismo, enquanto os agregados keynesianos **transcendem** a especificidade do capitalismo. Categorias como “consumo agregado” ou “investimento agregado” e a relação entre eles expressas como propensão a consumir ou propensão a investir podem-se aplicar a qualquer modo de produção. A noção do investimento é útil ao esclarecimento desse particular. No sistema keynesiano, é meramente “o desembolso de renda

para os fatores de produção que não trazem ao mercado, simultaneamente, bens que devem ser correntemente vendidos”⁴⁸. Desse ponto de vista, a acumulação de inventários desempenha a mesma função que a construção de novas usinas e equipamento, porque em ambos os casos existe um desembolso de renda aos fatores de produção sem, ao mesmo tempo, trazerem-se bens para o mercado. O investimento keynesiano é, portanto, definido principalmente em termos de seus aspectos multiplicadores e inclui todos os tipos de atos econômicos, que podem ser bastante dessemelhantes uns dos outros com respeito a seus aspectos produtivos, tais como construção de estradas e “construção de pirâmides”. O investimento de Marx, contudo, é expresso de modo tal a produzir o efeito dual de criar demanda efetiva e adicionar à capacidade produtiva. O investimento original nos agregados keynesianos é apenas importante pelas conseqüências sobre a demanda efetiva, e não pertence a nenhum sistema específico. Os agregados keynesianos ajudam a responder pelo nível de emprego total na simples pressuposição de que é proporcional ao produto nacional líquido. Estando preocupado com a relação funcional entre a demanda por diferentes tipos de bens e o nível total da atividade econômica, relação que aparentemente transcende o capitalismo, Keynes executou certas operações abstratas que tornaram suas quantidades agregativas independentes do método contábil capitalista.

Pode também ser adicionado que os agregados de Marx não foram fundamentalmente projetados para ser operacionais. São conceitos teoricamente puros, baseados nas pressuposições que procuram apontar a natureza da interdependência entre várias categorias na circulação social de uma economia capitalista. Desprezando a estrutura interna da economia, os agregados de Keynes sobretudo preocupam-se com o fluxo por um dado período. Para ele, a relação entre consumo e renda significa a relação entre o fluxo de consumo e o fluxo de investimento durante o mesmo período. O *tableau* de Marx dirige a atenção para a lógica da estrutura interna, incorporando a relação de valor de $C + V + S$ à premissa básica de que a produção é realizada no propósito da contínua maximização do lucro. Para ilustrar como tal pressuposição influencia os agregados de Marx, pode-se lembrar que é possível, na teoria de Keynes, que o investimento num dado ano mostre nenhuma variação com relação ao ano precedente, enquanto no marxismo é impossível visualizar um caso de reprodução ampliada em equilíbrio, isso é, aquela de uma economia que acumula sem correspondente aumento no produto nacional líquido.

Retomando-se o fio central do argumento, o que intrigou Marx foi a existência, em todas as formas de sociedade de classe, de uma massa de renda parasitária – que na sociedade capitalista se compunha basicamente de lucro líquido sobre o capital, renda da terra e juro –, o declínio progressivo da taxa de lucro, a crescente subordinação de trabalhadores anteriormente independentes ao modo de organização capitalista, a crescente instabilidade econômica do sistema, o crescimento da mecanização, com suas mudanças na estrutura industrial, a

emergência de formas várias de monopólio, o crescimento do “exército de reserva de desempregados” e a deterioração geral das condições da classe trabalhadora. Marx selecionou a “relação de produção” como a relação básica que condiciona todas as demais. Através dela ele discerniu como a organização da economia social se desenvolve, como ela se transforma na economia capitalista, cria o antagonismo entre burguesia e proletariado; e como, ao desenvolver a produtividade do trabalho social, ela introduz um elemento de contradições, irreconciliáveis no próprio capitalismo. Marx também desenvolveu a noção de que o melhor modo de entender como essas relações funcionam no capitalismo é imaginá-lo subitamente transplantado para uma sociedade pré-capitalista em que não houvesse ainda classes distintas de proprietários de capital e de proprietário de terras, e os trabalhadores fossem ainda proprietários de todo o produto de seu trabalho. Marx desenvolveu um método, dialético, que Meek chamou de lógico-histórico, no qual, para usar as palavras de Engels, “A Cadeia de pensamento deve iniciar-se com a mesma coisa com que esta história começa e seu curso ulterior será nada mais que a imagem do curso histórico em forma abstrata e teoricamente consistente, uma imagem corrigida, mas corrigida de acordo com as leis fornecidas pelo curso real da própria história, em que cada fator pode ser considerado no ponto mais maduro de seu desenvolvimento em sua forma clássica”⁵¹. Nesse contexto, ele desenvolveu o conceito de trabalho abstrato e concreto, trabalho e força de trabalho, capital constante e variável, mais-valia, mais-valia relativa e absoluta, taxa de mais-valia, taxa de lucro, e a composição orgânica do capital e as técnicas de seus esquemas de reprodução. Sua análise tinha, ademais da dimensão qualitativa, uma quantitativa. Na primeira dimensão tentou ele responder questões como porque as mercadorias possuem preço, e, na segunda, porque mercadorias assumem os preços específicos que têm. E ele achou que a contradição básica do capitalismo é a crescente natureza social cooperativista da produção tornada necessária pelos novos poderes de produção que a humanidade possui e a propriedade individual dos meios de produção.

Não muito do método de pesquisa de Marx lembra o de Keynes. Este estava basicamente preocupado com o fracasso da economia clássica em promover o pleno emprego e com os remédios que poderiam ser adotados dentro do estabelecimento para consertar a situação. Ele certamente combinou, como Marx, teoria econômica, história econômica e história das doutrinas econômicas, embora menos sistematicamente. Mas a preocupação de Keynes, diferentemente da economia clássica e do marxismo, era a quantidade de capital social mais do que sua distribuição ou a relação situada em sua base. Ele rejeitou a premissa clássica do pleno emprego como caso geral. Seu ponto de partida foi a demanda efetiva, que determina o nível de emprego. É a interação de uma curva que relaciona várias quantidades hipotéticas de emprego aos rendimentos que seus produtos estimadamente renderão, com outra curva que relaciona o preço da oferta agregada do produto obtido empregando-se um número variável de homens com aquele número. Ele então procedeu à análise do que determina a

renda, sua dinâmica e os valores de equilíbrio, tais como o consumo e o investimento, e o que, por sua vez, determina a magnitude da propensão a consumir, a poupar, a eficiência marginal do capital, a taxa de juros e a escala da preferência pela liquidez.

Uma leitura do capítulo de Marx sobre a moeda no *Gundrisse* e do tratamento da moeda por Keynes no *Treatise* provê um bom contraste e ilustração das diferenças em metodologia derivadas dos diferentes fundamentos doutrinários de seus trabalhos. A abordagem de Keynes é financeira, técnica, didática, a de Marx é econômica e filosófica. A do primeiro estende-se horizontalmente, tentando catalogar tantos aspectos quanto possível da moeda; a do último é vertical, explorando exaustivamente idéias fundamentais. Keynes assume ser a moeda uma realidade independente dentro da esfera econômica; Marx a vê como um fato essencialmente econômico surgindo da própria atividade de produção e consumo; Keynes considera a moeda em todas as suas formas, tais como moeda-mercadoria, moeda-dirigida (*managed money*), moeda-fiat, moeda-bancária, representativa, estatal etc., Marx está preocupado com sua substância. Keynes lida com conceitos quantitativos mais operacionais, tais como o poder aquisitivo da moeda, poder laboral de moeda (*labor power of money*), números índices, padrões de moeda e nível de preços. Ele está interessado no modo como o dinheiro funciona através de seus diferentes *modi operandi*, assim como com sua dinâmica. É uma abordagem prática, elaborativa de teoria e política monetária para aqueles que tentam compreender os intrincados mecanismos da moeda como meio de pagamento. Não há um fio condutor do pensamento no *Treatise* de Keynes. Ele está mais preocupado com a descrição, sob todos os prismas, e com a análise da moeda e suas operações do que com uma crítica da moeda como em Marx. Profusão, variedade, e, não, unidade é a sua abordagem: as diferentes formas de dinheiro, sua criação, evolução e análise; poder aquisitivo, sua determinação; níveis de preço, dinâmica e suas diferentes medidas, taxa bancária, seus *modi operandi* e influência no meio circulante, ciclos de crédito, depósitos, velocidade de circulação, investimento, controle de sua taxa e sua flutuação, administração do dinheiro, seus problemas, gerenciamento nacional, internacional e supranacional.

A análise de Marx é linear, e deveria mais bem chamar-se “capítulo sobre o valor”. Pois ela nada mais é do que o desenvolvimento de sua noção de valor, o modo pelo qual ele se torna realidade e adquire qualidade concreta. A moeda é a realidade do valor. Marx tenta responder a questão fundamental: “Podem as relações de produção existentes e as relações de distribuição que lhe correspondem ser revolucionadas por uma mudança nos instrumentos da circulação, na organização da circulação”⁵²? E seu ponto é que modificações formais na moeda não podem efetuar modificações substanciais nas relações de produção:

Uma forma pode remediar males contra os quais outra é impotente, mas nenhuma delas, enquanto permaneçam formas de moeda, e

enquanto a moeda permaneça uma relação essencial de produção, é capaz de superar as contradições inerentes às relações monetárias, e podem, ao invés, apenas esperar reproduzir essas contradições de um modo ou de outro. Uma forma de trabalho assalariado pode corrigir os abusos de outra, mas nenhuma forma de trabalho assalariado pode corrigir os abusos do próprio trabalho assalariado⁵³.

Dai sua preocupação com a moeda, em contraste com formas de moeda, com a essência da moeda, e não com a exteriorização da moeda. Para compreender-se sua teoria, devem-se compreender seus conceitos básicos: *valor* é uma magnitude determinada pelo custo de produção ou, em outras palavras, pelo tempo de trabalho requerido para produzi-los; *preço* é valor expresso em moeda; a moeda é, assim, a realização do preço. O valor de mercado é algo bastante diferente do puro valor em si mesmo, e oscila acima ou abaixo dele. Outra importante distinção é aquela entre valor de uso e valor de troca de uma mercadoria. O valor de uso é um conceito qualitativo, que prescreve para cada mercadoria uma destinação diferente, o preenchimento de um objetivo particular. Valores de uso diferenciam as mercadorias. O valor de troca, contudo, é um conceito quantitativo, que equaciona todos os bens, ou torna possível sua definição em termos unia da outra. Trata-se de uma medida comum, dada pelas horas de trabalho incorporadas a cada mercadoria. Torna as mercadorias diferentes umas das outras apenas quantitativamente. O próximo passo é compreender que, por causa daquela dicotomia, o valor de troca separa-se da mercadoria e existe juntamente com ela como uma mercadoria em si mesmo, como um fim em si mesmo (v.g., C-M-M-C ou M-C-C-M)⁵⁵. Isso é moeda. O valor de troca cria moeda. Por isso é impossível suspender a complicação e contradições que derivam da existência da moeda junto com uma mercadoria particular, apenas pela alteração de uma forma de dinheiro, e também é impossível abolir o dinheiro em si mesmo enquanto o valor de troca for a forma social dos produtos. A moeda (ou valor de troca como mercadoria independente) causa uma separação entre compra e venda; elas podem ou não corresponder, equilibrar ou não. Isso pode prover uma base para a teoria do desequilíbrio. Também, a troca pela troca é diferente da troca pela graça das mercadorias. Isso pode explicar a acumulação capitalista e a atividade mercantil. Como uma mercadoria particular junto com outras, a trocabilidade da moeda está sujeita a condições peculiares, ocasionais, que contradizem sua trocabilidade geral e incondicional, como a inconversibilidade ou o poder aquisitivo do dinheiro. Todas as contradições do sistema monetário – Marx mantém – e da troca de produtos sob o sistema monetário são o desenvolvimento da relação de produção como valor de troca, de sua definição como valor de troca ou como valor puro e simples. Valor de troca, não suas formas, podem desempenhar mudanças nas relações sociais: ele desintegrou as condições não monetárias patriarcais e feudais, permitindo apropriação de valor de troca por parte de cada indivíduo engajado no processo de produção.

Capítulo IV

Filosofia Social e Ação Econômica

Tanto no sistema de Keynes como no de Marx, o dirigismo desempenha papel proeminente. Ambos, cada um a seu modo, opuseram-se à tradição clássica do liberalismo. O *laissez-faire* foi por eles considerado irracional, superado, e incapaz de promover o bem-estar social e o equilíbrio econômico. Um e outro inspiraram ação política visando compatibilizar os agregados econômicos. Ambos mantêm que a causa das crises do capitalismo é o conflito crônico entre a capacidade de produção e a capacidade de consumo: está presente em cada um dos dois sistemas que a concentração de renda restringe o consumo ao mesmo tempo em que aumenta a taxa de investimento, o que equivale a dizer, restringe o campo para o investimento rentável. Tais contradições emergem quando longos períodos de acumulação devidos a conflitos bélicos ou a inovações tecnológicas chegam a um ponto estacionário. Joan Robinson afirma que “a teoria de Keynes fornece forte apoio à assertiva de Marx de que a verdadeira barreira à produção capitalista é o próprio capital”⁵⁵.

Contudo, a conjugação da teoria subconsumista com o desejo de preservar a liberdade de empresa e uma desafeição a revoluções é o remédio keynesiano. Para Marx, a má distribuição de renda é inerente ao sistema capitalista e não pode ser dominada sem drástica mudança. A preocupação de Keynes foi reformar o capitalismo de tradição neoclássica, não, aboli-lo. Ele respondia a uma crise específica do sistema, a Grande Depressão dos anos trinta, e logrou demonstrar que os economistas neoclássicos se recusavam a ignorar problemas reais como depressão e desemprego. Procurou descobrir quais eram as falhas do sistema a fim de criar meios de evitar sua autodestruição. Acreditava que os males do capitalismo poderiam ser remediados. Marx não pretendeu reformar o capitalismo, mas extingui-lo. Procurou compreender o sistema com o propósito de apressar sua queda. Acreditava que as contradições internas do capitalismo levariam a sua destruição. Keynes buscou o remédio na modificação do capitalismo de *laissez-faire* através de “ação estatal deliberada”, mas era reformista, não, revolucionário. Marx estava persuadido de que o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que dava origem a um proletariado revolucionário, conduziria à própria abolição. Keynes, portanto, defendia o intervencionismo tendente a

encontrar soluções para os problemas do capitalismo no âmbito de sua própria estrutura, a conduzir o sistema em direção a certos objetivos, a resolver suas contradições positivamente. As implicações do marxismo para a política econômica, por sua vez, originaram ações objetivando à propriedade e controle dos meios de produção pelo estado, em nome de um proletariado revolucionário, visando, em outras palavras, resolver as contradições capitalistas negativamente. Conforme Roll colocou: “admiradores assim como detratores concordam em que Marx foi muito mais (...) que economista, foi um revolucionário que usou o estudo da economia política como instrumento numa luta política”⁵⁶.

Será útil examinar o último capítulo da *General Theory*, onde Keynes declara “a filosofia social a que ela poderia conduzir”. Ele apontou a inabilidade de promover o pleno emprego e uma distribuição iníqua da renda como os defeitos salientes da sociedade. Almeja uma redução na disparidade da distribuição de renda, porquanto o crescimento do capital não depende da “poupança dos riscos relativamente a sua superfluidade”⁵⁷ mas de uma alta propensão a consumir. Portanto, conclui, “o crescimento da riqueza, longe de depender da abstinência dos ricos, conforme é comumente suposto, é mais passível de ser por ela obstaculizado”⁵⁸. Não pretende, contudo, uma extinção absoluta das disparidades: “Creio – diz – que há justificativas sociais e psicológicas para desigualdades significativas de renda e riqueza, mas não para tão grandes disparidades como hoje existem”⁵⁹, o que bem evidencia sua posição de reformista e seu interesse na distribuição de renda de um ponto de vista não apenas ético como também pragmático, na medida em que a concentração de renda ameaça o desenvolvimento do capitalismo até o cume de suas potencialidades. Ele mantém que na hipótese de melhor distribuição de renda, será sempre possível para a poupança da comunidade, “através do agenciamento do estado”⁶⁰, ser mantida a um nível que permitirá o crescimento do capital ao ponto em que deixará de ser escasso. Embora admita que “uma socialização do investimento de certa forma abrangente se mostrará o único meio de garantir uma aproximação do pleno emprego”⁶¹, através do controle da indução a investir pela política estatal, esclarece que “nenhuma óbvia apologia é feita de um sistema de socialismo estatal que envolvesse a maior parte da vida econômica da comunidade”⁶². E prossegue: “Não é a propriedade dos instrumentos de produção que é importante para o Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar a quantidade agregada de recursos destinados a aumentar os instrumentos e a taxa básica de remuneração aos que os possuem, terá realizado o necessário”⁶³. E assevera que pode haver conciliação entre empresa privada e pública em condições de concorrência perfeita e imperfeita. Tudo o de que se necessita são controles estatais que introduzam um ajuste entre propensão a consumir e indução a investir, e assegurem uma demanda efetiva e um volume de emprego adequados. Keynes concorda com a necessidade de conter ou controlar o livre jogo de forças de mercado, mas também que ainda restará um vasto campo para o exercício da iniciativa e responsabilidade privadas. “O individualismo, se puder ser purgado

de seus defeitos e abusos, é a melhor salvaguarda da liberdade pessoal, no sentido de que comparado com qualquer outro sistema expandirá economicamente o campo para o exercício da escolha pessoal”⁶⁴. Como tem por premissa que os sistemas autoritários sacrificam a eficiência e a liberdade em favor da resolução do problema do emprego, Keynes pensa que a chave do problema reside na racionalização do sistema, na compatibilização de seus agregados por meio de controle pelo estado, não, propriedade do estado. Ele *confia* no sistema.

O “estado” de Marx carece de credibilidade para implementar uma ação como a prescrita por Keynes, porquanto não haveria a possibilidade de um controle, pelo estado, imparcial. Aparentemente descompromissado com e acima de classes, o estado marxista é um produto da sociedade de classes. Sua função essencial é manter as relações existentes, o que, em última análise, significa que o estado é uma organização especial de força a serviço da classe dominante. Portanto, do ângulo marxista, estados em sociedades capitalistas são fundamentalmente “ditaduras da burguesia” e em sociedades socialistas devem ser fundamentalmente “ditaduras do proletariado”. E também: “Entre capitalismo e comunismo situa-se o período de transformação revolucionária de um no outro. A isto corresponde um período de transição política em que o estado não poderia ser outra coisa senão uma ditadura revolucionária do proletariado”⁶⁵. Mais ainda: “O alvo imediato dos comunistas é o mesmo de todos os outros partidos proletários: a transformação do proletariado numa classe, a derrubada da supremacia burguesa, a conquista do poder político pelo proletariado”⁶⁶.

O que o marxismo teórico procura é abolir a divisão de classes em si, o que, segundo ele, somente poderá ser levado a efeito por uma substituição da ditadura burguesa pela proletária, de um estado capitalista por um comunista com miras a promover o desenvolvimento das forças produtivas que acabarão com a insuficiência de produção que ele vê como a raiz da estrutura de classes. Portanto, a abolição de classes pressupõe um grau de evolução em que a existência da distinção classista se terá tornado um anacronismo. Em outras palavras, pressupõe o desenvolvimento da produção a um grau em que a apropriação dos meios de produção e do produto, e tudo que isso acarreta (domínio político, monopólio da cultura, liderança intelectual por uma classe particular da sociedade) se terá revelado não só desnecessária mas sob todos os aspectos uma atrofia ao desenvolvimento. Marx propôs:

A classe trabalhadora, no curso de seu desenvolvimento, substituirá à velha sociedade civil uma associação que excluirá classes e seus antagonismos, e não mais haverá poder político propriamente dito, uma vez que o poder político é precisamente a expressão oficial do antagonismo na sociedade civil. Nesse interim, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de classe contra classe, uma luta que, levada a sua expressão máxima, é uma revolução total. Na

verdade, é de todo surpreendente que uma sociedade fundada na oposição de classes não deva culminar em brutal contradição, no choque de corpo contra corpo, como desenlace final?⁶⁷

O estado para o marxismo, portanto, não é um poder imposto à sociedade por forças externas a ela, muito menos é ele a “realidade da idéia moral”⁶⁸ ou “a imagem e a realidade da razão”⁶⁹ conforme o conceituou Hegel. É o resultado de um estágio particular de desenvolvimento, a admissão do fato de que tal sociedade submergiu em autocontradições insolúveis e antagonismos insuperáveis. O estado surge nesse contexto como um *soi-disant* poder moderador do conflito, embora para Marx não o seja. Joan, Robinson assim sintetizou o debate:

Marx mantém que o capitalismo é obrigado a desenvolver-se de modo tal a provocar sua própria destruição, e conclama os trabalhadores a organizarem-se para apressar sua derrubada (...) Keynes mostra que o capitalismo tem defeitos sedimentados que, contudo, ele julga capaz de serem remediados. Marx está fazendo propaganda contra o sistema (...) e Keynes o está criticando a fim de melhorá-lo. Marx mostra que as regras são desfavoráveis aos trabalhadores e por tal motivo não serão toleradas por muito tempo mais. Keynes mostra que as regras precisam ser modificadas de modo a garantir que a riqueza continuará a crescer (...) Marx é bastante claro acerca de seu propósito. Ele está do lado dos trabalhadores e prega contra o capitalismo com o objetivo de encorajar os trabalhadores e derrubá-lo. Keynes é contra desperdício e irracionalidade e pobreza desnecessária. Ele não está tão interessado em quem receba os benefícios da produção aumentada quanto em assegurar que esta tenha lugar. Considera uma igualdade maior de renda desejável, mas sua atitude é moderadamente conservadora e ele sustenta que se apenas o capitalismo pudesse ser posto a funcionar eficientemente, seria ele melhor do que qualquer alternativa”⁷⁰.

Contudo, a incompatibilidade entre os dois sistemas não é apenas uma questão de filosofia social, mas também de princípios teóricos. Os marxistas sempre contestaram a eficácia da política keynesiana de promover o pleno emprego pelo aumento da demanda efetiva. Dobb mantém que o pleno emprego assim obtido é como uma corda bamba: “uma pequena pressão em cada direção é passível de causar um rápido movimento cumulativo, para cima (em condições inflacionárias e subsequente colapso), ou para baixo, em direção à queda de demanda”⁷¹. Se tal é o caso, políticas de estabilização estruturadas em termos de agregados serão demasiado genéricas e não seletivas para abalar as tendências desestabilizadoras em (ou perto de) sua fonte. Ele também defende que tal política somente atingirá seu objetivo se houver correspondência entre a distribuição da capacidade de produção sucessiva em cada um dos segmentos da indústria

e a distribuição da demanda adicional, tal que pontos de estrangulamento possam ser evitados. Em adição, para Dobb e outros marxistas, somente poderia haver pleno emprego sob o capitalismo se este pudesse operar como se fosse socialismo. Cita Stalin: “Se o capitalismo pudesse adaptar a produção, não para a aquisição de lucros máximos, mas para a melhoria sistemática das condições materiais para a massa do povo (...) não haveria crises. Mas, então, o capitalismo não seria capitalismo. Para abolirem-se as crises, o capitalismo deve ser abolido”⁷². Baran argumenta que o aumento da renda resultante da injeção de gastos governamentais cria uma atmosfera esfuziante na qual o aumento de capacidade é levado para mais longe do que seria permitido pelo nível de demanda agregada, assim enfraquecendo mais ainda as induções a investir. Sweezy queixa-se de que muitos dos mais importantes problemas do sistema capitalista são completamente ignorados pela *Teoria Geral*, de que Keynes negligenciou a mudança e o desemprego tecnológico, problemas que figuram como parte integral da estrutura teórica marxista, bem como trata o desemprego como um sintoma de falha técnica no mecanismo capitalista, enquanto Marx o considera o instrumento indispensável pelo qual os capitalistas mantêm controle sobre o mercado de trabalho. Também afirma que Keynes ignora completamente o monopólio e seus efeitos adversos para a distribuição de renda e a utilização de recursos, o enorme e parasitário aparato de distribuição e propaganda que ele impinge à economia. “Mas talvez – prossegue Sweezy – o mais contundente de tudo é o hábito de Keynes tratar o Estado como *deus ex-machina* a ser invocado sempre que seus atores humanos, procedendo de acordo com as regras do jogo capitalista, se vêem num dilema do qual aparentemente não há saída (porquanto) o estado não é um deus mas um dos atores”⁷⁹. Ele ataca em Keynes “sua recusa em ver a economia como parte integrante de um todo social, a incapacidade em ver o presente como história, em compreender que os desastres e catástrofes entre os quais nós vivemos não são simplesmente uma ‘terrível barafunda’ mas o produto direto e inevitável de um sistema social que exauriu seus poderes criativos, mas cujos beneficiários estão determinados a seguir em frente sem levar em conta o custo”⁷⁵.

Joan Robinson faz-se a Verônica do sangue de Keynes em sua *via crucis* marxista. Ela proclama que não se pode invalidar a teoria econômica de Keynes (como de resto de ninguém) por um simples desacordo com as doutrinas que tais teorias se destinam a apoiar. Quanto à crítica marxista a Keynes de que o estado não é árbitro imparcial mas ator que desempenha um papel no drama, ela responde que “os capitalistas não gostam de crises. O desemprego é seguido de perdas (...) provê de munição perigosa seus inimigos políticos. Ao evitar o desemprego o governo estará fazendo para eles algo que eles gostariam de que fosse feito mas não podem eles próprios fazer”⁷⁶. Salienta que os capitalistas permitiram a introdução de legislação trabalhista, porque sabem que exploração excessiva arruína a mão-de-obra da qual dependem. Embora rotulando de “antiliberais” as políticas keynesianas, confiam nelas para defender de si mesmos sua própria propriedade privada. E ela ironicamente concorda com Shumpeter e

Galbraith que o marxismo fornece “uma defesa firme, clínica e inteligente das regras do jogo capitalista, defesa essa bem mais eficaz que a tênue, sofisticada e especial arenga que lhe tributa a escola ortodoxa”⁷⁷. Isso porque – explica – o marxismo justifica a função da exploração, já que nas sociedades socialistas, onde o lucro privado não cria um diferencial entre salários e preços para impulsionar o investimento, tal diferencial tem de ser criado pela taxaço a fim de extrair os fundos para a acumulação.

Marx, escreve Robinson, também fornece um argumento para o capitalismo, pois se o capitalista realmente investisse todo o excedente, não haveria necessidade de socialismo. E Keynes um argumento para o socialismo, porque mostra uma tendência natural de uma economia avançada a estagnar, com nível de emprego estacionário. Ela opõe-se à tese marxista de que os salários reais, *grosso modo*, permanecem os mesmos em virtude das inovações substituidoras de mão-de-obra que ocorrem sempre que o “exército de reserva industrial” está desfalcado, sustentando que nas economias capitalistas avançadas o nível de salário se tem elevado em função do aumento de produtividade, que permite tanto acumulação quanto melhoria nos padrões de vida dos trabalhadores, que “encaram a vida em termos de valores capitalistas. Desenvolveram um estado de espírito no qual não desejam alterações nas regras do jogo”⁷⁸. E conclui que “A experiência corrente sugere que o socialismo não é um estágio além do capitalismo mas um seu substituto – um meio pelo qual as nações que não participaram da Revolução Industrial podem imitar seus sucessos tecnológicos; um modo de atingir rápida acumulação sob um conjunto diferente de regras do jogo”⁷⁹. Adverte que a inadequação das doutrinas de Keynes não reside na inconsistência da teoria mas em seu escopo restrito, que de nada serve querer utilizar as receitas de Keynes em situações às quais não se aplicam.

Encerrarão este capítulo algumas palavras sobre o imperialismo. Keynes, assim como Marx, não tratou o imperialismo e a guerra como parte integral do capitalismo. Foram os marxistas, mais do que Marx, que proclamaram conduzir as mudanças estruturais no capitalismo, tanto nacionais como internacionais, a competição, crises, imperialismo e guerra. Keynes, contudo, leva em conta em sua análise do capitalismo a possibilidade de exportações de capital para regiões subdesenvolvidas, enquanto Marx desenvolveu sua análise dentro das fronteiras de um sistema fechado que Lênin mais tarde abriria. Contudo, se Marx não analisou o imperialismo em sua projeção externa, preocupou-se com a projeção interna, que para os marxistas é o monopólio. Reconheceu formas cediças de monopólio emergindo do capital associativo, que permitiria “Uma enorme expansão da escala de produção e das empresas, que era impossível para capitais individuais”⁸⁰, o aparecimento de “capital social” (capital de indivíduos diretamente associados) como distinto de “capital privado”, e a transformação do capitalista efetivamente operante num simples gerente, um administrador do capital de outras pessoas, e no proprietário de capital num mero proprietário, um

mero capitalista financeiro. “É a abolição do capital como propriedade privada dentro da própria estrutura da produção capitalista.”⁸¹ É uma expropriação dos meios de produção de todos os indivíduos, que não resolve as contradições entre riqueza como bem social e como bem individual, mas apenas lhes dá nova forma.

SEGUNDA PARTE

AS CONTRADIÇÕES NO CAPITALISMO E
NO MARXISMO

Capítulo V

O Capitalismo em Crise

Conforme flui dos capítulos anteriores, a pressão no sentido da mudança que sofre o sistema capitalista, pedida em diferentes graus e com diferentes propósitos, é um dos importantes fatores da dinâmica social, econômica e política do mundo contemporâneo. A contestação do capitalismo, e de sua espinha dorsal, a propriedade privada dos meios de produção, não nasceu neste século, e certamente lhe sobreviverá. Dos socialistas utópicos aos marxistas científicos, passando por toda uma gradação de pensamento reformista, como a social-democracia e a doutrina social vaticana, a pregação revolucionária ou reformista cumpriu já longa trajetória. Ainda assim, o capitalismo, como o socialismo, não é uma formação histórica acabada, estática, mas um processo que se verifica em dimensões mundiais, inclusive nos países em desenvolvimento. Ao conjunto de novas relações que surgem no capitalismo mundial, tanto no centro como na periferia, interpretam como socialização aqueles que crêem que a história caminha em direção ao socialismo; como passagem a um novo estágio do capitalismo, aqueles que pensam de modo diverso.

O marxismo tem sido o caso extremo, a forma de oposição mais radical e impiedosa, o anticapitalismo. O fervor contestatório marxista faz-se acompanhar de um rigor de análise que é reconhecido por marxistas e por não-marxistas. É importante, qualquer que seja a corrente que se abraça, não perder-se de vista que o marxismo, teoria da auto-extinção e da extinção do capitalismo, doutrina da luta de classes, concebida no interesse da *ditadura do proletariado*, projeta sobre o capitalismo luzes que são tão proveitosas aos inimigos do capitalismo como a seus críticos moderadores e ao próprio capitalismo. Não foi sem razão que S. Popov comentou: “os altos sacerdotes da burguesia e os oportunistas sempre procuraram separar o ensinamento econômico de Marx das conclusões revolucionárias que derivam do *Capital* com lógica inexorável. Afirmaram que Marx apenas forneceu a anatomia da estrutura econômica do capitalismo e que o socialismo científico e sua tese sobre a necessidade de destruição revolucionária do sistema burguês não decorrem do pensamento econômico de Marx”¹. Ainda assim, são restritos os círculos em que se opera uma avaliação seletiva das proposições marxistas. Nos meios acadêmicos dos Estados Unidos da América, por exemplo, os economistas

do *establishment*, desafiados pela teoria econômica marxista, erigiram em bandeira a teoria neoclássica, como se fosse esta a melhor defesa do capitalismo pelo fato de as demonstrações neoclássicas conduzirem invariavelmente a um *happy-end*, à única condição de se deixarem operar livremente as forças de mercado. As crises e os problemas do capitalismo nada mais seriam, nesse contexto, do que uma penitência por haver o sistema saído dos eixos neoclássicos. A teoria neoclássica, assim, que se destinou a explicar uma realidade, num determinado tempo e espaço, foi extrapolada para uma outra realidade. Em decorrência, são muitos os economistas norte-americanos que, ao escreverem sobre marxismo, deixam transparecer o *parti pris* de refutar suas teorias nos pontos nevrálgicos para o capitalismo.

É compreensível que os *establishments* acadêmicos se empenhem em contestar o marxismo com base no exame crítico, de caráter racional; é até mesmo compreensível que procurem fazê-lo motivados pelos interesses da classe dominante, entre outras razões porque o capitalismo se nutre de expectativas favoráveis; para ele, é importante que sua longevidade, sua viabilidade, possa ser cientificamente comprovada e defendida. No caso norte-americano essa fidelidade ao capitalismo tem suas raízes na própria formação nacional, no “sonho americano”, inspirado na liberdade de iniciativa. Galbraith reconhece que a “economia não é primariamente uma ciência expositiva; ela também serve o interesse econômico dominante. Cultiva as crenças e destarte o procedimento que tal interesse requer”². Manifesta que “gostaria de ver a instrução econômica refletir a realidade atual. E não deveria ser parte de seu propósito propagar a crença conveniente”³. Mais adiante admite que, “deixadas por sua própria conta, as forças econômicas não obram para o melhor, exceto talvez para os mais poderosos”⁴ e que “uma consequência da rejeição do modelo neoclássico é um renovado interesse em Marx”⁵, porquanto o marxismo é muito mais realista ao destacar o papel, por exemplo, da grande empresa, o poder que representa, sua tendência à concentração e aglutinação em virtude da capacidade técnica superior, sua preponderância sobre o próprio controle estatal. Verdadeiramente inaceitável é quando, numa discussão doutrinária ou acadêmica, aspectos subjetivos interferem de modo a impor conclusões aprioristicamente determinadas, sem qualquer lastro teórico, como quando *scholars* procuram invalidar o marxismo *in totum* a partir de uma ou duas de suas falhas, a exemplo dos anões da estória para os quais o elefante era o componente anatômico que conseguiam enxergar. Entre os erros que amiúde se cometem, sobressai o de esquecer-se que o marxismo trata do desenvolvimento capitalista, não, de uma sociedade sob o regime da propriedade coletiva dos meios de produção e, portanto, os insucessos que ocorrem nessas sociedades não são elementos de juízo sobre a análise marxista do capitalismo.

Apesar de modificações por que passou o capitalismo em sua história, decorrentes de pressões sociais interpretadas por correntes diversas e de uma dinâmica própria, apesar da considerável alteração em sua fisionomia provocada

por essas mudanças, a crítica essencial de Marx ao capitalismo constitui um desafio para o sistema capitalista, para a teoria e para o pensamento econômico ortodoxos, e permanece ao resguardo das revelações de não haver sido Marx um perfeito economista, ou um perfeito sociólogo, ou um cientista político perfeito, ou ainda das contestações de que Marx errou em vaticínios como o de que os países de maior desenvolvimento capitalista seriam os primeiros a socializar-se, ou de que a existência de classes sociais decorre da propriedade dos meios de produção. A crítica essencial, que ainda mantém o capitalismo no banco dos réus, se dirige ao que ele determinou de “contradição fundamental do capitalismo”; como já se viu, a de que, no processo acumulativo, os produtores colocam um número cada vez maior de bens à disposição dos consumidores ao mesmo tempo em que reduzem ao máximo o poder aquisitivo desses mesmos consumidores, desequilibrando oferta e demanda e rompendo o que, para a economia ortodoxa, é identidade entre produto e renda. Convém, pois, voltar ao tema, detalhá-lo e indicar sua atualidade.

Assim, no gráfico I a seguir, que descreve uma economia hipotética onde não se verifica acumulação,

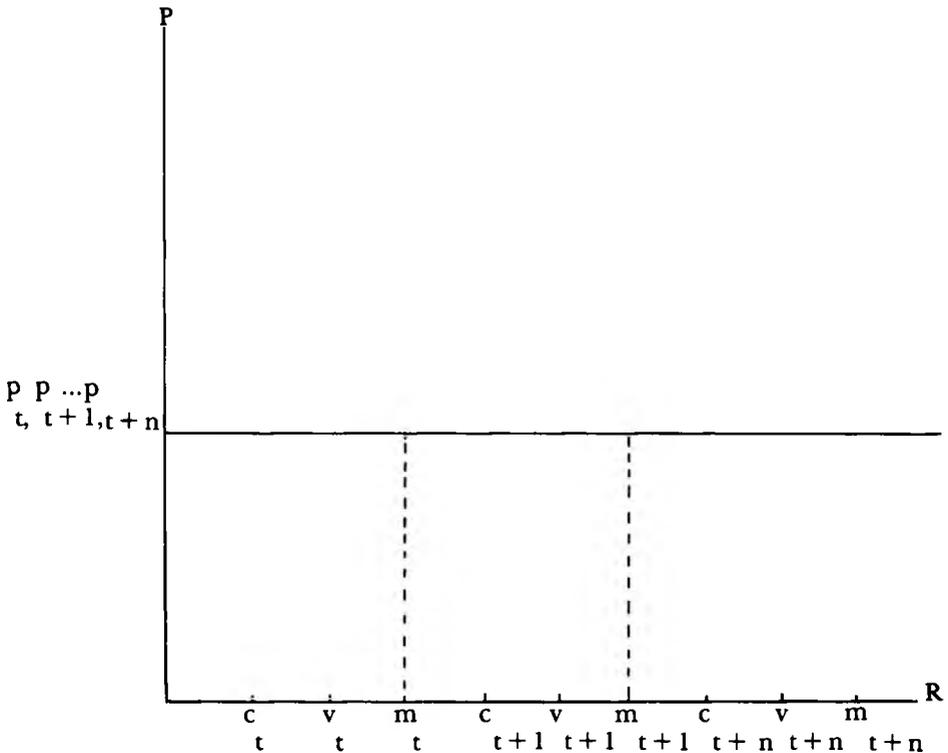


GRÁFICO I

sendo

P = produto

R = renda

c = trabalho constante

v = trabalho variável

m = mais-valia,

tem-se que a economia, num dado fluxo de tempo (t), opera um produto que será idêntico em magnitude ao dos períodos de tempo subseqüentes ($t + 1$, $t + 2 \dots t + n$), empregando, a cada período, quantidades idênticas de mão-de-obra e capital e extraindo uma fração constante de mais-valia, que por sua vez é praticamente consumida, havendo apenas investimento de reposição. Inexistindo acumulação, não emergirá, do modelo acima, a “contradição fundamental” apontada por Marx.

No gráfico II, como segue,

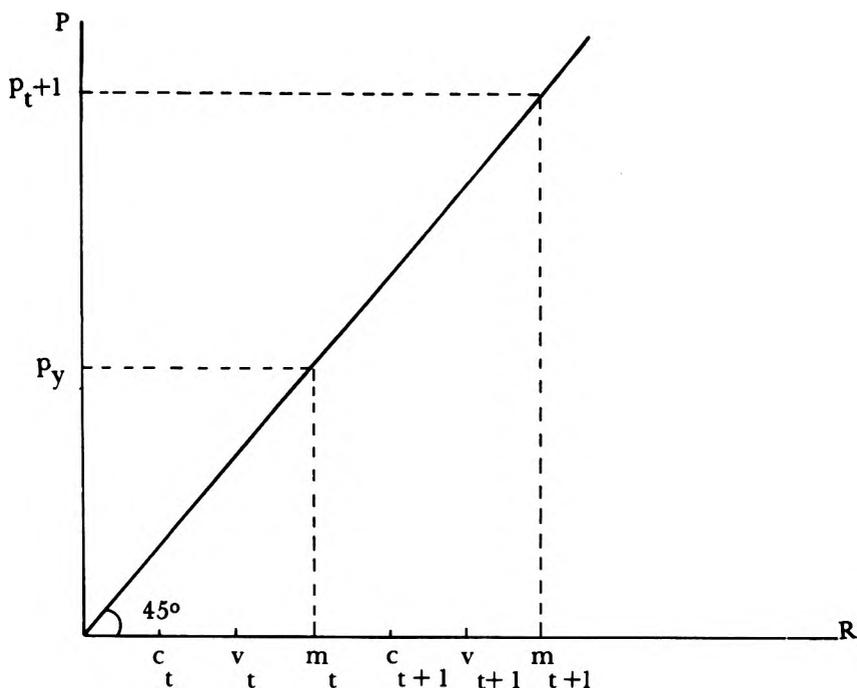


GRÁFICO II

tem-se que a economia, em fluxos de tempo idênticos e subseqüentes, opera níveis cada vez maiores de produto, graças, por sua vez, a níveis cada vez maiores

é representado pelo segmento ABCD), a ponto de estabelecer um fosso cada vez maior entre o valor agregado da produção inclusive mais-valia que corresponde ao valor da oferta e o valor agregado da produção exclusive mais-valia que corresponde às remunerações dos fatores de produção e, portanto, ao nível da demanda. Note-se que a mais-valia aumenta sua participação na renda em termos absolutos, mesmo que tal possa não ocorrer em termos relativos. Como também já foi visto, diante da situação de subconsumo que se cria, para que não haja ruptura do equilíbrio econômico é necessário que a mais-valia seja em sua totalidade despendida, isto é, consumida ou investida. A longo prazo, porém, o consumo da mais-valia, em princípio, cai proporcionalmente, por motivos amplamente conhecidos da teoria econômica marxista e keynesiana, aumentando, assim, o desequilíbrio entre oferta e procura ao gerar insuficiência da demanda, e, conseqüentemente, *irrealização* do produto. O investimento marginal, por sua vez, à proporção que aumenta o capital com o processo acumulativo, diminui em rentabilidade por razões também amplamente conhecidas da teoria marxista e keynesiana, o que torna cada vez menos atrativos novos investimentos. No modelo marxista trata-se de um mal congênito, cujas crises o sistema capitalista só superará agravando o próprio mal, através do aumento da composição orgânica do capital. Daí a importância do comércio exterior, com o qual se procura compensar a insuficiência do mercado interno para a realização do produto e crescimento da economia. Mas o comércio exterior caminha para a saturação na medida em que todos os países adotem idêntica solução, ao mesmo tempo em que adotam medidas protecionistas ou restritivas em geral.

Conforme a História revela, a linearidade que sugere o raciocínio de Marx não se espelhou no curso dos fatos. Assim como Marx identificou, na teorização das crises decorrentes da queda na taxa de lucros, seis causas que obstruem e anulam a lei, deixando-lhe meramente o caráter de uma tendência, outras tantas causas foram por ele reconhecidas no caso das crises originárias do subconsumo, como o surgimento de novas indústrias, o investimento mal sucedido, o crescimento populacional, o consumo improdutivo e os gastos do estado. Fugirá aos propósitos do presente livro detalhar cada uma das causas que contrabalançam a queda de taxa de lucros e a *irrealização* do produto, o que já está amplamente documentado na literatura econômica. Será, contudo, útil e relevante ao entendimento da atualidade da contradição fundamental pôr em discussão três fenômenos inerentes à moderna sociedade industrial relacionados com o paradoxo proposto por Marx, a inflação, o consumo improdutivo e o transnacionalismo, caracterizados de modo pouco objetivo pela economia ortodoxa.

A inflação, da mesma forma que, por um determinado conjunto de fatores, está ligada aos períodos de expansão do produto, por outro conjunto de fatores está relacionada à tendência do capitalismo à não-realização do produto. A inflação pode surgir então, nesse contexto, a partir, por exemplo, de uma elevação dos salários nominais em atendimento de reivindicação da massa de assalariados que

vê corroído seu poder aquisitivo pela dinâmica acumuladora capitalista. No primeiro momento, essa elevação representa uma diminuição da mais-valia, que tonificará a demanda e fará com que esta absorva a produção. A perda de mais-valia pelo aparelho produtivo é, contudo, de caráter temporário; pelo mecanismo de preços, o aparelho produtivo recuperará os níveis anteriores de mais-valia. Mas, se o aumento de preços se der tão-somente na mesma proporção do aumento de salários, não haverá ampliação da massa de mais-valia, apenas sua recuperação. É preciso, pois, que o aumento de preços ocorra em proporção superior ao aumento de salários para que haja tal ampliação. Em conseqüência, porém, agravar-se-á a insuficiência de poder aquisitivo, o que dará margem a novo aumento de salários. O processo continua em escala crescente, e é conhecido na teoria econômica como “espiral inflacionária”. É fácil, portanto, de entender-se que a espiral inflacionária possa ocorrer num contexto em que os investimentos não estejam expandindo a taxas satisfatórias – caso em que a redução do poder aquisitivo das massas pelo processo de extração da mais-valia pode ser atenuada pela grande procura de mão-de-obra, o que, de um lado, refreia a queda dos salários reais, de outro, aumenta o número de consumidores pela expansão do emprego, exprimindo uma relação causal em direção inversa à descrita pela curva de Philips ou seja, gerando inflação e desemprego simultaneamente. Esse modelo representa uma espécie de *estagflação*, isto é, a existência de inflação historicamente desproporcional a um pequeno ou nenhum crescimento do produto. Vê-se, portanto, que num contexto recessivo pode haver tanto estímulo à inflação como no de expansão. No primeiro, pela necessidade de revitalizar-se artificialmente a demanda, o que é depois corrigido pelo mecanismo de preços; no segundo, pelo estímulo realmente dado à demanda através da inflação de custos, já que o impulso básico surge no mercado de trabalho. O capitalismo, assim, também em situação recessiva não poderia dispensar a inflação, pois ela é, nesse caso, uma gangorra em que jogam o poder aquisitivo das massas e a capacidade investidora do aparelho produtivo, demanda e acumulação, havendo uma realimentação positiva entre ambos, através da espiral inflacionária. O capitalista procura, assim, realizar a mais-valia através da própria inflação, o que seria, em essência, uma tentativa de acomodação de um conflito distributivo; os aumentos periódicos de salários reais e o subsequente aumento nos preços seriam um modo de recuperarem-se, alternadamente, a capacidade de demanda e, portanto, de realização da mais-valia, e a intensidade do ritmo de acumulação.

O consumo improdutivo, por sua vez, surge e cresce com a própria acumulação, na medida em que, conforme foi visto no capítulo I, o capitalismo em estágio avançado procura superar sua desproporção entre oferta e demanda através do aumento das atividades circulatorias e administrativas, gerando, assim, o consumo improdutivo, que é aquele do fator trabalho empregado nessas atividades. Com o processo acumulativo, esse consumo passa a representar proporções cada vez maiores da demanda total, revestindo-se da característica de atividade rentável. Sendo rentável, passa a competir por fatores de produção,

deslocando-os de setores tradicionais. A tendência é então que ocorra escassez, aumento de preços e desemprego, este último derivado do fato de que o consumo improdutivo, sendo consumo sem contrapartida de produção, resulta em estagnação econômica. Se os fatores destinados a atender o consumo improdutivo são tomados aos setores menos vitais, poderá neles haver desativação pura e simples, gerando desemprego. Vê-se, outra vez, que uma inflação de demanda oriunda do crescimento do consumo improdutivo poderá coincidir com um aumento da taxa de desemprego – novamente contrariando a curva de Philips – e com a estagnação econômica.

Como moderna válvula de escape para a “contradição fundamental”, tanto para os países desenvolvidos como para os em desenvolvimento de base capitalista, está a evolução de uma economia transnacional, através das corporações multinacionais. Com ela, os primeiros encontram um canal para a aplicação de capitais ociosos, evitando a tendência à queda da taxa de lucros e à insuficiência da demanda através da incorporação de novos mercados, e os segundos procuram superar a escassez absoluta de capital. Em ambos, exerce, pois, o transnacionalismo uma função estabilizadora, nos primeiros permitindo a continuidade do fluxo acumulatório nos moldes capitalistas; nos segundos, possibilitando sua continuidade como países de economia de mercado, ao assegurar taxas de crescimento econômico muito além das possibilidades do capital local e mais compatíveis com as taxas de crescimento demográfico, a oferta de mão-de-obra e as aspirações das massas. A empresa multinacional não representa, entretanto, uma solução isenta de controvérsia. Tanto nos países-sede como nos recipiendários as relações com o estado-nação são ambíguas. Naqueles existe uma vasta gama de pressões, partidas do governo e sindicatos sobretudo, contra a evasão de capitais e de tecnologia, o desemprego, a diminuição das exportações, agentes causadores de recessão. Do outro lado, receios de perda ou diminuição de soberania, preço inevitável que os países em desenvolvimento pagam pelo desejo de recorrer às multinacionais e sua complementação da poupança interna para manterem-se no sistema de economia de mercado, já que, ao assim procederem, descaracterizam-se como economias nacionais; destarte, a única maneira de um país retardatário manter-se em regime de mercado é ceder parte de sua soberania econômica, ao mesmo tempo em que procura afirmar seu nacionalismo, defender o preço de seu produto de exportação, combater a ingerência, adquirir auto-suficiência etc. Outros preços são a evasão de capitais, os choques culturais, os conflitos políticos e ecológicos. Sobretudo, uma grande incógnita: prevalecerão na economia transnacional seus aspectos descentralizadores ou, inversamente, suas tendências centralizadoras? Obrará ela para que, com a produção, o capital se internacionalize, ao diminuir a concentração industrial e tecnológica a nível mundial, integrando em bases menos iníquas a economia capitalista internacional, ou tal não se fará sem uma correspondente concentração de renda em favor dos países exportadores de capital e tecnologia, numa nova versão do processo neocolonialista, agravando a “contradição fundamental”? O capital efetivamente emigrará de seus *habitats*,

abrindo espaço para uma nova ordem econômica internacional em que a norma seja a gradativa eliminação das disparidades regionais ou constituirá uma nova ordem em que o centro decisório passará a ser as poucas dezenas de gigantescas corporações que se teme controlarão a produção internacionalizada?

Tem-se aí um desdobramento da análise marxista da “contradição fundamental” na interpretação de fenômenos do moderno capitalismo. O marxismo proclama, hoje como ontem, a incapacidade de o capitalismo superar tal contradição. O capitalismo, na verdade, tem buscado soluções tendentes a contemporar com a questão mais propriamente do que solucioná-la, conquanto ela, aqui e acolá, persista em colocar-se impertinente em meio ao desenvolvimento capitalista. Konstantin Zarodov, a propósito, registra que “os adversários ideológicos do socialismo estão recorrendo a vários subterfúgios de modo a ocultar ou distorcer o sentido real dos problemas centrais dos tempos modernos. Em lugar de elaborarem uma análise científica, de classe, engajam-se em exercícios escolásticos, com critérios arbitrariamente selecionados, frequentemente secundários, e assim procuram perverter o significado das principais tendências de hoje, ocultar debaixo do tapete o pó do capitalismo e prever para ele um futuro ensolarado”⁶.

Nos países em desenvolvimento, ademais da contradição fundamental, ocorre que o produto, em números absolutos, costuma ser insuficiente para os elevados contingentes populacionais, o que se reflete nos baixos índices de renda *per capita* e na existência de bolsões de miséria. Soma-se, assim, nesses países, ao problema distributivo uma insuficiência absoluta do produto. Costuma neles haver uma luta contra o tempo, na medida em que a redução do poder aquisitivo das massas para a ampliação da mais-valia acumuladora é estimulada pela ação governamental, que espera, como retorno, um crescimento do produto a passos largos que recompensará a massa assalariada de sua privação antes que esta dê origem a posições contestatórias absolutamente incontroláveis.

Nos países desenvolvidos, ao contrário, níveis mais altos de renda permitem maior acomodação social. Em alguns, prevalecendo embora grandes desigualdades de renda, é esta suficientemente grande de modo a possibilitar a cada classe fatias maiores em tamanho absoluto do que lhes corresponderia nos países em desenvolvimento; em outros, é suficientemente grande de jeito a ensejar concessões aos assalariados que revigorem a demanda e não afetem o ritmo de acumulação; o desemprego é menor; a convivência entre capital e trabalho é mais amadurecida como resultado do processo histórico. Esse quadro, contudo, não reflete uma conquista definitiva do capitalismo; depende, primariamente, da própria capacidade de expansão do sistema, a qual, quando refreada, pode dar margem a soluções centrífugas como a perda do poder, na Suécia, dos sociais-democratas em 1976, do Partido Trabalhista no Reino Unido para Thatcher, em 1979, e, na França, da coligação UDF-RPR, em 1981. Em segundo lugar, repousa sobre um

sistema de relações econômicas internacionais caracterizado por termos de intercâmbio comercial detrimenais aos países do terceiro mundo, sistema que no passado se fundamentava no colonialismo e no imperialismo e, no presente, no protecionismo, na persistência da divisão internacional do trabalho, no transnacionalismo econômico, constituindo um processo que Lênin descreveu como de “exportação de revolução”⁷, ou seja, acomodação social nos países desenvolvidos às custas de instabilidade social nos países periféricos do sistema. Prova disso está em que parte da estratégia marxista anticapitalista no terceiro mundo consiste, desde Lênin, na chamada luta contra o neocolonialismo ou em favor dos movimentos de liberação nacional e objetiva uma asfixia do sistema capitalista através da desestabilização das relações entre a periferia e o centro. São bem atuais os efeitos no capitalismo da constante valorização dos preços do petróleo desde 1973, o que fez com que, em 1980, o déficit do balanço de pagamentos dos países desenvolvidos fosse estimado em cerca de cinquenta bilhões de dólares.

As conseqüências sociais, políticas e econômicas da “contradição fundamental” sofrem o efeito de um expoente de magnitude cada vez maior: o século XX é um século de massas e de reivindicações sociais, da mesma forma que os séculos XVIII e XIX foram do indivíduo e de aspirações liberais. No presente centênio, a pressão das massas atua no sentido de instituir, consolidar ou ampliar as conquistas sociais cuja construção teórica foi iniciada no último, da mesma forma que no século XIX se procurou avançar na conquista dos ideais democrático-burgueses herdados no século XVIII, especialmente da Revolução Francesa e da Guerra de Independência dos Estados Unidos da América. O crescimento das massas transformou rapidamente as estruturas, seja nas universidades, que se volta para elas através da massificação do ensino, seja no desenvolvimento da comunicação social – os chamados *mass media* – seja no populismo, que é a massificação da política, ou na massificação econômica, a substituir qualidade por quantidade, o que se observa nos mais variados setores da atividade econômica. Não quererá tal ordem de idéias demarcar duas etapas distintas: a da legitimação dos direitos do indivíduo adstrita ao século XIX, e o atendimento das reivindicações sociais a partir do século XX. Na verdade, entrou-se na era das massas sem jamais ter havido um completo e integral reconhecimento dos direitos do indivíduo, o que confere a ambas as questões, a individual e a social, uma dimensão muito mais ampla do que já possui cada uma *per se*. Universos diferentes embora, um passou a ser condicionante do outro. As pressões mais intensas, contudo, no presente século, são em favor das soluções sociais, o que é resultante, sobretudo, do fenômeno avassalador que foi o aumento populacional ocorrido no mundo nos últimos cem anos.

Neste século de massas e de massificação, de exigências sociais, o capitalismo forceja por levar adiante seu modo de produção, fundamentado na propriedade individual e na livre iniciativa, e usando com algum remendo, a mesma vestimenta, tecida das idéias liberais, com que emergiu do século XVIII. Em outros termos,

num século de clamores sociais, o capitalismo segue agitando a antiga e não menos honrosa bandeira das liberdades fundamentais do homem, embora a incapacidade do sistema de solucionar satisfatoriamente os conflitos sociais muitas vezes não lhe deixe alternativa senão a de arrancar dos ares seu pendão liberal em atitude de autopreservação, com o sacrifício ao direito de propriedade e de livre iniciativa, que lhe são caros, de todos os demais direitos relativos à liberdade do homem. Na verdade, o capitalismo não só é carente de uma ideologia social como de uma ideologia, já que é em essência um meio de acumulação e apropriação. O capitalismo e os ideais liberais não são uma peça inconsútil, embora aquele estivesse na base das liberdades democrático-burguesas consagradas pela Revolução de 1781. A verdadeira ideologia do capitalismo, se existe, não é, portanto, o liberalismo, mas o pensamento econômico ortodoxo. Esse divórcio é mais sensível nos países em desenvolvimento, onde se cava abismo cada vez mais fundo entre capitalismo e democracia, na medida em que a conservação de um demanda a supressão da outra.

Assim, em meio a um século de massas, e contestado por um sistema econômico calcado numa doutrina eminentemente social, o capitalismo vê-se coagido a incorporar variáveis sociais, a reavaliar-se, a adquirir uma consciência global, desenclausurando-se da pura mecânica acumulativa e apropriativa, a posicionar-se simultaneamente frente ao Estado, ao indivíduo e à sociedade, em suma, a diversificar valores em busca de soluções para os problemas por ele próprio causados ou que ele ainda não se empenhou em solucionar. É nesse sentido que uma compreensão da dialética de seu próprio desenvolvimento poderia evidenciar, para o capitalismo, a indissolubilidade entre sua transformação e a preservação dos valores liberais que lhe estão associados, criando uma dinâmica reformista própria, sistematizada e, não, casuística, como vem ocorrendo até o presente, em direção a um conjunto de objetivos compatíveis e pré-determinados, ora antecipando-se ao fato social, ora condicionando-o. Em termos práticos, isso equivaleria, por exemplo, a subpor a questão da propriedade privada ao alcance social de seu uso, a encarar o monopólio, não como o resultado de uma ausência de competição ou de um processo consumado de competição, mas essencialmente do ângulo do seu custo social, do diferencial de preços e do estorvo do aumento da capacidade produtiva do sistema; a ver a livre iniciativa como um dos astros na constelação das liberdades humanas, não o esteio delas.

Da aparente inabilidade do capitalismo em entender sua “contradição fundamental” como tal e suas conseqüências de curto, médio e longo prazo, decorre toda a síndrome que os adversários do sistema costumam apontar-lhe: exploração dos assalariados, procura inconseqüente do lucro, condução a uma extrema desigualdade de rendas, prevalência da desordem, entendida como ausência de planificação e presença permanente do risco de crises, crescimento pelo crescimento, realização de investimentos em função primordial do lucro e não das necessidades sociais, subordinação da sociedade à economia, ao invés de

subordinação da economia à sociedade. Inverter essa relação causal, no sentido de atribuir a contradição fundamental às motivações puramente egoístas do capitalismo e não o contrário, teria, em primeiro lugar, uma conotação maniqueísta, porquanto o egoísmo não é apanágio do capitalismo, mas inerente à condição humana, sob qualquer sistema e em qualquer época; em segundo, seria condicionar o objetivo ao subjetivo; em terceiro, resvalaria para o impossibilismo, e não se revestiria, portanto, de qualquer aspecto construtivo.

As conseqüências políticas, econômicas e sociais da “contradição fundamental” sofrem ainda o efeito amplificador de outro expoente, a inexistência, no capitalismo, de uma consciência de classe. O universo burguês é marcado pela competição e pela diversidade, o que impede a formação de tal consciência, exceto quando a propriedade privada sofre ameaça iminente. No mais, tratando-se de um grupo seletivo em função de afinidades e interesses, a competição no capitalismo se estabelece nos próprios círculos de cooperação e de convívio. Os capitalistas voltam-se, sempre, para novas realizações pessoais, esquecendo-se do impacto que, como um todo, provocam no sistema. Por isso mesmo, não é este por eles encarado como tal, como uma estrutura; antes, é opaco a seus olhos, o que impede um controle do sistema pelo controle integrado de todas as suas variáveis, o que impede, em outras palavras, a *racionalização* do sistema. Bastante a propósito viria lembrar Schumpeter⁸, para quem o capitalismo estava condenado ao desaparecimento em função da própria competição. Não porque fosse ineficiente, mas porque autofágico: a concentração de capital acarreta a exportação da burguesia pela burguesia, depois, o tecnocrata substitui-se ao empresário, tornando-o ausente do processo tecnológico; afinal a rotinização da atividade econômica provoca a substituição do tecnocrata pelo trabalho administrativo corrente; a gradual obsolescência da figura do capitalista cria uma atmosfera de hostilidade para com o capitalismo remanente, a qual abre espaço para o socialismo. Para Veblen, a substituição do “capitão da indústria” pelo “capitão das finanças”, também por força da competição, viria a ferir gravemente o capitalismo, levando-o à perda de eficiência e racionalidade, uma vez que atuaria a falta de conhecimento daqueles que agora controlavam a produção, deixando-a a quem da combinação ótima de fatores. Veblen criticava na indústria gerida pelo capitalista financeiro a “escolha pouco confiável e cega dos métodos e do pessoal e, conseqüentemente, uma incompetência imposta à administração da indústria, uma baixa da produção para quem das necessidades da comunidade, das capacidades produtivas e daquilo que um controle inteligente da produção teria tornado comercialmente rentável”⁹.

Capítulo VI

O Marxismo em Crise

Assim como o capitalismo, o socialismo marxista sofre pressões internas no sentido de mudança, que são de crescente intensidade e adquirem expressão cada vez maior como fator de dinâmica social, econômica e política no mundo contemporâneo. Tal instabilidade mantém acesa a discussão em torno de se o socialismo marxista corresponde, deterministicamente, ao sistema no qual desemboca o capitalismo ou se a um sistema que, surgido da contestação do capitalismo e dos males por ele causados, é uma formação histórica alternativa que terá longa evolução ainda a cumprir, na qual se destacam, como fonte de motricidade numa estrutura coletivista, as reivindicações liberalizantes, a implicar reabilitação lenta e parcial dos valores liberais que submergiram na nova ordem.

Não que o marxismo histórico houvesse deixado de contemplar valores liberais e humanísticos. Muito ao contrário, são eles os fins últimos do marxismo, previstos para alcançarem-se com o advento do comunismo: a doutrina marxista-leninista ensina que à derrubada da burguesia se segue um período de transição, o socialismo, no qual se consolidam as novas relações de produção; tal período é também o da superação da escassez; nele se distribui “a cada um conforme seu trabalho”¹⁰; é a fase da ditadura do proletariado; o estado, que o marxismo vê como instrumento de opressão da classe dominante, é, nesse contexto, o instrumento pelo qual a ditadura do proletariado transforma a sociedade; ao socialismo sucede o comunismo, caracterizado pela abundância, e no qual se dá “a cada um conforme suas necessidades”¹¹; o estado desaparece, dando lugar a uma sociedade anárquica, fruto da inexistência de classes. Tais propósitos finais do marxismo histórico, contudo, não estão dando mostras de emergir de uma evolução programada das sociedades marxistas em direção ao estágio superior e final que lhe prescreve a doutrina, mas, antes, estão presentes, dentro daquelas sociedades, no questionamento que se faz ao marxismo oficial e na correção de rumo que se lhe está a exigir. Dir-se-ia que, diante da perplexidade, nas sociedades onde o marxismo é a ideologia dominante, em torno de se estão elas evoluindo em direção àqueles fins, em sincronia com a evolução da base material, uma inquietação liberal vem ganhando impulso, a qual, no afã de abrir espaço para o próprio comunismo, está a pressionar por medidas liberalizantes que não

decorrem, portanto, de seu amadurecimento, mas de uma contestação dos métodos e da duração daquilo que, mesmo de modo não ortodoxo, é declaradamente uma fase de transição do capitalismo para o comunismo. Assim, as pressões internas não pretendem, conscientemente ao menos, a abolição do marxismo, mas um reencontro deste com seus valores históricos, genuinamente doutrinários. Pelo menos por enquanto, tais pressões não produziram modificações substanciais nos sistemas sobre que atuam. Onde as houve, foram introduzidas pelo próprio estado, como o estalinismo, o socialismo autogestionário iugoslavo ou o modelo húngaro.

Uma dificuldade que naturalmente se impõe ao estudo e avaliação do desempenho do socialismo marxista e do comunismo, quer encarados como estágios subseqüentes ao capitalismo quer como sistemas alternativos, é a diferença de percursos históricos existentes. Enquanto o capitalismo já tem completos mais de duzentos anos de história, somente em sua versão industrial e financeira, o segundo sequer atingiu setenta, menoridade que tem sido invocada em sua defesa. Na verdade, o maior desenvolvimento histórico do capitalismo permitiu um conhecimento mais profundo de sua natureza e dialética, uma percepção mais clara de suas contradições. Ainda assim, bem menos científico do que ombrear dois sistemas de idades diferentes será contrapor ao capitalismo, como sistema real, o comunismo, como sistema ideal. Já que é preciso valer-se de um denominador comum, maior utilidade terão para os propósitos de um ensaio que pretende isolar elementos determinantes da sociedade industrial e prospectar sua realidade futura a partir da evolução desses elementos, setenta anos de marxismo oficial do que quase século e meio de marxismo teórico. De resto, quando Marx publicou, em 1848, o *Manifesto Comunista*, tinha o capitalismo a mesma menoridade que hoje tem o comunismo, e nem por isso foi isento de responsabilidade criminal. A despeito, portanto, de não dispor-se, no caso do marxismo, de um acervo histórico comparável ao do capitalismo, a Revolução de 1917 e as congêneres que se lhe seguiram têm apresentado uma linha evolutiva que permite algumas formulações.

Marx considerava que a derrubada da burguesia e a posterior fase de construção do comunismo eliminariam o impasse capitalista entre a socialização da produção e o caráter privado da propriedade, abrindo caminho para o advento de uma sociedade sem classes. A abolição da propriedade privada provou, contudo, ser ineficiente para assegurar a existência de uma sociedade sem antagonismos. A dialética da luta de classes, que uma vez serviu ao comunismo, dele separou-se, assim como o capitalismo se distanciou do pensamento liberal em que em certo momento se sustentou. Novas teses, novas antíteses e novas sínteses continuam a abrir caminho através dos tempos, tecendo o fio da História. O conflito de classes, como os de natureza política, até então atribuído ao capitalismo, não cederam com o socialismo, tendo apenas mudado de figurantes e de situações. De outra coisa não decorrem, nas sociedades marxistas, o choque de

posições e interesses da burocracia e da não-burocracia, da oligarquia política e do povo, do proletariado e do campesinato, do *establishment* e dos dissidentes de toda sorte, dos próprios países marxistas entre si, destes e dos partidos comunistas da Europa Ocidental, do marxismo do tipo soviético e do iugoslavo, do albanês e do chinês. A evolução dialética da realidade social marxista posterior a 1917 deu, pois, ao marxismo um caráter dessemelhante do que lhe forjou Marx e mesmo Lênin; operaram no marxismo positivado, ou seja, convertido em ideologia oficial, transformações estruturais que o tornaram um sistema distinto do modelo original, assim como o capitalismo de hoje é estruturalmente distinto do do século XIX.

O estado soviético moderno, como o búlgaro e o alemão ocidental, entre outros, não refletem, pois, estruturalmente, o marxismo-leninismo. Se a intenção de Marx foi institucionalizar a ditadura do proletariado e a de Lênin salvá-la, ainda que lançando o embrião do estatismo, na medida que o partido se superpunha às massas na gestão da sociedade, a de Stálin outra não foi senão a de fazer desmoronar aquele ideal bolchevista: disposto a modernização um país atrasado, pôs a um canto os pruridos doutrinários do bolchevismo histórico, subverteu a base ideológica e teórica do sistema e não vacilou em apoiar-se na burocracia e no centralismo estatal como fatores decisivos para operar a própria modernização. Como resultante desse processo, nasceu um sistema político totalitário, como se ao marxismo-leninismo se houvesse imposto uma nova ordem. O partido passou a ser a expressão do poder da burocracia, espalhando-se por todos os aspectos da vida social. Nas sociedades marxistas, a burocracia é, pois, o extrato socialmente dominante, por meio da qual a elite exerce as funções governamentais e o controle político. O centralismo burocrático e o estatismo, legado estalinista, contrapõem-se à ditadura do proletariado e ao socialismo saídos da forja de Marx e Engels.

Assim como o capitalismo, o comunismo tem, portanto, uma “contradição fundamental”, que consiste na socialização da produção, de um lado, e no controle estatal dos meios de produção, de outro, o que resulta em dissintonia entre as prioridades e aspirações do proletariado àquelas da burocracia que exerce a ditadura do proletariado em seu nome, e em seu nome controla os meios de produção. Se tal contradição não faz que, como no capitalismo, a redução do poder aquisitivo absoluto das massas seja um requisito da acumulação, opera que uma redução de seu poder de consumo relativo, face à própria acumulação, seja um requisito do domínio da burocracia, conforme se discutirá.

Em razão de tal divórcio entre doutrina e práxis, os detratores do marxismo procuram fazer valer que este, reconhecendo-se, ou não, sua cientificidade na análise crítica do capitalismo, é utópico com relação ao novo homem e à nova sociedade que projetou. Os defensores mantêm que a dicotomia entre o marxismo oficial e o histórico ou são características, ainda que não ortodoxas, de um período de transição do capitalismo para o comunismo, ou, na pior das hipóteses, devem

ser debitadas à conta das ações circunstanciais, pragmáticas ou personalistas dos homens, não às idéias de Marx e Engels. De permeio, coloca-se a questão de saber se o marxismo poderia efetivamente haver sido posto em prática sem as distorções que se produziram. Se não poderia, há que fazer concessões ao marxismo conforme positivado, dirão os marxistas; mas, então, o marxismo é uma utopia, dirão os antimarxistas. Se poderia, os marxistas históricos afirmarão que aquilo que se está procurando implantar não é marxismo, mas estatismo, burocracia etc., os pragmáticos pedirão moratória, alegando que os fins justificam os meios, e os antimarxistas perguntarão implacavelmente porque o marxismo oficial se afasta cada vez mais do histórico. Infelizmente, Marx não poderia ter vivido o bastante para que se conhecesse seu juízo sobre os sistemas que floresceram de sua doutrina.

A discussão comporta um parêntese para lembrar que, ademais das distorções verificadas entre o discurso e a práxis marxista, existem alguns paradoxos dentro da própria doutrina, dos quais Raymond Aron fornece exemplos como esse: “Se o proletariado se define como a classe explorada, a partir do dia em que o proletariado está no poder, por definição não é mais proletariado (...). Por outro lado, a classe é definida pela propriedade dos meios de produção. Quando não há mais propriedade privada dos meios de produção, por definição não pode haver mais classes. Mas se não há mais classes, porque não há mais propriedades privadas dos meios de produção, a quem responde a ditadura do proletariado?”¹² Poderiam lembrar-se outros, como o de que, afirmando embora a inexorabilidade das leis da História, o marxismo apela aos homens a delas tomarem conhecimento para que possam ser aplicadas.

O estalinismo *d'époque* não representou, necessariamente, uma contradição fundamental de efeitos análogos aos que Marx distinguiu no capitalismo, mas tão-somente uma contradição, já que Marx não previu o centralismo burocrático. Ainda assim, reforçava realisticamente a interpretação econômica da história de Marx e a relação que essa teoria estabelece entre infra-estrutura; estrutura e super-estrutura. Pois o estatismo estalinista, como relação de produção ou estrutura, correspondia, na infra-estrutura, à necessidade de por todos os meios e no mais breve prazo consolidar-se a base industrial, promover-se acumulação e atingir-se o estágio de desenvolvimento econômico, o que estabelecia uma velocidade de ação incompatível com o difuso controle dos bens de produção pelas massas e, por extensão, com a ditadura do proletariado. Ora, assim como à propriedade privada dos meios de produção corresponde, na superestrutura, o domínio político da burguesia, e à ainda hipotética propriedade social dos meios de produção corresponde o domínio da sociedade, ao controle estatal corresponde o domínio da burocracia. Não procederiam, nessa linha de raciocínio, pontos de vista como o de Massimo Salvadori, Professor em Turim, que divisa uma falta de correspondência, na sociedade soviética, “entre a estrutura, fundamentalmente sadia, e a superestrutura, afetada por degenerações insanáveis”¹³. Há, isto sim, uma

perfeita correspondência entre ambas na medida em que a propriedade estatizada engendra um poder político igualmente estatizado, como o da burocracia. Evidenciam-se, por outro lado, dois importantes fatos: primeiro, o de que o estatismo correspondeu, nos países marxistas, a um estágio necessário de transição do capitalismo para o comunismo, decorrente, em última análise, da prematuridade com que se aboliu o sistema de propriedade privada *vis-à-vis* do próprio marxismo teórico, que previa a eclosão das revoluções proletárias nos países de maior desenvolvimento capitalista, onde mais desenvolvidas fossem as forças produtivas. O segundo, o de que é o controle, não a propriedade privada dos meios de produção, que determina a classe politicamente dominante.

É nos dias atuais que o estalinismo se converte na origem da contradição fundamental. É a permanência do estalinismo, após a superação do *take-off* acumulativo, do desnivelamento básico entre as sociedades marxistas e as capitalistas, a fonte da contradição. Mais exatamente, é a permanência pela permanência, que arrefece o ímpeto transformador do marxismo, cria um abismo entre estado e sociedade, quando do primeiro se esperava um gradual esmaecimento em favor da segunda, e confere ao estado marxista um caráter reacionário em termos do próprio marxismo. Santiago Carrillo aponta que “não estamos ainda, na União Soviética, na primeira fase prevista por Marx e Engels. Estamos numa fase em que, depois de ter realizado a acumulação, se continua a impor muito sacrifício ao povo pelo armamento do país. Mantêm-se as características particulares de um sistema que não é uma democracia popular, uma ditadura proletária, mas uma ditadura de um extrato do país sobre o conjunto do país”¹⁴. A “contradição fundamental” é a gênese de outras não menos importantes: a remanência de uma estrutura de classes, o conseqüente reforço do estado, a história do partido e do regime revelando a ação de alguns homens sobre as forças objetivas, apesar de a doutrina proclamar o determinismo econômico; o socialismo, que para Marx somente poderia intervir após o desenvolvimento das forças produtivas pelo capitalismo, intervindo a qualquer tempo de uma determinada sociedade.

A burocracia, enquanto elite, favorece toda a sorte de atividades que justificam sua conservação como classe e como elite, que reforcem sua *raison d'être* e seus privilégios, como o investimento em indústria pesada e tecnologia de ponta, a edificação do comunismo internacional, a produção de armamentos, a propaganda, a assistência a países em desenvolvimento, a aeronáutica espacial e outros mais, relacionados com os objetivos internos e externos do estado, como o crescimento, a independência econômica, o prestígio internacional. A preservação pela burocracia de seu *status* está, por sua vez, indiscutivelmente ligada a um baixo nível de renda e de vida das massas e estabelece para a economia o dilema de aumentar-se o bem-estar social ou privilegiar-se o poderio econômico e a acumulação pela acumulação. Os soviétólogos não hesitam mesmo em afirmar que o baixo padrão de vida do povo também é condição para a preservação do *status* da burocracia,

porque uma sociedade economicamente desenvolvida, com outra formação educacional por exemplo, se tornará mais e mais avessa a um regime político centralizado e pressionará o poder central por um número maior de opções e, conseqüentemente, por maior liberalismo. Significativamente, são os operários mais jovens, com oito anos ou dez de escolaridade, contrariamente aos mais velhos ou aos de recente imigração urbana, os mais conscientes das limitações da sociedade em que vivem. Há quem sustente, porém, que esse maior liberalismo é inevitável, por força do desenvolvimento econômico: satisfeitas as necessidades prioritárias, o aumento de produção e o desenvolvimento tecnológico ajudarão as pressões sociais a elevarem a nível satisfatório a produção de bens de consumo, quando então o consumidor será necessariamente consultado sobre suas preferências. Pode-se, comparativamente, dizer que, se no capitalismo a “contradição fundamental” é econômica, decorrente da diminuição do poder aquisitivo em contraste com a expansão do produto, tendo como resultante política as sínopes – esquerdistas ou direitistas – no próprio liberalismo, ou então a manipulação do constitucional-pluralismo, e como resultante econômica as sínopes no processo de acumulação e o empobrecimento das massas, no comunismo a “contradição fundamental” é política, conseqüência da superposição da burocracia ao povo em nome de quem deveria governar; tem como conseqüência política o totalitarismo e como conseqüência econômica a condução do processo acumulativo conforme o interesse predominante da burocracia, às expensas do adequado desenvolvimento do consumo das massas relativamente ao valor agregado de seu trabalho.

A conseqüência política da contradição marxista é o feitiço totalitarista que o estado assume, além do estado em si mesmo. O totalitarismo, mais do que instrumento estalinista de ditadura do proletariado, é instrumento de preservação de um *status quo*, o que transforma a burocracia e o próprio estado em forças reacionárias, a procurarem, tal qual a burguesia no capitalismo, reprimir as mudanças sociais, que estão convenientemente encaradas como *retrocesso* social, portanto, *revisionismo*, não como *processo* social, ou *reforma*. A ação coercitiva estatal já não é *revolucionária*, no sentido de consolidar a implantação do comunismo, mas, sim, *reacionária*, porquanto visa proteger os interesses de um estabelecimento contra as transformações que os demais grupos querem suscitar. Trata-se, em essência, de um conflito entre o dogmatismo estalinista e o pensamento revolucionário marxista, democrático e criativo, o que praticamente implica o abandono da dialética, sempre e quando o modelo estalinista impede, ao estereotipar a realidade, seu desenvolvimento e sua evolução natural. Nesse contexto, o estado, corroborando a afirmação marxista de que é um instrumento de opressão da classe dominante, não se orienta no sentido do anarquismo, como postula a doutrina marxista, conquanto a literatura oficial proclame, com Zarodov, que “Nós estamos testemunhando a realização da previsão de Lênin em abril de 1917 de que ‘o socialismo inevitavelmente deve evoluir gradualmente para o comunismo, sobre o estandarte do qual está inscrito o moto de cada um

conforme sua habilidade, a cada um conforme suas necessidades”¹⁵. Se o estado ainda pode encontrar justificativas extradoutrinárias para seu fortalecimento, como a segurança externa, o partido único já não encontra justificativas para seu monopólio de poder em termos de consolidação revolucionária, de desmonte do *ancien régime*, mas, ao contrário, lança sobre si a suspeição de atrofia do comunismo anárquico. Ainda que Ponomarev, teórico do Partido Comunista da União Soviética, haja definido o revisionismo como “uma tendência no movimento da classe trabalhadora a, em benefício da burguesia, procurar desembarcar, emascular, destruir o marxismo por meio da revisão, isto é, por meio do reexame, distorção e negação de seus princípios básicos”¹⁶, torna-se difícil identificar o que é verdadeiramente revisionismo, tarefa que é feita, não, do prisma do marxismo histórico, mas do prisma do marxismo oficial, da ótica da burocracia.

Transformado, portanto, em crença institucionalizada, o marxismo tornou-se instrumento de poder e perdeu sua pureza doutrinária, em detrimento de sua própria evolução e aperfeiçoamento, e passou a sustentar o interesse de grupos dentro do estado e dele próprio diante de outros estados, mesmo os que, doutrinariamente, seriam unidos pelo fraternalismo socialista. De outra coisa não decorre, nas sociedades marxistas, a falta de liberdade e de ação política, de consciência, de imprensa, de circulação de idéias, de dispor-se da própria pessoa física e intelectualmente, enfim, de tudo o que se chama democracia e liberdade. Salvadori salienta que “A sociedade soviética assume o caráter de uma sociedade ‘nova’, não capitalística e não socialística, mas é uma sociedade que, em todo caso, conserva do capitalismo o caráter hierárquico e não-igualitário, se bem que os modos de formação e expressão das hierarquias sociais e políticas sejam diversos daqueles capitalistas. Por outro lado – e este é o aspecto decisivo mais grave – é uma sociedade à qual o poder imprime um caráter ‘fechado’, estático, que visa à conservação e sufocar a inovação”¹⁷.

Economicamente, a contradição fundamental em exame reflete-se, como já se colocou, na diferença de benefícios entre as distintas camadas da população, como a burocracia, o proletariado e o campesinato, bem como no choque entre os valores da própria burocracia, como o poderio e o crescimento econômico, e as aspirações das massas, que são basicamente de uma elevação dos padrões de consumo e bem-estar. Existe, assim, numa sociedade que se iguala às mais modernas em determinados setores, uma situação de penúria de bens de consumo corrente, como os produtos agrícolas de abastecimento, carnes notadamente, os de vestuário, os artigos de limpeza, que, além de serem de generalizada escassez, são caros e de qualidade inferior. A escassez no setor habitacional, que não acompanhou a transferência da população do campo para a cidade durante o processo de industrialização, assim como a organização dos serviços públicos, constituem-se em dois outros problemas salientes dessas sociedades. Tal estado de coisas se deve ao sistema de distribuição, que favorece a burocracia, mas, sobretudo, à subprodução de bens de consumo, uma vez que o

planejamento econômico privilegia os bens de capital e, entre eles, com especial ênfase, os que falam mais de perto à manutenção e prestígio da burocracia. Durante o XXXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1981, o Presidente do Conselho de Ministros, Nikolai Tikhonov, reconheceu, no relatório que apresentou ao conclave, que “O crescimento acelerado do grupo “B” [bens de consumo] é uma questão de grande importância”¹⁸. A solução por ele apontada, contudo, é a transformação da economia de extensiva em intensiva, através de mecanização qualitativa, com conseqüente aumento da produtividade e da qualidade de produção. À primeira vista, contudo, é difícil de entender-se como isso se poderá dar sem uma concentração ainda maior de investimento no setor A, o que retroalimentará o impasse existente entre os dois setores da economia. Além do que o apelo do aumento da produtividade como panacéia dos males das economias marxistas mascara a verdadeira natureza do problema, da mesma forma que o axioma capitalista, freqüentemente invocado em países em desenvolvimento, de que do crescimento do produto depende sua melhor distribuição.

A situação de subconsumo, ou, mais corretamente, de subprodução que experimentam essas sociedades, é amplamente conhecida, o que dispensará maiores comentários a respeito. Sua inserção no presente trabalho não tem por objetivo, à maneira da literatura econômica burguesa, demonstrar a inviabilidade da economia de plano ou coonestar o capitalismo tal qual é, com seu individualismo e suas iniquidades, mas situar a crise econômica de tais sociedades num contexto dialético, identificar os reflexos políticos e econômicos das contradições que se apresentam como inerentes ao sistema, da mesma forma que no capitalismo existem. Delas é representativo o sentimento externado pela massa trabalhadora nessas sociedades, sempre que possa fazê-lo com segurança, de modo individual ou coletivo, de que está sendo espoliada, de que se lhe está exigindo um esforço produtivo desproporcional ao que recebe do estado em forma de salários e benefícios, e o sentimento de estar sustentando um aparato burocrático com o qual não se identifica. É, enfim, a realidade classista específica das sociedades marxistas que procura implodir o monolitismo ideológico, esteja ele sob forma de partido único, que já não acomoda tal realidade, ou do centralismo burocrático, que já não faz jus, como antes, à integral confiança da sociedade.

A contradição fundamental recoloca, no marxismo, a questão da mais-valia. Ela não deixou de ser a base da acumulação com a conversão dessas sociedades de capitalistas em marxistas, a fonte de recursos por excelência, tal qual no capitalismo, para o investimento através do excedente do valor agregado pelo trabalho socializado sobre os proventos da sociedade. Em tese, a verdadeira natureza econômica da mais-valia é a transferência de renda do indivíduo para a coletividade para o atingimento de objetivos sociais mediante o sacrifício de objetivos individuais. A tributação, em especial sobre as empresas e sobre a renda dos indivíduos, é o modo pelo qual o estado absorve a parcela da mais-valia que

convencionalmente lhe cabe, para o preenchimento das funções que também convencionalmente lhe incumbem. A parcela não recolhida sob a forma de tributação, descontado o consumo do capitalista ou do burocrata, serve o propósito social gerando recursos para a acumulação, que beneficiará a sociedade como um todo, através da criação de riqueza, de bens, de emprego etc. As distorções no uso da mais-valia que se verificam tanto no caso do capitalismo como no marxismo consistem (a) no alargamento, pela burguesia e pela burocracia, da margem destinada ao consumo pessoal e (b) na escolha dos investimentos conforme os interesses, não, da coletividade, mas daquelas duas classes, que controlam o processo produtivo. O ponto nevrálgico da questão social não é, portanto, a mais-valia em si mesma, mas sua apropriação e destinação.

As sociedades marxistas, que muitos consideram capitalismo de estado, aplicam-se, portanto, *mutatis mutandis*, algumas das propriedades que Marx distinguiu no desenvolvimento do capitalismo: o processo da acumulação gerando inevitável prioridade da produção dos bens de produção sobre a produção dos bens de consumo, a correlação entre velocidade da acumulação e taxas de mais-valia, que nas sociedades marxistas têm sido historicamente muito drásticas (Santiago Carrillo afirmou que “como bem o demonstra a experiência soviética, a acumulação pode realizar-se somente através do imenso sofrimento das massas”¹⁹); a mais-valia como transferência de poder aquisitivo de uma classe para outra, ou de um para outro extrato; o arbítrio na aplicação da mais-valia. Se, nessas economias de plano, não se verifica, em decorrência do processo de extração da mais-valia, insuficiência de demanda, como no capitalismo, é porque, de um lado, o subconsumo somente existe do ponto de vista do consumidor, nunca do aparelho produtivo, uma vez que a economia, em função da prioridade da acumulação, é antes orientada para a subprodução de bens de consumo; de outro lado, o investimento, sendo estatal, não se inibe diante da ausência de oportunidades rentáveis, ou seja, não se colocam a eficiência marginal do capital e a indução a investir keynesianas. Como a prioridade de produção de bens de capital e a ineficiência dos investimentos, esta última, na medida em que não permite uma expansão da produção de bens de consumo a uma taxa considerada satisfatória pela sociedade, agravam o conflito entre burocracia e proletariado, não será de todo descabido sugerir que, como no capitalismo, possa haver nessas sociedades um *élan* imperialista, como forma de resolver o conflito interno, sempre que este as impulsione a procurar, no setor externo, condições para maior rentabilidade dos investimentos internos e para maior expansão do produto, com o que, tal como no capitalismo, o conflito distributivo se atenuaria mediante uma expansão absoluta do produto.

Antes de encerrar essas considerações sobre a crise no marxismo, valeria mencionar dois temas, aliás correlatos, que também se vêm constituindo em objeto de polêmica: o planejamento total e a produtividade. Os especialistas em

desenvolvimento econômico costumam ocupar-se do alcance do planejamento integral das economias marxistas relativamente ao arranjo de livre iniciativa e planejamento parcial que caracteriza o capitalismo moderno. Sobre esse assunto, não há como não tributar à planificação integral marxista o *take-off* econômico, a fixação e atingimento de objetivos básicos e prioritários, a implementação de uma estratégia eficaz de crescimento em sociedades onde o processo desenvolvimentista se iniciou tardiamente. As notáveis transformações operadas pela planificação na estrutura econômica das sociedades marxistas, em espaços de tempo relativamente curtos, falam a favor das virtudes dessa planificação. Schumpeter, em 1942, quinze anos depois do primeiro plano quinquenal soviético, afirmava categoricamente: “Sejam quais forem os objetivos econômicos desejados por quem quer que esteja em posição de dar factibilidade a seus desejos, o gerenciamento socialista poderia atingi-los com menos incômodo e perda sem necessariamente incorrer nas desvantagens que esperariam tentativas de planejar o progresso dentro da estrutura de instituições capitalistas”²⁰. Entretanto, decorridos cinquenta e quatro anos daquele primeiro plano quinquenal, a questão que modernamente se coloca é a de saber se a planificação e a centralização, esta última o reverso da medalha, apenas introduzem mais eficiência no sistema econômico quando se trate do estabelecimento de critérios e prioridades e de seu desdobramento prático numa fase inicial; e se, numa fase posterior de desenvolvimento econômico, pela maior complexidade de decisões que dele resulta e pela margem cada vez maior de imprevisão, o planejamento dá margem crescente à ineficiência, como se a constância do “fator” planejamento fizesse operar uma lei dos rendimentos decrescentes dos demais fatores. Em sua edição de 19 de agosto de 1980, *L'Unità*, órgão oficial do Partido Comunista Italiano, afirmou, através do seu diretor, a propósito da corrente crise polonesa, que “uma economia socialista, uma vez superada a etapa de emergência, do fechamento ou da fase heróica, não pode ser dirigida do alto”. Tanto é que a descentralização administrativa é hoje considerada em todas as sociedades marxistas o ponto nevrálgico de qualquer tentativa de aumentar a eficiência na economia. Paralelamente, vem-se acentuando nessas sociedades uma crise de gestão que parece intimamente ligada a uma centralização de poder decisório inerente ao planejamento.

No que diz respeito à produtividade, cujo aumento é apresentado como uma panácea para os males econômicos, a produtividade industrial, por exemplo, da União Soviética, em 1975, revelou a pior taxa do pós-guerra (2,4%). A produtividade do trabalho aumentou de apenas a metade da taxa projetada para os últimos anos da década dos 70. Como reflexo realista desse desempenho, o plano quinquenal soviético 1981-1985 traduz expectativas econômicas consideravelmente mais baixas que o último plano. Além da exaustão dos recursos naturais de mais eficiente extração, como o petróleo da parte européia da URSS, e a falta de eficiência nos investimentos, males como a dispersão, o desperdício, a falta de iniciativa, o absentismo no trabalho são responsáveis pela baixa de produtividade que vem ocorrendo. O sistema insiste nas responsabilidades pessoais por esses

males. Em novembro de 1979, Brejnev, discursando durante Reunião Plenária do Comitê Estatal do PCUS, acusou nominalmente vários ministros e ministérios pelos problemas sensíveis da economia, entre os quais destacou o desperdício, a baixa produtividade e qualidade do trabalho, e vem conclamando a burocracia econômica a um aumento do nível geral de organização e administração. A questão que aí se coloca é a de determinar se a baixa produtividade é causa ou efeito dos problemas econômicos das sociedades marxistas. Sem dúvida influem na produtividade as desarmonias do sistema, como a insatisfação das massas com seu nível de consumo, o sentimento de espoliação (que, como no capitalismo, dá ao trabalhador a consciência de que não é o beneficiário maior da produtividade), a nova formação de camadas sociais, às quais se somaria certa desmotivação provocada pela ausência de incentivos à produtividade no quadro da produção estatizada, já que em toda e qualquer sociedade, seja ela marxista ou capitalista, ninguém se ocupará de aumentar a produtividade se o sistema não premiar esse aumento (no marxismo, o estado garante um mínimo de benefícios independentemente da produtividade pessoal). Há que considerar-se também o imobilismo social dentro da estrutura de absolutismo partidário, o que não só termina por favorecer uma estrutura de poder gerontocrática como impede mudanças de *status*, fatores que atuam negativamente sobre a produtividade.

Capítulo VII

O Reformismo Capitalista

A evolução do capitalismo industrial, de seus primórdios, na segunda metade do século XVIII, até os dias atuais, é, com justeza, compartimentada por muitos estudiosos em dois nítidos períodos, dos quais a Primeira Guerra Mundial é o divisor de águas, pois marcou o crepúsculo do capitalismo liberal. Já o século XIX assistiria a uma crescente participação do estado na economia por cima dos fundamentos liberais do sistema capitalista. Não se trataria, contudo, de uma preocupação reformista, socializante, ou sequer, como viria posteriormente a ser, após a conflagração, uma retroalimentação negativa, no sentido de concessões sociais para a revitalização do sistema. A intervenção estatal, no século XIX, ia de mãos dadas com o capitalismo liberal. As primeiras leis de proteção ao trabalho, por exemplo, prendiam-se à necessidade de a burguesia angariar apoio no seio do proletariado urbano e rural, a fim de impor-se politicamente e consolidar a ascensão iniciada no século anterior, sem embargo do papel desempenhado pelas reivindicações dos operários. A intervenção devia-se também à necessidade de os estados estimularem a expansão da empresa capitalista como pressuposto do poder nacional e como meio de conter o revolucionarismo do proletariado a partir de 1848. Derivava, ainda, mormente na segunda metade do século, já no apogeu do colonialismo, da necessidade de os estados fortalecerem-se pelo fortalecimento da própria burguesia. Após a Primeira Guerra, emergiriam as soluções marxistas, as socialistas – entre as quais se notabilizaria a social-democrata – assim como as neocapitalistas e as híbridas, tais que o fascismo e o nacional-socialismo. Com essas soluções, o capitalismo viria a sustentar-se, apoiado numa ordem econômica internacional sucedânea do colonialismo em que se sustentou no ápice liberal. Assim foi que se diluíram, ao longo desse tempo, as contradições do capitalismo.

Presentemente, contudo, as soluções capitalistas concebidas a partir do primeiro pós-guerra dão mostras de sofrer de certa anemia, em que pese o efeito tonificante que a ordem econômica sacramentada em Bretton Woods teve por duas décadas na economia dos países capitalistas centrais e periféricos. A desafiar a continuidade dessas soluções, aí estão, *inter alia*, a insolvência de inúmeros países do Terceiro Mundo e até mesmo da clientela capitalista do COMECON, o

desenvolvimento do cartel da OPEP, a continuada contestação, pelos países em desenvolvimento, da ordem econômica internacional existente, e a estagnação. A crise traz à tona o fantasma das contradições capitalistas. O presente capítulo retoma, assim, o ponto focal do Capítulo V de que a dinâmica do capitalismo é condicionada pela disparidade crescente entre o aumento da produção de bens e o aumento do poder aquisitivo das massas. Procura igualmente demonstrar que, em decorrência direta ou indireta da “contradição fundamental”, a evolução capitalista obedece a uma dialética socializante, da mesma forma que, no capítulo VIII, se procurará mostrar que a evolução social nos países marxistas obedece a uma dialética liberalizante. Relewa frisar que em nenhum momento tal assertiva sobre a evolução capitalista implicará concordância automática com a tese de Marx de que o capitalismo caminha em direção ao pleno socialismo, mas sim de que o capitalismo vem absorvendo elementos de socialismo. Da mesma forma, não se sustentará a idéia de uma liberalização completa do marxismo positivado, mas a de que o marxismo positivado vem absorvendo elementos de liberalismo, por força de suas próprias contradições.

Tanto na fase da ascensão do liberalismo econômico como na de declínio, as reformas vêm a reboque dos fatos, e não, *a priori*. A diferença sensível entre uma e outra época é que na primeira as reformas se deram numa fase de mercado crescimento, e dentro de um contexto político, econômico e social que sob todos os aspectos favorecia a burguesia em expansão e não implicaram redistribuição de renda. A partir, porém, da Primeira Grande Guerra, as reformas foram uma reação retroalimentadora do sistema às crises que o abalaram, já que em nenhum momento se colocou em juízo o sistema de livre empresa, até mesmo quando estiveram no poder governos autodenominados socialistas. Os partidários do dirigismo estatal não pretendiam erodir ou suplantam o capitalismo, mas conferir-lhe maior vigor e, principalmente, maior estabilidade. A empresa capitalista foi considerada necessária e desejável, e a intervenção do estado se dava, em boa medida, com o propósito de estimular o capitalismo. Reformava-se o que se queria conservar, e não se poderia conservar no estado em que se encontrava. Haverá que discordar-se parcialmente de Brzezinski quando afirmou que “o comunismo veio muito tarde para o Ocidente industrial, porque o nacionalismo e os conceitos liberais do reformismo estatal apropriaram-se antecipadamente de seu apoio humanista através do Estado-Nação”²⁴. Haverá que reconhecer no marxismo um fator de autocrítica e de contração do capitalismo, um emulador das reformas e do desenvolvimento de uma consciência social.

Em que momento histórico se terá o capitalismo começado a afastar das prescrições liberais e individualísticas predominantes ao tempo de Adam Smith? Em que momento o livre jogo das forças de mercado terá sofrido a primeira injunção do estado ou de associações de trabalhadores?

O primeiro cartel do século XIX foi pobre em matéria de defesa social. Marx²⁵ relatou que, de 1802 a 1833, o Parlamento britânico aprovou cinco leis, que não

foram regulamentadas. Em 1833 seria aprovado o primeiro *Factory Act*, aplicável a algumas indústrias, como algodão, lã e seda. Tal ato delimitava o período de trabalho entre 5:30 e 20:30, ou seja, um total de quinze horas, e permitia o trabalho de jovens entre 13 e 18 anos, desde que não exercessem um total de doze horas; o trabalho de crianças menores de 9 anos era proibido, o de crianças entre 9 e 13 anos era restringido a oito horas de trabalho. A proteção ao menor seria burlada pelo sistema de empregá-los, em rodízio, por períodos curtos várias vezes ao dia, de modo que o total de horas prestadas excedesse as oito ou doze prescritas em lei. Em 1844, porta-vozes e líderes políticos da classe manufatureira, necessitando do apoio dos trabalhadores para revogar as Leis do Milho, facilitaram a aprovação do *Factory Act* de 1844, que colocava as mulheres acima de 18 anos sob sua proteção, igualando-as aos trabalhadores jovens, reduzindo para seis horas e meia e em alguns casos sete o trabalho das crianças menores de treze anos, mas a idade mínima a partir da qual se poderiam empregar crianças reduzia-se de nove para oito anos. Em 1847, novo *Factory Act* reduzia para onze horas e, a partir de 1848, para dez, o trabalho das mulheres e dos homens entre 13 e 18 anos. Os manufatureiros responderam com uma diminuição dos salários de pelo menos 25%, para forçar os trabalhadores, já combalidos pela crise de 1846-47, a trabalharem maior número de horas e obter sua adesão para a revogação de *Act* de 1847. A revolução de 1848 em Paris, prossegue Marx, uniria a burguesia européia contra o proletariado, que passava a ser visto como uma classe suspeita, e foi assim que os produtores ingleses começaram a utilizar toda a sorte de fraudes contra os *Factory Acts*, desde a demissão de jovens e a admissão de adultos para o trabalho noturno até a supressão do intervalo para refeições no horário de trabalho, com a complacência dos tribunais.

Outro recurso usado pelo capital foi o de empregar os trabalhadores em diversos estágios da produção durante o dia de trabalho, impedindo um controle governamental e fazendo com que, embora o total de horas aparentemente não ultrapassasse dez, o número de horas em que o trabalhador ficava à disposição do capitalista era de doze ou mais. Eram, assim, pagas dez horas de trabalho por um serviço efetivo de às vezes quinze. Essa situação levou a uma acomodação através do *Factory Act* de 1850, pelo qual se elevava de dez a dez horas e meia o trabalho dos jovens e das mulheres nos primeiros cinco dias da semana, e se estipulava em sete e meia no sábado. Fixava-se o dia de trabalho de seis da manhã às seis da noite, com intervalos de não menos de uma hora e meia, de modo que o total de horas em que o trabalhador ficava à disposição do manufatureiro não excedessem as dez e meia prescritas pelo *Act*. Atos complementares seguiram-se, atinentes a ramos específicos da indústria.

Em França as coisas andaram mais lentamente. A única lei das fábricas promulgada durante o reinado de Louis Phillippe, em março de 1841, nunca entrou em vigor, e ela dizia respeito somente ao trabalho de menores (8 horas por dia para crianças entre 8 e 12, 12 horas para crianças entre 12 e 16 etc., com exceções várias

que acabavam permitindo o trabalho noturno mesmo para crianças com 8 anos). Apenas em 1853, e num único Departamento, o governo nomeou um inspetor de fábricas. A revolução de fevereiro de 1848 fez-se necessária para introduzir as doze horas de trabalho, e o fez de modo generalizado por indústria, e não somente para crianças e mulheres como para o trabalhador em geral. Nos Estados Unidos, as reivindicações operárias tiveram início após a Guerra Civil; o Congresso Geral do Trabalho em Baltimore, 1866, declarava o direito do trabalhador a uma jornada de oito horas de trabalho, da mesma forma que o Congresso de Associação Internacional de Trabalhadores, em Genebra, no mesmo ano.

Essas modificações foram, como não podia deixar de ser, interpretadas como uma intromissão na liberdade do indivíduo, ou, como escreveu na época, na Inglaterra, Andrew Ure, “uma interferência na liberdade dos súditos”, relatando que “os industriais de Gloucester caracterizaram, com justiça, [a proposta da limitação do dia de trabalho] como digna da pior Idade Média²⁶. Além do mais, tais conquistas não se fizeram sem fricções sociais, através, inicialmente, de petições enviadas aos próprios capitalistas, depois, aos parlamentares, e, em seguida, piquetes e greves. Veio, mais tarde, a conquista sangrenta do direito de voto, que deu aos trabalhadores o poder de influenciar as leis do país, e, finalmente, a associação em sindicatos. Hubermann registraria que “apesar de todos os esforços, legais ou ilegais, para esmagá-los, os sindicatos resistiram. Não foi fácil. Os membros dos sindicatos foram presos, os bens sindicais confiscados, os sindicatos tiveram que passar à luta subterrânea – tornaram-se ‘associações beneficentes’ ou ‘clubes sociais’. As armas dos sindicatos, como as greves e os piquetes, foram proibidos – e, mesmo assim, os sindicatos sobreviveram”²⁷. Os membros dos sindicatos seriam presos, os bens sindicais confiscados, os sindicatos lutaram clandestinamente, até que, mais tarde, seriam aprovados.

A partir de 1815 despontava uma consciência de classe trabalhadora. Em 1818 surgiram na Inglaterra as primeiras tentativas de união em sindicatos e de “greve nacional”. Em torno de 1820 forjar-se-ia naquele mesmo país e na França o conceito de socialismo. A partir de 1825 o movimento operário começaria a reclamar liberdade de associação e passaria a ser visto como faccioso, conceituação essa que se firmaria com a Revolução de 1848 na França. Por volta de 1830 já havia uma consciência de classe e aspirações sociais, eivadas embora de jacobinismo. As campanhas políticas, por meio de manifestações e encontros públicos, jornais e panfletos, distúrbios e insurreição, foram importantes para que se conseguisse o Ato de Reforma de 1832, e o acanhado controle das condições e horas de trabalho nas fábricas, assim como foram importantes as agitações nas fábricas no Norte da Inglaterra na década dos Trinta. As massas trabalhadoras estavam pobremente organizadas, e pobres eram sua liderança, coordenação ou conscientização. As massas eram de importância numérica inferior, embora de magnitude política maior do que proporcional ao número. Segundo Hobsbawm²⁸ havia 100.000 pagadores de impostos ganhando mais de 150 libras por mês; em 1848, cerca de

340.000, ou cerca de milhão e meio de pessoas numa população de 21.000. A classe trabalhadora, conquanto crescesse a taxas mais rápidas, não atingia milhão, exceto talvez na Grã-Bretanha.

O já mencionado ano de 1848 foi um divisor de águas não só para a história econômica e social como também para o pensamento econômico. Uma conjugação de fatores para tanto contribuiu, culminando na Revolução de 1848, que desfez o sonho da República Social e fez ver ao proletariado que o ideário da Revolução Francesa, *liberté, égalité, fraternité*, não os contemplava. 1848 evidenciou a divisão das sociedades dos países industrializados em duas classes antagônicas, inaugurando formalmente o processo social sobre que ainda hoje a História desliza. Desmanchavam-se as quimeras proudhonianas ao mesmo tempo em que irrompia no cenário político-social o Manifesto Comunista, abrindo uma outra trilha ao pensamento socialista e às reivindicações operárias. Naquele ano terminava o absolutismo da economia individualista, conforme testemunha a conversão de Stuart Mill de liberalista político e econômico em socialista liberal, professada em seu livro *Political Economy*.

Precisamente na segunda metade do século XIV, quando se alastravam pelo mundo as idéias marxistas, e suas previsões quando fim trágico do capitalismo, o mundo assistirá a uma expansão colonial, de feitio imperialista, que virá permitir um aumento sem precedentes do padrão de vida das massas até a Primeira Grande Guerra. Lênin desenvolveria a tese de que “o imperialismo é o estágio monopolista do capitalismo”²⁹ “é o capitalismo naquele estágio de desenvolvimento em que a dominação dos monopólios e capital financeiro se estabeleceu”³⁰. Lênin via, pois, na substituição da livre concorrência pelo monopólio associado ao capital financeiro a mudança nos modos de produção a que, na superestrutura, corresponderia o imperialismo colonialista, voltado para a exploração monopolística dos territórios ocupados. Eram cinco as etapas desse processo. Em primeiro lugar, a produção e o capital concentravam-se, criando monopólios com papel decisivo na economia. Em segundo lugar, fundiam-se o capital bancário e o industrial, dando origem a uma oligarquia financeira. Em terceiro, a exportação de capital, distinta da de mercadorias, passava a adquirir especial importância. Em quarto, formavam-se as associações entre os capitais monopolistas internacionais que dividiam o mundo entre si. Em quinto, completando o processo, dividia-se territorialmente o mundo entre as grandes potências capitalistas. “Enquanto o capitalismo for o que é – escreveu Lênin – o capital excedente será utilizado, não para o propósito de levantar o padrão de vida das massas num dado país, pois isto significaria um declínio nos lucros dos capitalistas, mas para o propósito de aumentar os lucros pela exportação de capital para os países atrasados”³¹.

Baseado em estatísticas da época, Lênin esgrimiou, entre outras, as seguintes tabelas, ilustrativas da expansão do capitalismo em direção àquilo que seria a periferia do sistema:

CAPITAL INVESTIDO NO EXTERIOR
(em bilhões de francos)

ANO	GRÃ-BRETANHA	FRANÇA	ALEMANHA
1862	3.6	—	—
1872	15.0	10(1869)	—
1882	22.0	15(1880)	?
1893	42.0	20(1890)	?
1902	62.0	27-37	12.5
1914	75-100.0	60	44.0

POSSESSÕES COLONIAIS DAS GRANDES POTÊNCIAS
(por milhão de quilômetros quadrados e milhão de habitantes)

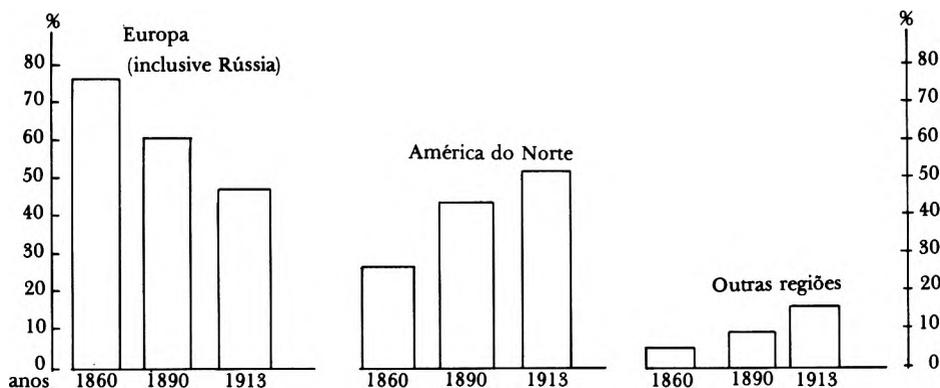
	COLÔNIAS				PAÍSES METROPOLITANOS		TOTAL	
	1876		1914		1914		1914	
	Área	Pop.	Área	Pop.	Área	Pop.	Área	Pop.
Grã-Bretanha	22.5	251.9	33.5	393.5	0.3	46.5	33.8	440.0
Rússia	17.0	15.9	17.4	33.2	5.4	136.2	22.8	169.4
França	0.9	6.0	10.6	55.5	0.5	39.6	11.1	95.1
Alemanha	—	—	2.9	12.3	0.5	64.9	3.4	77.2
E.U.A.	—	—	0.3	9.7	9.4	97.0	9.7	106.7
Japão	—	—	0.3	19.2	0.4	53.0	0.7	72.2
Total das seis grandes potências	40.4	273.8	65.0	523.4	16.5	437.2	81.5	960.6
Colônias de outras potências (Bélgica, Holanda, etc.)							9.9	45.3
Países semicoloniais (Pérsia, China, Turquia)							14.5	361.2
Outros países.....							28.0	289.9
Total para o mundo inteiro							133.9	1.657.0

Afinado com Lênin, o historiador alemão Fritz Sternberg afirmou que

o ritmo da expansão do capitalismo imperialista era em parte o resultado da exploração dos povos coloniais e só fazia assim acentuar as

Tais dados se chocam com o crescimento da produção mundial e a repartição da produção mundial pelo mundo, mostrando o gráfico abaixo a concentração do fenômeno de aumento da produção industrial na Europa.

REPARTIÇÃO POR REGIÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL MUNDIAL (em porcentagem)



Em 1860, a Europa concentraria (estimativas aproximadas) 75% da produção mundial, a América do Norte 22%, e outras regiões 3%, com base em indicações representando 38 países. Em 1913, a Europa representaria 53%, os Estados Unidos 42% e outras regiões 5%. A renda nacional nos Estados Unidos aumentou de mais de oito vezes entre 1850 e 1913, e a renda por pessoa ocupada mais do que duplicou. Veja-se a Tabela abaixo:

Ano	Renda Nacional em bilhões de dólares	Renda Real em bilhões de dólares - 1925-34=100	Pessoas Ocupadas (milhões)	Renda Real por pessoa ocupada (em dólares)
1850	2,38	6,06	7,697	787
1870	7,18	12,40	12,93	959
1890	12,00	27,2	23,32	1259
1913	33,7	52,5	39,3	1333

Na Inglaterra, França e Alemanha, a renda real evoluiria da seguinte maneira:

Inglaterra		França		Alemanha	
Renda Média Anual por Pessoa Ocupada - 1930=100 (Média Anual)		Renda Média Anual por Pessoa Ocupada - 1925/34=100 (Média Anual)		Renda Média Anual por Pessoa Ocupada - 1925/34=100 (Média Anual)	
1860-1869	116,2	1850-1859	6,760	1854	1520
1877-1885	141,7	1870-1879 ^(a)	10,580	1877-1885	2600
1894-1903	175,8	1888-1889	11,420	1894-1903	2914
1904-1910	182,3	1890-1899	13,000	1904-1910	2996
1911-1913	195,4	1900-1909	14,420	1911-1913	3116

(a) Sem a Alsácia-Lorena, para os anos 1871-1919.

Agrupando a população mundial segundo a importância da renda média por habitante, as estimativas utilizadas por Sternberg chegam à seguinte conclusão:

<i>Renda per capita</i> (em unidades internacionais)	<i>Habitantes</i> (em milhões)
Acima de 1.250 unidades	139
1.000 a 1.250	65
700 a 1.000	18
600 a 700	130
500 a 600	39
400 a 500	72
300 a 400	451
200 a 300	68
Acima de 200	1.113

As rendas superiores a 600 unidades internacionais se encontram sobretudo nas metrópoles capitalistas nos estados industriais como os Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha.

Os povos pertencentes à categoria de objetos da expansão imperialista, os povos coloniais e semicoloniais dispõem apenas de rendas superiores a 200 unidades; esses países têm 1.113 milhão de habitantes, mais da metade da população mundial.

A tabela abaixo mostra o extraordinário crescimento do volume do comércio mundial na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do presente século.

VOLUME DO COMÉRCIO MUNDIAL (1913=100)
(porcentagens de 1913)

ANOS	TOTAL	PROD. INDUSTRIAIS	MATÉRIAS-PRIMAS
1876-1880	31.6	32.2	31.2
1881-1885	38.8	40.0	38.0
1886-1890	44.8	45.2	44.5
1891-1895	49.3	45.9	51.4
1896-1900	55.6	48.0	60.3
1901-1905	67.9	63.2	70.7
1906-1910	81.2	78.0	83.1
1911-1913	96.5	95.7	97.0
1913	100.0	100.0	100.0

Finalmente, a tabela a seguir mostra a extraordinária expansão colonialista em termos geográficos e populacionais.

POSSESSÕES COLONIAIS EM 1876 A 1900,
GRUPOS POR CONTINENTES

PAÍS	1 8 7 6		1 9 0 0		Aumento (+) Decréscimo (-)	
	Km ²	Pop. por milhares	Km ²	Pop. por milhares	Km ²	Pop. por milhares
Ásia	22.772.900	291.495	25.012.700	390.636	+ 2.239.800	+99.141
Grã-Bretanha	3.765.400	241.835	5.224.400	301.945	+ 1.459.000	+59.660
Países Baixos	1.520.600	24.170	1.520.600	37.494	-	+13.324
França	160.000	2.683	664.200	18.073	+ 504.200	+15.390
Espanha	296.300	6.000	-	-	- 296.000	- 6.000
Portugal	19.900	849	19.900	810	-	- 39
Alemanha	-	-	500	84	+ 500	+ 84
Rússia	17.010.700	15.958	17.286.800	25.045	+ 276.100	+ 9.087
Estados Unidos	-	-	296.300	7.635	+ 296.300	+ 7.635
África	3.218.700	11.425	26.950.900	123.349	+23.732.200	+111.924
Grã-Bretanha	706.900	2.331	9.201.200	53.097	8.494.300	+50.766
Congo Belga	-	-	2.382.800	19.000	+ 2.382.800	+19.000
França	700.000	2.875	10.211.200	31.518	+ 9.511.200	+28.643
Espanha	9.800	319	220.300	673	+ 210.500	+ 354
Portugal	1.802.000	5.900	2.073.300	6.865	+ 271.200	+ 965
Itália	-	-	510.000	731	+ 510.000	+ 731
Alemanha	-	-	2.352.209	11.465	+ 2.352.200	+11.465

Essa expansão mascarará a enorme concentração de renda que se operava ao longo do século. Hobsbawm oferece o impressionante dado de que, em Lille, a burguesia passou apenas de 7 a 9% da população entre 1820 e 1873-5, enquanto sua participação na riqueza deixada em testamentos aumentou de 58 a 90%. “As classes populares, que aumentaram de 62 a 68%, deixaram apenas 0,23% da riqueza testamentária. Sternberg observaria que a “época que precedeu a Primeira Guerra Mundial se caracteriza efetivamente por uma suavização dos antagonismos sociais nos Estados imperialistas mais evoluídos, mas esta suavização só se tornou possível pelo expansionismo, pela onda imperialista européia através do mundo inteiro a qual, agravando os antagonismos de política exterior, devia necessariamente conduzir à guerra geral.”³⁶

Não obstante, o padrão de vida das massas não era suposto ultrapassar um mínimo de subsistência, o que caracterizaria, senão um empobrecimento absoluto das massas, ao menos um empobrecimento relativo, tal qual hoje se observa em muitos países de modelo neocapitalista. Hobsbawm observaria que:

na Grã-Bretanha e na Alemanha, na França e no Império Habsburgo, diferentemente da Austrália ou dos Estados Unidos, o máximo conveniente para a classe trabalhista era o bastante de comida boa e decente (...) uma moradia modestamente cheia de gente, e vestimenta adequada a proteger a moral, saúde e conforto sem arriscar-se a imprópriamente anular o costume da gente melhor. Era de se esperar que o progresso capitalista aproximaria os trabalhadores desse máximo, e de se lamentar (...) que tantos estivessem tão abaixo dele. Contudo, era desnecessário, indesejável e perigoso que os salários ultrapassassem esse ponto.

A partir de 1848, começa a nascer o sindicalismo industrial. Em 1864, será reconhecido na França o direito de greve e, em 1868, admitida a formação das câmaras sindicais, com o propósito de dar ao trabalhismo francês o pragmatismo anglo-saxão. Não obstante, uma corrente sindicalista recusar-se-ia por completo a participar da vida nacional. O principal mentor em França é Pelloutier, que cria as bolsas de trabalho em 1882 e as reúne em Federação em 1892. De 139.000 membros em 1890, os sindicatos passam a 1.626.000 em 1914. A CGT nasce em 1895, e consegue unificar as organizações operárias de tendência socialista, tendência esta revolucionária, que se moderará a partir de 1911. Outras agremiações, como a CFTC, adotarão uma linha reformista. Também na Inglaterra e nos Estados Unidos o movimento sindical ganhará notável impulso a partir de 1870, mas sem ideologia de classe, e, sim, trabalhista. Os sindicatos alemães se afirmam marxistas. Os sindicatos tornam-se a principal força social de todos os países capitalistas.

Hobsbawm³⁸ salienta que foi graças à expansão capitalista que a burguesia conseguiu reter o apoio de, ou pelo menos hegemonia sobre os pequeno-

burgueses, a classe trabalhadora e, mais raramente, os camponeses. De um modo geral, nesse período da História, os Liberais (que representavam via de regra as classes empresariais urbanas e industriais, detiveram o poder e/ou administração com interrupções apenas ocasionais. Assim foi na Grã-Bretanha de 1846 a 1874, nos Países-Baixos por pelo menos vinte anos, entre 1846 a 1874, na Bélgica de 1857 a 1878, na Dinamarca mais ou menos até 1864. Na Áustria e Alemanha foram os sustentáculos dos governos de meados da década dos sessenta até o fim da década dos 70, apesar de que ocorreria a separação de uma ala mais radicalmente democrática. Assim foi também na Escandinávia com a dissociação “esquerdista” dos partidos camponeses, em 1848 na Dinamarca com o *Venstre* e durante os anos 60 na Noruega, ou como na Suécia em 1867 com um grupo agrário de pressão anti-urbana. Na Prússia, os radicais democratas, com sua base no sudoeste não-industrial, recusaram-se a seguir liberais nacionais burgueses em sua aliança com Bismarck depois de 1866, embora alguns deles tendessem a juntar-se aos sociais-democratas marxistas antiprussianos. Na Itália, os republicanos permaneceram na oposição, enquanto os moderados tornaram-se o principal suporte do reino recém-unido. Na França, a burguesia havia de há muito cessado de navegar sob sua própria bandeira, ou mesmo a bandeira liberal, e seus candidatos procuraram apoio popular debaixo de rótulos crescentemente inflamatórios. “Reforma” e “Progressista” abriram caminho para “Republicano” e este por sua vez para “Radical” e, mesmo na Terceira República, “Radical-Socialista”, mudando rapidamente em direção a maior moderação depois de seus triunfos eleitorais sobre a esquerda. Apenas na Grã-Bretanha os radicais permaneceram uma ala permanente do Partido Liberal; provavelmente porque lá os camponeses e a pequena burguesia que lhes permitiram estabelecer sua independência política mal existiam como classe alhures.

A partir de 1890, a grande empresa começaria a substituir a concorrência pura e perfeita e inauguraria o primado da ação coletiva sobre a ação individual. A segunda metade do século XIX presenciaria a intervenção do estado na economia para acelerar também o crescimento e acompanhá-lo. Tratava-se, contudo, de uma intervenção que visava preencher os espaços deixados pela iniciativa privada, não a refreá-la; não tinha caráter dirigista nem se fazia diretamente no sistema produtivo, onde a ameaça maior ao livre jogo das forças de mercado não era o estado, mas o oligopólio e o monopólio que começavam a marcar sua presença. Napoleão III, à frente de um punhado de saintsimonianos, realizou uma intervenção pública na economia francesa com grandes resultados, fazendo de seu reinado um dos períodos mais florescentes de expansão industrial, com modernização da indústria, criação de novos centros industriais, decuplicação da rede ferroviária, que de 1.800 km em 1847 passaria a 18.000 em 1870. Bismarck inauguraria na Alemanha uma política intervencionista que seria seguida sistematicamente, com aceleração da siderurgia, primeira legislação social coerente, com a instituição, em 1876, dos seguros sociais, seguro-velhice, acidentes de trabalho e um código de proteção aos salários. O estado alemão facilitou e muitas vezes

tornou obrigatória a criação de cartéis que impuseram altos preços internos para poder oferecer baixos preços externos. Em França e Inglaterra o Estado intervém, desde o começo do século XIX, para regulamentar a emissão de notas bancárias e adaptar as instituições financeiras às necessidades da expansão industrial. Em 1844, o Banco da Inglaterra detém o monopólio absoluto de emissão fiduciária. O capitalismo japonês surgirá sobre uma base intervencionista, não liberal.

A Primeira Grande Guerra marcará o crepúsculo do liberalismo. O capitalismo perderia o mercado russo, onde antes era privilegiado, conheceria o fim das conquistas coloniais, a concorrência norte-americana e japonesa, o esfacelamento do império austro-húngaro em pequenos estados de desenvolvimento capitalista inviável, o envelhecimento da população européia, e o pequeno efeito das inovações tecnológicas, se comparadas com aquelas do século XIX (como as ferrovias). O estado tornar-se-á, com a economia de guerra, o grande mobilizador da economia, o principal cliente da indústria pesada. Com a economia de guerra, assenhorear-se-ia da produção de matérias-primas, de bens de consumo e víveres, e do comércio exterior. Instrumentos de planejamento improvisados passaram a substituir uma estrutura liberal. O estado tornou-se um dos principais fatores de crescimento, da regulamentação da demanda, do planejamento, de inovação, de promoção de oportunidades de investimento, de pesquisa científica, de exploração econômica direta (surgiram as empresas públicas, as sociedades de economia mista), enfim, de política econômica. A partir do fim do conflito, o estado reduzirá seus controles, mas um período de estagnação se prolongaria por muitos anos, fruto, entre outras coisas, de uma economia de guerra desmobilizada. O capitalismo liberal, até então associado ao bem-estar material, ao progresso e à civilização, passaria a ser contestado pela opinião pública dos diversos países por haver conduzido a humanidade à guerra.

Não só não era mais possível uma expansão territorialmente quantitativa do capitalismo, como estavam latentes os elementos que provocariam o recolhimento do colonialismo, os movimentos de liberação nacional nas antigas colônias da África e da Ásia e o surgimento de novas potências industriais, como – novamente – a Alemanha, o Japão e a Itália, que causariam ao capitalismo uma perda de espaço ainda maior ao fim da Segunda Grande Guerra. As conseqüências não se fizeram demorar: o desemprego na Inglaterra, que na depressão de 1897 se situara em torno de 8%, oscilou entre um mínimo de 10 e um máximo de 20, acentuando-se a partir de 1921, e perdurou até o começo da Segunda Grande Guerra. Na Alemanha, o pagamento das dívidas de guerra agudizava a necessidade de revitalizar o capitalismo, mas ao preço de um terrível agravamento dos antagonismos sociais, como a inflação, que diminuiu o nível de vida das massas e empobreceu as classes médias. O processo de concentração industrial teria continuidade, mas agora apenas sobre uma produção incapaz de atingir o nível anterior à guerra.

Foi, contudo, a crise de 1929 que fez o capitalismo acordar para sua nova realidade e aos governos desistirem de sanar os males econômicos com políticas liberais. Já antes haviam sido as despesas públicas o fator maior da expansão da demanda interna, prefigurando a política keynesiana. Mas a Inglaterra faria apelo maior à deflação, a França e a Alemanha à inflação como instrumentos de política econômica, a primeira para restaurar, sem sucesso, a competitividade internacional pela baixa de preços, as outras para favorecerem os investimentos, e a França ainda para financiar obras públicas, emitindo moeda. A Grande Depressão dos Anos Trinta desferiria no capitalismo golpe ainda mais profundo que a Primeira Grande Guerra. Mal refeitos da depressão causada pelo conflito, as economias capitalistas sofreriam novo golpe, que as precipitaria para a Segunda Grande Guerra. Desta vez, nem mesmo os Estados Unidos da América, que saíram incólumes da Primeira Guerra, escapariam. Seriam, ao contrário, o epicentro da crise. Na Alemanha como nos Estados Unidos os índices de desemprego foram alarmantes, o que impediu uma recuperação da economia pela baixa de preços.

Durante o período que medeia a Grande Depressão e a Segunda Grande Guerra, acentuar-se iam na URSS as tendências autárquicas, e, assim, um novo recuo do comércio soviético com o mundo capitalista, a estagnação do desenvolvimento capitalista nos estados entre a Rússia e a Alemanha e nas colônias, exceto nas colônias japonesas, cujo desenvolvimento industrial foi conjugado com o das metrópoles, o isolacionismo econômico e financeiro e comercial dos EUA com relação à Europa. A Grande Depressão terá sido a maior evidência do capitalismo à superprodução, ao crescimento da oferta maior que o da demanda. Como diria Fritz Sternberg, “o teste que consistiria em sincronizar, sobre a base da economia de lucro capitalista e sem expansão exterior maior, de um lado o crescimento da produção e da produtividade, e, de outro, o aumento do consumo resultou em fracasso”³⁹. Todo esse período de entreguerras constituiu-se de uma incompreensão das forças sociais, mesmo as socialistas, do fato de que o capitalismo estava num ponto de inflexão, razão porque nem mesmo os movimentos de vanguarda, como a social-democracia alemã, souberam organizar-se para levar a sociedade a transformações profundas.

O capitalismo revelou-se incapaz de vencer totalmente as conseqüências dessa crise econômica, a mais séria que jamais atravessara até então. E tão séria foi que em 1938 o mundo capitalista não tinha ainda atingido os níveis de produção de 1929. O desemprego atingia proporções alarmantes, mormente nos EUA e na Grã-Bretanha. Também o comércio internacional em nenhum momento antes do conflito reencontrou seus níveis de 1929.

A Grande Depressão dos Anos Trinta vem sendo apresentada pela literatura ortodoxa como gerada na esfera circulatória da economia e, não, na de produção e consumo. É pois vista como uma *débâcle* financeira cujo bode expiatório é a especulação, *débâcle* que teria contaminado o sistema produtivo e a economia

como um todo. O *crack* da bolsa de Nova Iorque é, nesse espectro, apresentado como o agente catalisador da série de reações em cadeia que marcaria o fim da era do puro capitalismo liberal. Nada mais duvidoso. Transpostos os umbrais do mito especulativo criado em torno do *crack* da bolsa, vê-se que a Grande Depressão foi uma crise de subconsumo ou superprodução⁴⁰. Seu centro irradiador, os Estados Unidos, cujo *boom* industrial se acentuara com a Primeira Grande Guerra Mundial, haviam permanecido fundamentalmente voltados para o mercado interno, numa fase em que a expansão territorial do país já se havia completado; se intentos houve para substituírem a Inglaterra no comércio internacional, faltava-lhes tanto a tradição nas exportações como nas importações, e um império colonial. Eram ao mesmo tempo depositários de capitais europeus excedentes, que alimentavam a especulação na Bolsa de Nova Iorque. A expansão industrial para o Sul provocara a contratação de uma mão-de-obra pobre cujos salários eram inferiores aos dos trabalhadores sindicalizados, gerando pouco dinamismo na demanda em comparação ao aumento do produto. A demanda refreava-se ainda com a alta dos produtos industriais, o que acarretava a diminuição dos salários reais no conjunto da renda nacional. De 58% em 1920, os salários não iam além de 46% em 1924. Nos anos imediatamente anteriores à crise, a produtividade por operário aumentou de 36% e o salário individual de apenas 14%. Ao contrário, a taxa de lucro, de um crescimento de 5,3% ao ano de 1920 a 1925, atingia 85% de 1925 a 1929. As possibilidades de venda da indústria achavam-se limitadas. Verificara-se ainda aumento da oferta agrícola com a incorporação da URSS e da Europa Central ao mercado internacional. Era a lei de desequilíbrio entre oferta e procura, a “contradição fundamental” do capitalismo em operação.

Foi em decorrência desse estado de coisas que os capitais se tornaram especulativos em sua maioria, afluindo à Bolsa de Nova Iorque. Mecanismos secundários de liquidez foram criados; os empréstimos bancários aos corretores contra os títulos que tinham tais corretores em depósito, títulos esses derivados da venda de ações e constituídos em parte de uma caução das próprias ações por parte do cliente como garantia de pagamento, aumentavam o espaço da liquidez especulativa. A alta das ações que se produzia ultrapassava a dos lucros, o que fez com que os rendimentos dos títulos diminuíssem. Aparentemente, foi uma retirada de certos fundos europeus da especulação em Wall Street em virtude do aumento da taxa de desconto do Banco da Inglaterra o impacto inicial em direção a uma espiral vertiginosa para baixo. As ações baixaram; os corretores, verificando a situação de seus clientes, concluíram que sua situação não era assim tão sólida e reclamaram dinheiro vivo como garantia; não o obtiveram e, sim, em seu lugar, ordens de venda dos títulos em depósito, que, lançados no mercado ao mesmo tempo, precipitaram catástrofes em cadeia, que voltaram à esfera produtiva. Um ano antes, a alta dos lucros havia cessado; desde o verão de 1929 a indústria automobilística estava em recessão. Os inúmeros industriais que haviam obtido empréstimos graças aos depósitos em títulos perdiam a base de seus créditos e tinham de vender a preços abaixo do valor. A partir de maio de 1930, a crise se

generalizaria e até a primavera de 1932 os preços baixariam regularmente; a produção e os salários também baixariam, e o desemprego aumentaria.

A crise estendeu-se à Europa e em parte lá se originou. Os especuladores americanos, encontrando oportunidades rentáveis no Velho Continente, para lá fizeram afluir seus capitais. O afundamento da bolsa de Nova Iorque parara definitivamente a exportação de capitais americanos, e muitos bancos americanos trataram de trazer seus capitais de volta aos EUA, o que provocou na Alemanha um *rush* aos bancos em função da perda da confiança na moeda nacional devido a perda de divisas. O encarecimento creditício obrigou as empresas alemãs a aviltarem seus preços para obter capital giratório, precipitando a baixa dos preços e o desemprego. O índice geral da produção, que era de 74 em abril de 31, caiu a 55 em junho de 32. O número de desempregados ultrapassava 6 milhões no começo de 1932. Na Grã-Bretanha, produzia-se também grande repatriamento de capitais estrangeiros, dado o medo causado pelo congelamento de depósitos ingleses na Alemanha. Isso provocaria o abandono do padrão ouro pela Grã-Bretanha, logo seguida por outros países.

Capitais franceses repatriaram-se em França, retirados dos EUA. A pressão externa abalaria a confiança interna e precipitaria uma corrida aos bancos, o que causou, de um lado, falências bancárias, de outro, uma diminuição dos créditos comerciais, o que alimentava a crise econômica geral e a multiplicação das falências bancárias. Foi o fim da política liberal. Multiplicaram-se os mecanismos de proteção ao mercado interno, como os contingenciamentos. O estado interveio no comércio internacional, nas operações de capital, nos preços. A baixa dos preços não obedecia ao livre jogo das forças de mercado, mas era impedida pela máquina do estado, que criava preços de sustentação, preços mínimos, nos produtos onde lhe convinha, por pressão ou por interesse de grupos organizados.

Nos EUA, o país mais duramente atingido pela depressão e que não dispunha, como a Inglaterra desde 1914, de instrumentos de controle e planejamento estatal da economia, a crise produziria uma das maiores transformações sociais desde a Guerra Civil, no sentido de parcialmente anular os postulados liberais em função de uma política social: o *New Deal*. Grandes obras públicas, seguro-desemprego, estímulo ao produtor rural; tonificação de toda a economia pela criação de um setor estatal destinado a revitalizar a demanda, da qual o programa WPA (*Works Progress Administration*) foi expressão maior. Enfim, uma série de inovações que não visavam, por princípio, transformar a estrutura da economia norte-americana para criar uma economia do tipo misto, mas, sim, favorecer a absorção do setor público pelo privado logo que possível. O grande efeito da política de Roosevelt foi estimular o sindicalismo americano que de 791.000 afiliados em 1900 atingiria 8.006 em 1939 e 2.127 em 1933. Foi, assim, a intervenção estatal o remédio contra o desemprego gigantesco dos anos trinta e a queda de salários; aumentando o poder de compra, contribuiu para reforçar consideravelmente a

posição social dos trabalhadores. Foram reformas concebidas e executadas, como já se frisou, no âmbito do sistema capitalista, e não como uma tentativa de transformar o sistema, que permanecia inalterado em seus pontos decisivos. Na verdade, a concentração industrial ganhou impulso com a Grande Depressão, sobretudo nos Estados Unidos. O poder das grandes empresas sobreviveu intacto à crise e Roosevelt no início da Segunda Grande Guerra suspendeu temporariamente a legislação antitruste para obter a cooperação das empresas gigantes para seu programa armamentista.

A experiência do *New Deal* procurou explorar o potencial do mercado interno norte-americano. O *Civilian Conservation Corps* empregaria jovens em construção de estradas e reflorestamentos, o que em 1934 ocuparia 50.000 jovens. O *Public Work Administration* receberia um crédito de 3.300 milhões de dólares para trabalhos públicos e adiantamentos de dinheiro às cidades para obras públicas de todos os tipos, como proteção contra as inundações, melhorias em portos e rios, construção de habitações populares, escolas, quadras de esporte. Criou-se a famosa *Tennessee Valley Authority*, para a construção de meia dúzia de grandes barragens, estabelecimento de usinas hidroelétricas e linhas de transmissão. Foi o primeiro grande caso norte-americano de uma empresa pública, com administração autônoma. Suceder-se-ia o NIRA – *National Industrial Reconstruction Act* –, com o poder de estabelecer um código para cada indústria. O *National Industry Recovery Act* reconhecia aos assalariados o direito à coalizão e às negociações coletivas em total liberdade. Proibiu-se o trabalho antes de dezesseis anos, fixaram-se salários mínimos, limitou-se a jornada de trabalho, reconheceu-se o princípio das convenções coletivas. Esse princípio foi declarado inconstitucional pela Corte Suprema em 1935, mas conseguiu Roosevelt passar um projeto de lei pelo qual se reconhecia o direito de o trabalhador organizar-se em sindicatos e reconhecia ao sindicato mais representativo dentro de uma indústria o direito de assinar a convenção coletiva. Surgia um novo sindicato, o *Committee for Industrial Organization*, em bases de indústria, não de profissões; o movimento sindical norte-americano é relançado nessas bases e logo ganha maciça adesão. Em 1937, havia 600.000 trabalhadores sindicalizados nas minas, 400.000 na indústria de automóvel, 375.000 na de aço, 300.000 na têxtil e 250.000 na de vestuário.

Na Inglaterra, a oposição trabalhista exigia que o sistema como um todo fosse submetido a reformas radicais, acusando-o de haver perdido seu caráter de instrumento de progresso. Os trabalhistas, que em 1918 detinham 16% das cadeiras no Parlamento, em 1935 detinham 38%. A Inglaterra promoveu uma desvalorização, juntamente com os domínios britânicos e os países escandinavos. Na Conferência de Ottawa, o regime alfandegário preferencial consolidaria sua posição e a Inglaterra assinaria tratados bilaterais com a Dinamarca, Argentina, Noruega, Islândia e Suécia. Aí estavam os embriões da Commonwealth e do EFTA. Em 1945, as eleições britânicas conduziram ao poder, com esmagadora maioria, o Partido Trabalhista. A expectativa popular era a de que os sacrifícios

impostos pela guerra seriam recompensados com um amplo programa em prol do bem-estar social. O Primeiro-Ministro Clement Attlee tratou de converter o país num estado semi-socialista. A Inglaterra, que já era o único país onde a classe trabalhadora constituía a maioria da população, tornou-se o primeiro onde um governo trabalhista pôde governar livremente. O setor estatal controlava 20% da produção. A renda real do trabalhador passou de 37% em 1930, a 44% em 1948, da renda do trabalho e da propriedade. Nacionalizaram-se o Banco da Inglaterra, a indústria de carvão, a aviação civil, a indústria de energia elétrica e os transportes. A previdência social e a medicina socializadas foram amplamente estendidas. O Partido Trabalhista fez aprovar volumosa legislação destinada a elevar o padrão de vida das massas, e, em 1950, novamente no poder, após a derrota de 1948, votou a nacionalização da indústria do aço. Presentemente, a crise econômica britânica, que culminou no Gabinete Thatcher, percorre caminho inverso, em defesa da eficiência e da produtividade econômica: redução dos impostos, enfraquecimento e desburocratização do Estado, reforço da iniciativa privada e compressão das despesas públicas que a economia não mais pode alimentar senão às custas do crescimento econômico. Critica-se a maneira capitalística com que o governo geriu as empresas nacionalizadas, em geral com empresários tirados do setor privado. O alto grau de inflação, o declínio do poderio econômico, a queda da taxa de crescimento, o aumento do número de desempregados, que atingiu a cifra recorde de 2,5 milhões em 1982, o mais alto desde a grande crise econômica dos anos 30, e a consolidação das forças de esquerda no seio de sindicatos agravarão ainda mais a situação no cenário sócio-econômico britânico.

Em França, a Grande Depressão pôs fim à sucessão de governos de direita. As eleições de 1936 revelaram grande progresso dos grupos socialista e comunista, embora não lhes desse maioria. Anteriormente, o Ministério “Laval” tentaria controlar os efeitos da Depressão através de uma política de deflação (semelhantemente ao Gabinete Brüning na Alemanha), com uma baixa gradual de preços e salários. A insatisfação decorrente foi decisiva para a constituição do *Front Populaire*: Louis Blum subiu ao poder em 1936 à frente de um governo composto de socialistas e representantes da esquerda burguesa. Blum obteve para os trabalhadores os acordos Matignon, pelos quais se estabelecia uma semana de quarenta horas de trabalho, as convenções coletivas de trabalho, um aumento geral de salários de 7 a 15%, a aceitação por parte dos patrões de direitos sindicais consideravelmente ampliados, quinze dias de férias pagas por ano e a ampliação da instrução obrigatória até a idade de 14 anos. A França conheceu forte orientação esquerdista, que terminou em importantes reformas sociais. Mas tais reformas se fizeram num contexto de aguda crise social e de militância popular. A oposição conservadora, inicialmente assustada, passou à reação, o que em 1937 forçaria o governo a renunciar, sem que a Frente Popular houvesse alterado a estrutura política e econômica da França. O operariado esperava dos socialistas salários mais elevados, reabsorção dos empregados e a promulgação de um número maior de leis sociais. Tentando manter suas promessas, a Frente Popular chocou-se com a

resistência dos conservadores. O estado de crise latente, de estagnação e de depressão econômica prolongar-se-ia até 1939 e, com ele, uma situação de crise que acentuava os antagonismos sociais.

A Alemanha de Hitler pôs em prática um nacional-socialismo, inicialmente declarado como revolucionário e anticapitalista. Destruíram-se todas as organizações de defesa da classe trabalhadora, como os partidos, os sindicatos, suas organizações derivadas, imprensa e representação parlamentar, e criaram-se organizações de controle dominadas pelo estado e pela classe patronal. O estado passou a ser o síndico dos trabalhadores, intervindo na fixação de tudo o que dissesse respeito ao trabalho. Contudo, como assinala Sohoenbaum, “enquanto os salários permaneceram estáticos, e inclusive diminuíram ligeiramente entre 1934 e 1940, a renda média líquida dos que pagaram imposto sobre a renda e, por conseguinte, dos gerentes e empresários, se elevava em 46%”⁴¹. Após a guerra, a exploração de milhões de trabalhadores escravizados desmascarou o verdadeiro caráter social do nacional-socialismo. Milliband assinala que “As classes que ocupavam os níveis mais altos da pirâmide econômica e social antes da chegada ao poder dos fascistas ainda ali estavam no fim do fascismo e do nazismo”⁴², o que fez Franz Neumann declarar que “a essência da política social do Partido nacional-socialista consiste na aceitação e no fortalecimento do caráter classista prevalecente na sociedade alemã”⁴³.

O nacional-socialismo alemão, se bem que à direita do marxismo e da própria social-democracia, representou um sistema econômico híbrido e, portanto, com uma política social coerente e arquitetada. Hitler implementaria um programa de despesas públicas graças ao qual se completava o controle da economia pelo estado. Lançou planos econômicos, cuja execução confiou à empresa privada, com vistas a combater o desemprego através de programas financiados pela criação de moeda. A indústria de guerra em tempo de paz foi o elemento propulsor da economia e possibilitou uma recuperação mais rápida do que em outros países capitalistas, reduzindo o desemprego e elevando rapidamente o bem-estar das massas. Introduziu-se a primeira experiência de planejamento integral de uma economia capitalista em tempos de paz. Sacrificaram-se as instituições democráticas em favor da manutenção do sistema capitalista com proteção social. A economia de guerra, que reduziu o desemprego a um mínimo em 1936, melhorou a situação material da maioria de partidários e eleitores do nacional-socialismo. Os nazistas atomizaram a classe operária, mas, repita-se, elegeram o estado em síndico dos trabalhadores. A política de Shacht, de orientação autárquica, procurava antes de mais nada utilizar o mercado interno, recorrendo mesmo à inflação de crédito.

O sistema fascista italiano foi um predecessor do sistema alemão, uma vez que Mussolini subiu ao poder em 1922/3; sua Carta do Trabalho é de 1927, o sistema corporativo de 1934. Como o alemão, era um regime nominalmente socialista,

mas marcadamente nacionalista. Um sindicato único reunia patrões e empregados, estes tinham seus representantes eleitos mas também aprovados pelo Ministério do Trabalho; os secretários dos sindicatos provinciais e das federações nacionais eram nomeados pelo presidente da confederação dos sindicatos fascistas, ele mesmo nomeado por um governo. Em 1929, essa estrutura não impediria os sindicatos de defenderem os interesses operários, cujo salário real baixara. Em 1930, surgiriam os conselhos nacionais de corporações, que reuniam sindicatos operários e patronais, mas tinham apenas caráter consultivo, com o poder concentrado em mãos do estado. Com a crise, a influência patronal diminuiria em favor de uma maior atuação do estado, que promoveria a reforma bancária, criaria o IRI (Instituto de Reconstrução Industrial), que destinou fundos públicos às empresas industriais atingidas pela crise.

O Japão seria levado à ruína econômica pela crise de 1929. Não podendo cessar suas importações, e com dificuldade de exportar, recorreria desde logo a um modelo imperialista pelo qual obteria seus suprimentos. Lançar-se-ia em conquistas e expedições coloniais, que teriam por principal alvo a Manchúria e a Coréia. O estado interveio fortemente na economia sob o impulso do exército e da marinha, promovendo a concentração industrial a fim de aumentar a eficiência da indústria. Em 1947, mais de 200.000 organizações corporativas são controladas pelo estado, e por meio dele, por oligarquias militares outras. Itália, Alemanha e Japão orientam-se, pois, para um capitalismo de estado e uma economia dirigida para a guerra.

Não deve passar despercebido ao estudo dos fatos econômicos e sociais que no período entre as duas guerras se verificou uma inibição do socialismo como aporte de soluções aos problemas existentes. Os movimentos socialistas perderam expressão diante da onda de regimes de direita e de esquerda que se apoderou do continente europeu no momento de crise. Há quem atribua tal inibição à falta de um programa de ação consistente por parte dos socialistas, bem como à divisão, no plano político, entre socialistas e marxistas, como a que, na Alemanha, facilitou a ascensão do nacional-socialismo. Aponta-se o efeito negativo da imagem da União Soviética sob Stálin nessa divisão. A retração socialista poderia, porém, ser mais bem analisada do ponto de vista da incapacidade de o socialismo projetar-se num momento de crise, uma vez que seu programa de ação redistributivista pressupõe a existência de uma economia estável e crescendo a taxas suficientemente grandes para comportar um programa social dentro das regras, do jogo, democráticas. Como se viu, tal não era a situação de 1917 a 1939, quando o capitalismo atravessava um período de estagnação econômica. Assim, a tendência do movimento socialista foi a de favorecer os conservadores, como no caso do apoio dado pelos social-democratas alemães, renunciando a um programa de reformas estruturais, ao Gabinete Brüning em 1923, quando se optaria por uma política econômica fortemente impopular. A experiência do entreguerras ensinaria que o socialismo democrático depende de um volume razoável de acumulação e de taxas favoráveis

de crescimento, razão porque somente floresce com o próprio florescimento capitalista, não sendo, portanto, uma alternativa palpável nos momentos de crise do capitalismo. A mesma linha de raciocínio conduzirá a que o socialismo democrático nos países marxistas, que em muito se assemelha ao comunismo propriamente dito, tem por pré-requisito uma forte acumulação e não pode, portanto, realizar-se a curto prazo.

Como superar a disparidade entre produção e consumo onde a expansão externa já não joga um papel preponderante? Indo ao encontro dessa preocupação, Perroux escreveria, em 1948:

O desenvolvimento da demanda em profundidade, isto é, o ganho de camadas novas de consumo, oferece ainda grandes possibilidades, mesmo aos países, do mundo, mais desenvolvidos. Quanto aos países novos e aos países atrasados, são eles imensos reservatórios de demandas potenciais. A diminuição do ritmo de invenções no curso do século XIX não vai até o ponto de excluir as descobertas e seu emprego em setores importantes da indústria⁴⁴.

O capitalismo posterior a 1945 procurou encontrar suas próprias soluções para o problema da demanda, lançando as bases para a ordem econômica em que atualmente o mundo se encontra. Contrariamente às soluções imperialistas do século XIX, que desmoronaram rapidamente no segundo pós-guerra, o capitalismo procurou valer-se de mecanismos novos, que não violentassem a soberania política de países, para promover a exportação de capitais excedentes, de bens e serviços, de tecnologia, e para assegurar o suprimento de produtos primários.

Esforços comunitários consubstanciaram-se na criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, em 1953, do EURATOM e da Comunidade Econômica Européia (CEE) ambos em 1958. A cooperação substituiu o conflito armado no Velho Continente. A CEE visava ao estabelecimento de um mercado comum e a uma reaproximação progressiva da política dos estados-membros. Tornou-se o mais importante mercado mundial, do ponto de vista do comércio internacional. Graças a ele, o produto nacional bruto dos países europeus era em 1960 superior em um terço ao de 1929 e a indústria havia dobrado com relação ao pré-guerra. A taxa de crescimento do PNB logo alcançou 4% ao ano, dois terços dos quais graças ao aumento de produtividade, e um terço ao aumento da população produtiva. No período 1958-61, a produção industrial dos seis aumentou de 30%, a dos Estados Unidos em 15%, e a da Grã-Bretanha de 6%. Contaminada pelo espírito comunitário, criar-se-iam, mais tarde, na periferia do sistema capitalista, entidades como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio e a Comunidade e Mercado Comum dos Países do Caribe (CARICOM – precedido de várias tentativas de associação), as quais teriam bem menor impacto na economia de seus países-membros que a CEE.

Da Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, sairia o arcabouço da ordem econômica internacional posterior à Segunda Grande Guerra. Estipulavam-se as taxas fixas de câmbio, para conferir estabilidade ao comércio internacional, concordava-se na necessidade de eliminarem-se-lhe as restrições, inclusive com a livre conversibilidade entre as moedas, lançava-se o embrião do *General Agreement or Tariffs and Trade*, foro destinado à discussão das concessões tarifárias e da eliminação das cotas de importação. O GATT estimularia a volta ao livre-cambismo, empenhar-se-ia em luta contra a discriminação tarifária e por cotas, e em favor de um controle internacional daquelas já existentes. Criava-se também o *International Reconstruction and Development Bank* (IRBD), destinado, como o nome indica, a financiar o desenvolvimento internacional pelo maior fluxo de capital aos países em desenvolvimento, a partir de fundos provenientes de subscrições governamentais e flutuações de títulos no mercado de capital mundial. Ao *International Monetary Fund* (IMF) caberia ordenar o mercado cambial e fornecer empréstimos de curto prazo para ajudar os estados-membros a resolver suas dificuldades de balanço de pagamentos. Em 1967, o Fundo estabeleceria os Direitos Especiais de Saque – visando conferir maior liquidez ao sistema financeiro internacional – que consistiram em concessões adicionais ao direito de saque a um determinado país. A *International Development Agency* (IDA) foi criada para fornecer empréstimos a longo prazo e juros baixos aos países em desenvolvimento. Além de tais órgãos, estabeleceram-se as agências especializadas das Nações Unidas, como a *Food And Agriculture Organization* (FAO), incumbida de lidar com questões técnicas relacionadas com alimentos e agricultura, a UNESCO, para a educação, ciência e cultura e a WHO, para questões de saúde. Mas não somente no âmbito multilateral instalava-se a nova ordem. A ajuda bilateral teria como precursora o *Ámerica's Greek-Turkish Program* de 1947 e o Plano “Marshall”, posto em prática de 1948-52, destinados à reconstrução, com suprimentos americanos, das economias européias devastadas pelo conflito mundial. Nos Estados Unidos, criar-se-ia, em 1967, a *Agency for International Development* (AID), com o propósito de substituir várias agências envolvidas com a administração da ajuda externa norte-americana, concedendo empréstimos de desenvolvimento e administrando programas técnico-financeiros, distribuindo ajuda relacionada com a assistência militar norte-americana. Ainda nos Estados Unidos se criaria em 1945 o *Export Import Bank* (EXIMBANK), para ajudar a financiar as exportações americanas através de linhas-de-crédito, quando essas exportações não pudessem fazer-se financiar adequadamente por meios privados. Em 1948, abrir-se-ia na República Federal da Alemanha, o *Kreditanstalt für Wiederaufbau*, financiador de projetos de desenvolvimento de médio a longo prazo, em condições favoráveis aos países recipiendários.

Nenhum desses novos instrumentos teve, porém, na economia mundial impacto comparável ao das empresas multinacionais. As multinacionais datam do segundo cartel do século passado, quando surgiram em grande parte motivadas

pelo *boom* tecnológico norte-americano. Na virada do século tiveram maior dinamismo, concentrando-se na indústria extrativa mineral, uma vez que os países capitalistas adotaram a política de preservar seus próprios estoques. Foi, contudo, a partir da Segunda Grande Guerra, com a necessidade de reorganizar o mercado mundial num mundo em que o imperialismo era solução cada vez mais obsoleta, que as multinacionais começaram a expandir-se vertiginosamente. Caracteriza o universo das multinacionais⁴⁵ a predominância das empresas de grande porte, cujo montante de vendas atinge a casa das centenas de milhões de dólares. Cada uma das quatro maiores multinacionais obtém um volume de vendas maior que dez bilhões de dólares, e mais de duzentas ultrapassam o teto de um bilhão. Normalmente provém de países desenvolvidos. No cômputo geral, os Estados Unidos da América são o país-sede de um terço das multinacionais, enquanto que, se somados aos EUA a RFA, França e Reino Unido, a percentagem se elevaria a dois terços. Entre 1950 e 1960, o número de afiliadas norte-americanas triplicou, passando de 7.000 para 23.000. O número de afiliadas das 187 principais multinacionais nos Estados Unidos aumentou 3,5 vezes no mesmo período. No caso inglês, o aumento foi de duas vezes entre 1945 e 65. O crescimento das multinacionais japonesas e francesas foi enorme, enquanto que o das alemãs supera o índice norte-americano.

O crescimento do número de afiliadas no exterior se fez acompanhar de um incremento dos investimentos diretos e acúmulo no estoque de investimentos diretos. Na década de 60/70, o fluxo de investimento de 13 países-membros da Organização e Cooperação para o Desenvolvimento (OCDE) elevou-se de 2,9 bilhões para 7,9 bilhões de dólares ao ano. De 1971 a 1976, os investimentos diretos passaram de 158 para 278 bilhões, havendo-se portanto registrado um aumento de 82%. Entre 60 e 71, o valor registrado de investimentos diretos dos Estados Unidos cresceu de 33 para 86 bilhões de dólares, o do Reino Unido de 12 para 24 bilhões, o do Japão, de 300 milhões para 4,5 bilhões de dólares, o da Alemanha de 750 milhões para 7,3 em 1971. Tem havido maior dinamismo das multinacionais alemãs e japonesas. Seus países-sede, mais a Holanda e a Suíça, têm aumentado sua participação no total de investimentos multinacionais. A maior concentração de subsidiárias de multinacionais está nos países desenvolvidos, tendência que se reduz com o tempo. Ao redor de dois terços do capital investido concentra-se nessa área. Em meados da década dos 70, a proporção era de 3/4. A produção industrial é, no presente, a principal atividade das multinacionais. Ela representa pouco mais de quarenta por cento do total estimado do estoque de investimentos no exterior das economias desenvolvidas.

A grande importância e o constante crescimento das multinacionais são claramente percebidos quando se observa o contexto econômico em que se inserem. Muitas multinacionais produzem rendas superiores a muitos PNBs de países em desenvolvimento. O valor agregado pelas 10 maiores multinacionais é maior que o PNB de mais de 80 países. O valor agregado por todas as

multinacionais, estimado em aproximadamente US\$ 500 bilhões em 1971, foi de cerca de um quinto do produto mundial bruto, excluídas as economias socialistas. Em 1976, o valor agregado excluindo o comércio intrafirmas foi de US\$ 670 bilhões.

A produção internacional, definida como produção sujeita a controle ou decisão externa e medida pelas vendas das afiliadas multinacionais, ultrapassou o comércio como principal veículo de intercâmbio na economia internacional. Estima-se que a produção internacional atingiu aproximadamente US\$ 330 bilhões em 1971, enquanto as exportações totais de todas as economias de mercado foram equivalentes a US\$ 310 bilhões. Estima-se ainda que a taxa de crescimento da produção internacional superou as dos produtos nacionais do mundo.

A partir da década dos 70, o modelo capitalista do pós-guerra, que funcionara nos anos cinquenta e sessenta num contexto de crescimento econômico e relativa estabilidade internacionais, passou a evidenciar suas próprias contradições, que, em última análise, decorrem da contradição fundamental do capitalismo. Verificou-se um aumento da diferença entre as taxas de crescimento dos países ricos e dos países pobres. Griffin aponta que, entre 60 e 73, a taxa de crescimento do produto *per capita* nos países em desenvolvimento foi de 3,3%, enquanto nos desenvolvidos foi de 3,7, ou seja, os países que em 60 eram relativamente ricos cresceram mais depressa que os países relativamente pobres em 60. O sistema de mercado como que mantém e acentua as desigualdades na distribuição de renda a nível internacional. No mesmo período, os países do Terceiro Mundo, divididos em quatro categorias (produtores de petróleo e de renda mais alta, média e baixa), cresceram a taxas de 4,9; 3,9; 3,2; 1,2. A presente ordem acentua, pois, a desigualdade. A participação dos países em desenvolvimento nas exportações mundiais caiu de 31,2% em 1950 para 17,4% em 1972, enquanto a dos países ocidentais desenvolvidos aumentou de 60% para 72,3% no mesmo período. A participação do comércio de primários no comércio mundial está caindo e a participação dos países em desenvolvimento no comércio de primários também está caindo em virtude da demanda restrita e protecionismo. Dos investimentos maciços nas reservas mundiais no período 70/5, 95% foram realizados nos países desenvolvidos, e somente 3% nos em desenvolvimento. Esses investimentos formam o triplo do total de assistência da OECD aos países em desenvolvimento. Entre 61 e 75 cresceu a ajuda dos países da OECD em apenas 0,7% ao ano, enquanto seu PNB cresceu de 80% no mesmo período. E conclui Griffin: “Na verdade, a demanda por uma nova ordem econômica internacional é uma demanda pela redistribuição de poder – político e econômico –, como também uma demanda por uma redistribuição de renda”⁴⁶. E, numa passagem muito expressiva:

(...) as mesmas forças econômicas que operam a nível mundial também operam nas economias da maior parte dos países subdesenvolvidos e

os resultados são largamente similares, isto é, uma larga concentração de renda e riqueza (...) Para que as reformas internacionais tenham impacto favorável sobre a pobreza, parece igualmente claro que elas devam ser complementadas por reformas nos países subdesenvolvidos destinadas a assegurar que os benefícios dos sistemas de produção e distribuição sejam recebidos primariamente pelos mais necessitados⁴⁷.

registre-se, a propósito, que a população mundial entre 1900 e 1950 aumentou de 900 milhões para 2,5 bilhões; entre 1950 e 2.000, será de 3,5 bilhões. O Ocidente industrializado terá no fim do século apenas 20% da população mundial.

Se nos anos imediatamente posteriores ao conflito mundial houve espaço para altas expectativas de contínua expansão, progresso social e transferência de benefícios dos ricos aos pobres dentro da ordem existente e os subdesenvolvidos conheceram taxas de desenvolvimento altas apesar do “gap” crescente, a partir de 1970 a ordem internacional implantada no pós-guerra começou, pois, a revelar alguns entraves ao desenvolvimento em face da persistência dos bolsões de miséria, da explosão demográfica, do aumento da taxa de desemprego, inclusive de gente preparada, do aumento da dívida externa. Os países subdesenvolvidos, na periferia do sistema capitalista começaram a experimentar um sentimento de impotência em matéria de relações econômicas internacionais – quem as controla? Para o benefício de quem as operam? Houve conseqüentemente um surto de protecionismo, para defesa de emprego interno, e dificuldade de acesso de manufaturas ao mercado desenvolvido. Uma nova ordem econômica internacional passou a ser o objetivo dos países em desenvolvimento, que procuram definir as condições conducentes a seu desenvolvimento e ganhar controle sobre seus destinos, rejeitando a visão centro-periferia e visando a sua soberania econômica.

O quadro financeiro internacional é de crônico endividamento, senão mesmo de insolvência, o que põe em risco a continuidade do fluxo de capital dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento. Em 1981, a América Latina obteve cerca de 20 milhões de dólares em novos empréstimos do BIRD – assinala o relatório preparado para a Assembléia Anual de 1982 (Toronto), mas teve que desembolsar 22 somente para o pagamento de juros de dívidas anteriores. O México esteve em vias de cessar o pagamento de sua dívida externa, que é de aproximadamente 80 bilhões de dólares. Os bancos internacionais estão enfrentando as renegociações de 60 bilhões desse total, além de 14 bilhões do total da dívida polonesa e de 36 bilhões do total da dívida argentina. Até março de 1982, a América Latina mantinha empréstimos externos de US\$ 185 bilhões contra 55,7 bilhões do Leste Europeu. Boa parte do endividamento se deve a que a formação bruta do capital fixo não se faz com o capital, mas sim com o crédito. E não se faz com o capital porque não há demanda suficiente para a capitalização. Até meados do corrente ano, vinte e seis países estavam em atraso em sua dívida externa. Já no fim de 1981 os bancos começavam a restringir os empréstimos aos países do

Terceiro Mundo de alto risco. Estão agora emprestando a prazos mais curtos e a taxas de juros mais altas e variáveis e ameaçam cortar o crédito a todos os inadimplentes. Há uma espiral creditícia deflacionária, que acompanha a recessão geral. Tão grande é a dependência, que um aumento de 1% nas taxas de juros dos bancos ocidentais aumenta de 20 bilhões de dólares a dívida total dos 120 países do chamado Grupo dos 77. 200 milhões da dívida dos países subdesenvolvidos são do Brasil, México e Argentina, precisamente os três maiores países do Terceiro Mundo e os que absorveram mais investimentos multinacionais. Do total da dívida, 400 bilhões em 81 e 466 em 82 são dos países importadores de petróleo. O Brasil deve 71 bilhões, México, os 80 bilhões já citados, Argentina, 36 bilhões, Venezuela, 19 bilhões, Chile, 15 bilhões, Peru, 10 bilhões, Costa Rica, 2,6 bilhões. Brasil, México, Índia, Argentina, Indonésia, Argélia, Coreia, Iugoslávia, Paquistão, Egito, Irã representam 60% da dívida do Terceiro Mundo.

Essa crise é em boa medida o resultado da política de endividamento que o Terceiro Mundo pôs em prática a partir da implantação da ordem econômica do pós-guerra. Em muitos países o pagamento dos juros e amortizações da dívida externa anula ou supera o ingresso de divisas com as exportações de bens e serviços e com novas importações de capitais. Esse estrangulamento, se bem que apontado pelos economistas já há muitos anos, só agora efetivamente ocorre, quando a elevação das taxas de juros e a corrente recessão internacional (de que se tratará mais adiante), que domina o panorama econômico desde 1973 e, com mais ênfase, desde 1976, coloca dificuldades às exportações dos países em desenvolvimento (através da queda da propensão a importar dos países desenvolvidos em recessão e da prática, por estes, de uma política fortemente protecionista), tornando mais agudo o problema da amortização da dívida externa.

Conscientes da gravidade da situação para o sistema capitalista como um todo, os países desenvolvidos afirmaram que “é nosso interesse tanto quanto dos países em desenvolvimento que os países em desenvolvimento cresçam e floresçam e desempenhem um papel integral no sistema econômico internacional compatível com suas capacidades e responsabilidades e se tornem mais estreitamente integrados nele⁴⁸. E Gaston Thorn, Presidente da CEE, admitiu: “Não é necessário um grande debate para compreender que os países pobres morrerão antes de termos visto o fim da crise, e que a morte deles acarretará a nossa”⁴⁹.

Nesse contexto de crise, as instituições que surgiram com a ordem econômica internacional do pós-guerra tornaram-se ineficazes para ajudar as economias dos países do Terceiro Mundo a soerguerem-se. O GATT luta impotentemente contra a onda protecionista que assola o comércio internacional. Os recursos do FMI tornam-se escassos diante das grandes obrigações financeiras e da elevada carência de recursos dos países em desenvolvimento, e o mesmo se poderia dizer do IRBD. Além do mais, queixam-se os países em desenvolvimento de que as estruturas normativas no seio desses organismos é tal que há uma concentração de poder decisório nos países desenvolvidos.

O transnacionalismo, por sua vez, revelou-se contraditório em seus efeitos sobre os países recipiendários do investimento. Os países em desenvolvimento expressaram crescente preocupação com o impacto das multinacionais em seu tecido político, econômico e cultural. Passaram a desejar maior controle das atividades das multinacionais, a fim de que essas fornecessem tecnologia que levasse em conta as condições locais (como as tecnologias intensivas de mão-de-obra em países com grande desemprego) e cessassem sua relutância em transferir tecnologia completa. Incomoda-os o fato de que as multinacionais estimulam o consumo dos grupos de renda alta, transmitem modelos de desenvolvimento que não satisfazem os requisitos sociais e econômicos, assim como o fato de que ficam tais países continuamente dependentes de tecnologia, bens de capital e serviços de terceiros países. Consideram igualmente perniciosas a escolha que as multinacionais fazem sobre produtos, padrões de consumo e estilos de vida, o que vêem como uma erosão da identidade e propósitos nacionais. Em conseqüência, as multinacionais têm sido excluídas de alguns setores como imprensa, televisão, energia, serviços públicos e serviços em geral, comércio por atacado e varejo e certas indústrias básicas. Procura-se imprimir maior confiança na ação do estado em produção e serviços básicos. Em alguns países, estabeleceu-se que as multinacionais seriam minoritárias, ou formariam *joint ventures*; em alguns casos, busca-se a diversificação de investidores, a redução gradual de investimentos estrangeiros a níveis apropriados, a prévia escrutinização dos investimentos. As multinacionais operam a longo prazo concentração de capitais, apesar da sua inicial disseminação e da internacionalização da produção. A economia internacionalizada é de caráter oligopolista e é menor apenas que as economias nacionais dos Estados Unidos e da União Soviética. As multinacionais tendem a criar formas mais complexas de relacionamento entre a ordem econômica e a ordem política, que precisa valer-se de instrumentos outros além das políticas econômicas tradicionais e das simples soluções de soberania.

As multinacionais são a longo prazo ambíguas quanto a seus efeitos sobre expansão da renda e do produto, ao aumento das exportações (em muitos casos as matrizes mantêm políticas restritivas com relação à expansão das exportações das subsidiárias), ao nível tecnológico, de emprego, de *know-how* gerencial, da poupança externa, do emprego (o fechamento de fábricas locais, já é causa de desemprego). Tem aspectos negativos na política monetária (pela autonomia, financeira de que dispõem), na distribuição de renda, uma vez que, como se notará adiante, demonstram tendência à elevação de preços. Seus objetivos privados de lucro conflitam muitas vezes com os públicos de bem-estar social. A extraterritorialidade das multinacionais tem causado problemas políticos. São pouco eficazes no setor de saúde, alimentação e nutrição. Tendem a burlar a legislação dos países-recipientes sobre retorno dos lucros mediante negócios intra-firmas, isto é, entre as matrizes e as subsidiárias, onde são estipulados a níveis acima do mercado os preços de transferências de patentes, licenças, *know-hows*, *trademarks*, e onde as matrizes superfaturam o preço de suas exportações e

subfaturam o preço de suas importações. O conflito pela apropriação da renda entre o capital e o trabalho e a tentativa dos monopólios em aumentar suas fatias do bolo nacional têm um efeito substancial sobre o mecanismo da atual inflação mundial. A insistência em maximizar os lucros dos monopólios, juntamente com a luta dos sindicatos dos países desenvolvidos para manter suas parcelas da renda nacional, força as companhias multinacionais a aumentarem os preços de suas exportações para os países em desenvolvimento, especialmente no que diz respeito às transferências de tecnologia, e, conforme a Comissão Brandt, grande parte desse aumento de preços ocorre dentro do comércio realizado pelas companhias multinacionais, entre a matriz e suas filiais; este comércio intrafirmas é responsável por mais de 30% do comércio exterior das transnacionais.

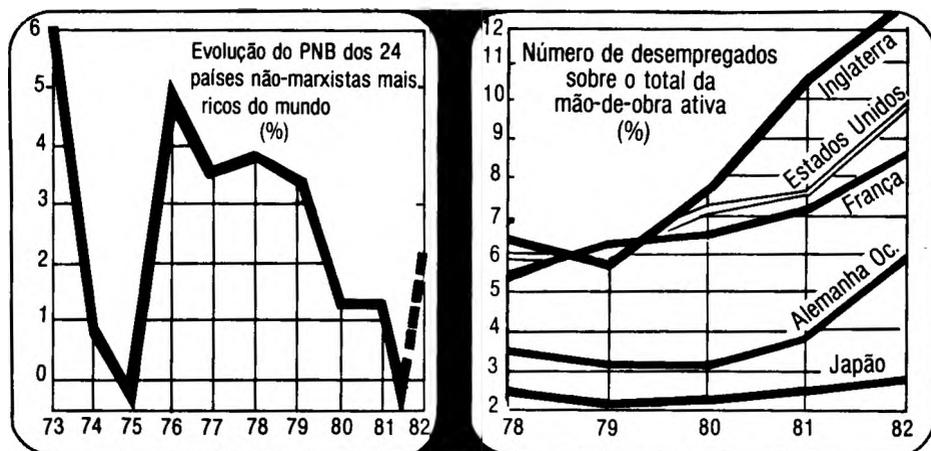
Enfim, os governos dos países-recipientes têm sido obrigados a aceitar um crescente *trade-off* em termos políticos, econômicos e sócio-culturais. Conforme colocou Levinson a questão:

A expansão das atividades multinacionais, e, por conseqüência, das transações financeiras internacionais, é indiscutivelmente uma das mudanças estruturais mais significativas da economia moderna. Em face dessa concentração de poder, a capacidade do estado-nação de gerar seu próprio sistema econômico é posta em questão. Se bem que ele continue a reinar, o estado-nação parece não mais governar. Ele domina cada vez menos sua economia, como o demonstram por exemplo seus esforços desesperados para controlar a inflação. Ele corre o grande risco de sucumbir ao curso de uma regressão lenta mas ininterrupta⁵⁰.

Não são, porém, apenas os países-recipientes os que se ressentem das multinacionais. Nos países-sedes, os sindicatos revelam-se preocupados com a fuga de capitais e muitas vezes pedem medidas tributárias que impeçam tal fuga. Os governos estão igualmente preocupados com a evasão de capitais, de investimentos e tecnologia. Têm procurado desenvolver uma política de escrutinização do investimento, do ponto de vista dos benefícios para os países-sedes, e revelam uma tendência recente a introduzir tratamento menos favorável às corporações multinacionais. Por outro lado, os países desenvolvidos costumam ser, além de países-sedes, recipientes de multinacionais, o que os torna vulneráveis diante das multinacionais instaladas em seus territórios. A lógica da expansão das firmas multinacionais tende a chocar-se com a lógica do poder nacional dos países onde tais empresas têm sede. Assim, as filiais norte-americanas de materiais de transportes pressionaram para que fosse suspenso o embargo oposto por Washington à exportação para Cuba de produtos fabricados por firmas norte-americanas. Mais recentemente, o embargo decretado pelo Governo norte-americano às exportações por parte de multinacionais norte-americanas de bens destinados ao gasoduto de Urengoi revela com nitidez as disparidades de

interesses que muitas vezes existem entre o governo de um país e as multinacionais nele sediadas.

Vista do ângulo dos países desenvolvidos, as contradições da atual ordem econômica culminaram na *estagnação*, termo cunhado para designar a corrente onda de desemprego e queda do produto associada a uma elevada inflação. A extensão da crise, desde 1974, parece indicar que o capitalismo não atravessa mais um de seus ciclos decenais, mas uma profunda crise, como a de 1930. Tratar-se-ia de um distúrbio estrutural na economia mundial, e, não, um mero fenômeno recessivo. O desemprego veio tendo ascensão lenta, mas persistente, até ultrapassar o índice de desemprego de 1930. Todo o conjunto de países capitalistas avançados tem hoje 30 milhões de desempregados. O produto dos Estados Unidos, França, Reino Unido, Alemanha Ocidental e Japão, principais economias capitalistas, tem decaído. Os gráficos a seguir mostram a evolução dos PNBs desde 1973 e do desemprego desde 1978.



Muito se tem especulado sobre as causas da estagnação. Sabe-se que os gastos governamentais em excesso nos programas sociais perpetuam o desemprego e a ineficiência, porque propiciam consumo sem a contrapartida da produção. Criticam-se especialmente os dispêndios com subsídios diretos e os gastos do sistema tributário que subtrai recursos e investimento produtivo. A partir dos anos trinta, cresceu tanto a participação do estado na economia, tornou-se tão abundante e complexa a regulamentação da livre iniciativa, subiu tão descontroladamente a carga tributária, que a oferta de bens e serviços passou a distanciar-se da demanda em ritmo crescente, o que é uma outra forma de descrever o processo inflacionário. O uso e abuso de políticas keynesianas teria assim levado a uma crônica e crescente defasagem entre crescimento da demanda e o necessário aumento correspondente da oferta.

Não é apenas porém o excesso da aplicação dos remédios keynesianos o responsável pelo aumento da demanda sem a contrapartida da produção. No capítulo V abordou-se como o consumo improdutivo, isto é, o consumo daqueles não diretamente empregados na produção de bens e serviços, mas sim, no lado administrativo e circulatório da economia, geram desemprego com inflação e retardamento da produção. A estagflação seria, assim, mais uma faceta das contradições capitalistas. Meios de produção e mão-de-obra são cada vez mais destinados a atender às necessidades do consumo improdutivo e do consumo supérfluo às expensas do consumo produtivo. Em consequência do aumento da demanda por tais meios, estão eles submetidos a uma contínua *inflação*. Por outro lado, o mesmo aumento do consumo improdutivo e supérfluo que acarreta essa demanda excedente sobre os insumos produtivos retardam a acumulação capitalista, reduzindo, pois, em seu total, a demanda de mão-de-obra e causando, assim, desemprego, desemprego esse que não se evidencia nos períodos de guerra, mas sim, nos de paz, quando largos contingentes são desmobilizados. Tem-se, portanto, que a estagflação é uma consequência dos remédios de que o capitalismo se valeu no passado para superar suas tendências à falta de “realização” do produto e à queda da taxa de lucros, ou, em linguagem keynesiana, para superar suas tendências à insuficiência da demanda e à eficiência marginal do capital decrescente. A pergunta que se coloca é, então: As correntes estruturais ainda favorecem a expansão do capitalismo? Que novos mecanismos de ajustamento encontrará o capitalismo para contornar suas contradições intrínsecas e garantir sua continuidade como sistema econômico?

Capítulo VIII

O reformismo marxista

No capítulo VI afirmou-se que o marxismo positivado perdeu seu caráter evolucionário e adotou postura imobilista diante dos pensamentos e ações preocupados em dar curso ao processo social marxista através de uma linha de reforma. Evidência disso é que, decorridos sessenta e quatro anos do triunfo da Revolução de Outubro de 1917, diversos cismas procuram conquistar espaço dentro do universo marxista, tendo em comum o distanciamento do marxismo oficial de linha soviética e a discordância de que haja apenas um único modelo de socialismo e de revolução socialista. A excomunhão da Iugoslávia pelo COMINFORM em 1948, os movimentos da República Democrática da Alemanha em 1953, na Hungria e na Polônia em 1956, na Tchecoslováquia em 1968, novamente na Polônia em 1970, 1976 e a partir de 1980, são alguns dos episódios relacionados com esse reformismo. Em diversos países marxistas surgiram ainda movimentos dissidentes, quase sempre em nome do marxismo. O marxismo teórico passou, portanto, a ser mais do que um anticapitalismo, abrangendo um esforço de transformação nas próprias sociedades marxistas e conferindo significado mais amplo à afirmação de Brzenzisky de que “o marxismo expandiu a percepção popular de si mesmo, despertando as massas para uma preocupação intensa com a igualdade social e dando-lhes uma justificativa tanto histórica como moral para insistirem nisso”⁵¹. O presente capítulo ensaiará um exame de reformismo marxista e suas posições.

Cada faceta de reformismo procura oferecer alternativas para os dilemas do marxismo positivado, tendo como ponto de referência o soviético, ou pô-lo em dia com os fatos sociais, embora esse esforço mesmo acarrete uma série de problemas práticos ou teóricos. Se o marxismo histórico é, conforme se afirmou anteriormente, científico quanto ao capitalismo e utópico em sua concepção do comunismo, a busca pelo reformismo marxista do reencontro com o marxismo histórico é necessariamente impregnada de utopia, o que, não obstante, não invalida esse empenho reformista, pois toda reforma também de utopia se nutre. Em defesa do realismo socialista, S. Popov manifestou que

uma sociedade socialista desenvolvida foi estabelecida na União Soviética e a construção de tal sociedade está progredindo com sucesso

em alguns outros países socialistas. Mas quando os revisionistas de direita olham para o majestoso edifício do socialismo apenas vêem falhas, arranhaduras e imperfeições individuais. Eles disso fazem estardalhaço, gritando histericamente que esse não é de modo algum um edifício socialista, que melhor seria não construí-lo ou, se ele tem de ser construído, outros modelos deveriam ser usados. Mas construir o socialismo de acordo com as receitas revisionistas seria equivalente a erigir um edifício sem um alicerce e sem um plano. “Humanizar” o socialismo de acordo com os projetos revisionistas significaria reduzir o edifício do socialismo a um montão de escombros⁵².

Defendendo a liberdade de interpretação marxista, vozes como Enrico Berlinguer se levantaram para clamar que “O desenvolvimento na elaboração do marxismo não caminhou *pari passu* com as grandes transformações da realidade do mundo contemporâneo, com as diferentes experiências de luta e de edificação socialista e com a práxis política. Nesta, especialmente, limita-se ao uso de formulações estereotipadas, a batalhas de citações ou a etiquetar de modo arbitrário como revisionista em um ou em outro sentido todas as posições diversas da própria”⁵³. Ou, com ênfase ainda maior: “Tentar explicar todas as divergências como ‘desvios’ de uma pureza doutrinária, da qual não se sabe bem quem deveria ser o depositário, significaria na realidade não só exasperar as próprias divergências, mas fechar-se a estrada a compreender as razões objetivas, os reais interesses que estão na origem”⁵⁴.

Marcando uma inconformidade com o centralismo e o totalitarismo, o eurocomunismo de Berlinguer e outros prega comunismo com democracia e pela democracia, e tem como principais igrejas os Partidos Comunistas da Itália, Espanha e França. Os círculos reformistas e dissidentes da Europa Oriental viram no eurocomunismo um sinal auspicioso rumo à democratização naquela área, na expectativa de que iria operar na irradiação marxista uma mudança de sentido, que passaria de leste-oeste para oeste-leste. George Marchais, do PCF, definiu o eurocomunismo como a “convicção profunda de que, fora da via democrática, o socialismo em nossos países não é possível”⁵⁵. A famosa declaração franco-italiana de 1975 afirmou que existem problemas típicos dos países capitalistas, e que na Europa o socialismo é a fase superior da democracia e da liberdade. Assim, o eurocomunismo procura conciliar a transformação das estruturas com a formação e a experiência democrática da Europa Ocidental. Berlinguer manifestou:

Nós rejeitamos o conceito de que possa existir um modelo de sociedade socialista único e válido para todas as situações. Não se trata somente de particularidades nacionais que deveriam juntar-se às leis gerais do desenvolvimento da revolução socialista e da edificação da sociedade socialista. Na verdade, as mesmas leis gerais do desenvolvimento da sociedade, os mesmos interesses essenciais e universais da

revolução socialista não existem em estado puro, mas sempre e somente em realidades particulares, historicamente determinadas e irrepetíveis⁵⁶.

Assumindo, por outro lado, uma posição contrária ao que denomina de “satelização” e “hegemonismo soviético”, ostenta o eurocomunismo um perfil nacionalista e independente com respeito ao Partido Comunista da União Soviética. Foi ainda Berlinger quem, sublinhando esse aspecto do movimento, o definiu como “a procura de uma via nacional ao socialismo”⁵⁷. O eurocomunismo rompeu também com a noção de ditadura do proletariado, em coerência com a via democrática que preconiza e com o fato de que o próprio desenvolvimento do capitalismo, sua sofisticação científica e tecnológica situam o proletariado no círculo muito mais amplo, embora concêntrico, de assalariado. Fazendo seu o conceito gramsciano de “bloco histórico”, sustenta que já não se pode falar de hegemonismo do proletariado, mas de hegemonia da força de trabalho, que constitui a grande maioria da população em cada um dos países europeus e já fornece a base para uma transformação democrática da sociedade. Finalmente, é um comunismo que se proclama não-revolucionário.

O eurocomunismo evoluiu de várias ações soviéticas que pontilharam a história do comunismo internacional desde 1917. Uma delas foi a constatação de que o COMINFORM, criado em 1947 por Stálin, se apresentava essencialmente como um instrumento de sua política exterior no limiar da guerra fria, enquanto a III Internacional Comunista, fundada em 1919 e extinta em 1943, tinha por objetivo oficial a revolução proletária internacional. Notável influência na gestação do eurocomunismo tiveram a ocupação da Hungria em 1956 e da Tchecoslováquia em 1968, esta última, sem dúvida, um dos principais determinantes da formação do bloco eurocomunista, uma vez que a Tchecoslováquia em 1968 apresentava, no entender dos atuais eurocomunistas, características de um país desenvolvido que, por sua estrutura sócio-econômica, se encontrava pronto para um socialismo distinto, democrático, não necessariamente à imagem do soviético. Os eurocomunistas mais tarde manifestariam acreditar que, fosse deixada à Tchecoslováquia a possibilidade de desenvolver-se, ter-se-ia o primeiro centro, o primeiro modelo de socialismo numa sociedade desenvolvida, o que se procurou conscientemente impedir com a intervenção armada de 1968. Elementos também importantes foram a reabilitação da Iugoslávia em 1956, à qual a União Soviética reconheceu o direito a uma trilha própria ao socialismo, assim como o conceito de policentrismo desenvolvido por Togliatti, em oposição ao unicentrismo do Partido Comunista da União Soviética. Como a justificar o policentrismo, o número de afiliados aos partidos comunistas crescera, na China, de 40.000 em 1937 a 2.000.000 em 1947; na Itália, de 5.000 em 1943 a 2.000.000 em 1946; na França, de 300.000 em 1939 a 1.000.000 em 1946; na Grécia, de 17.500 em 1935 a um verdadeiro exército em 1944⁵⁸.

O eurocomunismo não representa uma quebra de compromisso com a internacionalização do socialismo. Justamente por seu caráter reformista, é

dialético e, conquanto represente uma ruptura doutrinária com o marxismo histórico e principalmente com o marxismo de tipo soviético, com o qual não conseguiu reconciliar-se na Conferência dos Partidos Comunistas Europeus realizada em Berlim em 1976, quando se procurou abrir horizontes mais amplos na luta pelo socialismo, pode efetivamente significar, como querem os eurocomunistas, que através das distintas vias nacionais haverá uma convergência comunista, na medida em que o respeito às peculiaridades de cada caso fortaleça o movimento global, que pode encontrar maior coerência e maior unidade na própria diversidade. Vem ao encontro dessa tese a suspeita capitalista de que o eurocomunismo nada mais seria do que uma tática de tomada do poder, procurando adaptar-se às especificidades da Europa Ocidental, através da superação das divergências entre os comunistas, os socialistas e os socialdemocratas, e mesmo sua aglutinação em torno de um denominador comum, que terá sido, na França recente, por exemplo, François Mitterrand. O eurocomunismo, assim, não seria senão uma tentativa de obter a anulação da cláusula *ad excludendum* que o constitucional-pluralismo do Ocidente aplicou ao comunismo. Nutrem tal suspeita o monolitismo, o centralismo dos partidos eurocomunistas, que não se regem pelo pluralismo, mas onde, ao contrário, todos se subordinam à cúpula com o propósito de obter unidade de pensamento e de ação. Alega-se que, sendo o partido comunista o microcosmos de uma sociedade comunista, é difícil prever como um partido centralizador possa desdobrar-se numa sociedade politicamente diversificada. Há uma “linha de partido”, dogmática, a exibir autoridade e exigir obediência, suprimir dissensões e excomungar dissidentes. Invoca-se também que o programa comunista implica transformação linear da sociedade e que o corolário institucional de tal princípio doutrinário é a introdução de câmbios que tornariam permanente sua ocupação do poder. Afirma-se que a incógnita não é tanto se os eurocomunistas se dispõem a chegar ao poder pela via democrática como se eles se conduzirão no poder de modo democrático, ou, usando a expressão de Kissinger, “salvaguardariam a liberdade que poderia transformar-se em instrumento de sua futura derrota”⁵⁹. O eurocomunismo esbarra crescentemente na evidência de que o constitucional-pluralismo da Europa Ocidental não é formal e genérico, mas de conteúdo político democrático-burguês e tende, assim, a repelir, por todos os meios, a ascensão dos comunistas ao poder dentro do princípio de que o “comunismo no poder jamais será um leal gestor da sociedade capitalista”⁶⁰.

A autogestão representa a via iugoslava ao socialismo. Com ela, a Iugoslávia procura conciliar socialismo com democracia – como os eurocomunistas –, economia planificada com economia de mercado, e manter-se equidistante dos regimes constitucionais-pluralistas do Ocidente e dos regimes de partido único do Leste. Proclama ser a autogestão o verdadeiro socialismo, uma vez que se calca no controle social, não, estatal, dos meios de produção, o que constitui a base da verdadeira democracia. No que concerne aos objetivos democráticos, sustentam os teóricos da autogestão que ela amplia o campo da liberdade individual, ao

estimular a deliberação dos trabalhadores sobre as questões pertinentes à unidade de produção em que operam, bem como sua própria condição de membros desta. Portanto, o corpo social passa a exercer diretamente seu direito de escolha, ao invés de fazê-lo por pessoas ou grupos interpostos, como acontece, para os iugoslavos, nas democracias ocidentais. Do ponto-de-vista econômico, a autogestão é defendida por absorver uma liberdade de mercado controlada, com o que se procura beneficiar a produtividade e a eficiência das empresas e da economia como um todo. O sistema de preços interempresariais é estabelecido pelas forças de mercado. O estado intervém para regulá-lo sempre que o determinam os interesses da sociedade. Com relação à questão partidária, mantêm os teóricos da autogestão que o partido, no caso a Liga dos Comunistas da Iugoslávia, existe basicamente para garantir a transição da sociedade no sentido da plena autogestão. O partido representa, portanto, o parâmetro político, de origem revolucionária, que é o socialismo democrático autogerido e sua implantação. Aceito o postulado, a cada iugoslavo, sempre conforme a doutrina, assegura-se o direito de escolha em tudo que se relaciona com sua condição de membro da sociedade. Pretende, assim, a Iugoslávia uma superação das contradições existentes no monopartidarismo do Leste Europeu, estatizante e centralizador, assim como daquelas dos regimes constitucionais-pluralistas do Ocidente, que a doutrina iugoslava vê corrompidos pela manipulação de uma minoria por detrás de uma fachada democrática.

Na linha autogestora está também Roger Garaudy⁶¹, expulso do Partido Comunista Francês por sua atitude de frontal oposição ao estalinismo e à ocupação da Tchecoslováquia em 1968. Seu conceito de “bloco histórico” coincide com o que deriva da abolição de ditadura do proletariado pelos eurocomunistas. A um só tempo inconforme com as injustiças sociais do capitalismo e a opressão política dos países comunistas, Garaudy procura estimular um tipo de ação de base, que se valha da sindicalização maciça dos trabalhadores de todos os níveis como ponto de partida de suas reivindicações e, por extensão, da tomada de decisão nas empresas e na sociedade; uma espécie de luta econômica, não, política, cujo alvo é o verdadeiro socialismo, encarnado na autogestão dos meios de produção. Uma revolução feita pela própria classe trabalhadora conscientizada e, não, por elites em seu nome.

O socialismo autogestionário iugoslavo tem acusado o marxismo soviético de tentar impor o dilema “nós ou eles” e de agir contrariamente aos princípios adotados na Conferência de Berlim. Assim como os eurocomunistas, os socialistas iugoslavos defendem o princípio de independência e soberania dos países comunistas e a responsabilidade de cada partido perante sua própria classe trabalhadora e o povo em geral. Há, assim, em comum, uma rejeição da autoridade soviética e uma resistência a suas pressões. Em outubro de 1979, houve reação de descontentamento na imprensa iugoslava contra declarações da liderança soviética condenatórias do eurocomunismo, as quais foram então

qualificadas como mais um exemplo de tentativa soviética de ingerência em assuntos do Ocidente. O regime iugoslavo vem, contudo, desde 1971, levantando reação desfavorável entre os eurocomunistas pela perseguição que move aos dissidentes, no esforço de reafirmar o controle político centralizado. Algumas divergências doutrinárias também separam os eurocomunistas dos socialistas iugoslavos, como a defesa do pluralismo político pelos primeiros, em contraste com o do sistema de partido único pelos segundos, embora o princípio iugoslavo da autogestão reforce a defesa, pelos eurocomunistas, do socialismo com democracia e embora os eurocomunistas costumem conceder ser o sistema de partido único consentâneo com a realidade política atual da Iugoslávia, que necessita amalgamar os múltiplos interesses dos vários grupos e etnias sociais.

Pode-se, sem dúvida, inquirir da eficiência da autogestão como instrumento do socialismo onde este requeira um período de transição. Na Iugoslávia de hoje, a autogestão transformou o trabalhador em parte integrante do mecanismo repressivo do estado; funcionalmente, a autogestão tem sido transformada por autogestores em todos os níveis num canal de voz pelo qual reivindicar aspirações pessoais imediatas, mais do que num esforço grupal de gestão da sociedade. A doutrina enfrenta o problema de conciliar socialização democrática com eficiência e capacidade operacional das empresas, sem o qual a idéia de um socialismo unido à democracia será sempre inviável a longo prazo. A empresa, em qualquer parte, e muito na Iugoslávia, parece não poder prescindir de uma organização hierárquica, seja no sistema capitalista seja no socialista; a democracia no interior da empresa choca-se com a organização, com a diferença de que na empresa privada os trabalhadores têm a sensação de trabalhar para um reduzido número de pessoas mais do que na empresa socializada. Tanto é que existe, na Iugoslávia, uma classe patronal que se superpõe aos conselhos de autogestão na tomada das decisões mais importantes. Por outro lado, a autogestão reconhece que existe, em seu detrimento, carência de uma verdadeira revolução cultural na Iugoslávia, mas procura combater a *intelligentsia*, que teme se transforme numa burocracia estatal de estilo soviético; reconhece a presença no sistema de diferenças de níveis regionais de desenvolvimento social, de produtividade e qualidade de trabalho, mas inibe a ação do estado e do partido único, necessária à superação desse desequilíbrio. O sistema procura sustentar-se no tripé autogestão-mercado-estado, o que não constitui uma autogestão pura, e sim, híbrida. Persegue por meios confusos aquilo que no marxismo histórico é o fim de um processo: a propriedade social dos meios de produção. Ao mesmo tempo que procura um nivelamento social, defende um diferencial de salários conforme a produtividade. Caberá, ainda, perguntar em que medida o sistema de autogestão, assim como outras posturas iugoslavas, não são intimamente ligados a uma necessidade iugoslava de criar por todos os modos uma fisionomia e uma identidade própria, por motivos sobretudo políticos. Finalmente, o sistema de autogestão tem características do que seria uma versão extemporânea de socialismo utópico. Kardelj, o grande teórico da autogestão, depositava confiança no homem e em sua

capacidade de reformar-se. “Nenhum estado – escreveu – nenhum sistema e nenhum partido político pode trazer felicidade ao homem. Somente o homem pode criar sua própria felicidade, não como indivíduo mas com outros homens em termos de igualdade”⁶². Embora a assertiva de Kardelj seja irrefutável como dever-ser, a admitir-se a possibilidade de o homem reformar a si próprio, ter-se-á então que admiti-la em qualquer sistema, inclusive o capitalismo.

Foi, contudo, a Polônia, o grande palco, no mundo marxista, de efervescência liberalizante, fruto de uma precária união entre dissidentes e trabalhadores descontentes com seu nível de vida. À diferença da “Primavera de Praga”, das reformas húngaras posteriores a 1968, ou do socialismo autogestionário iugoslavo, as inovações ali buscadas não partiram de cima para baixo, ou seja, de setores da *intelligentsia*. Tratou-se de um movimento operário inicialmente de caráter econômico, de fora dos quadros do governo e do partido, paulatinamente transformado em amplo movimento social. O Primeiro-Secretário do Partido Operário Unificado Polonês, Stanislaw Kania, em reunião plenária do Comitê Central do Partido em início de novembro de 1980, reconhecia a legitimidade das reivindicações operárias bem como seu caráter socialista, frisando não constituírem elas uma manifestação “alugada” pelo capitalismo, mas, sim, um movimento do proletariado consciente de sua posição de mando em uma república popular.

A participação dos intelectuais dissidentes poloneses nos acontecimentos de 80/81 deu-se através do Comitê de Defesa Social, mais conhecido como KOR, criado em 1976, no caudal da repressão das greves de Ursus e Radom. O KOR foi o ponto de encontro entre os trabalhadores insatisfeitos e a classe média dissidente. Nele destacavam-se os intelectuais dissidentes Jacek Kuron e Adam Michnik; à distância, o grupo recebia inspiração de Leslek Kolakowski, cujo socialismo se assemelha ao eurocomunismo. A ação que o KOR incentivava é a que estava sendo desenvolvida pelo “Solidariedade” de Lech Walesa. Outros grupos associaram-se ao KOR na eclosão da crise, como os católicos do grupo Znake, os escritores adeptos do socialismo democrático. Tratou-se de um movimento sem caráter reacionário em termos do comunismo. O que postulava, em termos políticos, era o aperfeiçoamento do socialismo na Polônia, a extinção dos privilégios da burocracia, a democratização sindical e da atividade intelectual, enfim, uma democracia socialista.

Foi a mais importante evolução havida num país socialista do Leste Europeu desde que neles ascendeu ao poder o Partido Comunista. Pela primeira vez, um regime comunista permitiu greves, negociou, cedeu, concordou em reparar sua linha de conduta e leis vigentes, diante de pressões vindas de baixo. Liberdade sindical, direito de greve, liberdade de manifestação religiosa e ideológica, liberdade de imprensa e de opinião, extinção de censura, direito à propriedade privada, foi o leque das aspirações que afloraram com as greves de agosto de 1980 em Gdansk, além de aumentos imediatos de salários, aumentos salariais automa-

ticamente ligados ao aumento dos preços e ao declínio do poder aquisitivo da moeda, redução da idade para aposentadoria, completa assistência médica, licença remunerada de três anos para as gestantes, fim do trabalho aos sábados. Paralelamente à ação proletária, os segmentos reformistas da *intelligentsia* desejavam implementar uma reforma econômica, como remédio para os males da economia polonesa, com maior descentralização, mais autonomia para as empresas e mais liberdade de transações interempresariais, e a redução ao mínimo indispensável do dirigismo econômico exercido pelo *bureau* de planejamento, com o alijamento da direção das empresas dos burocratas e sua substituição por uma elite de empresários públicos assessorada por um conselho laboral. Desejavam mesmo reintroduzir na Polônia, ainda que de modo dosado, categorias da economia de mercado, voltando-se os reformistas tanto para o modelo iugoslavo como para o modelo húngaro.

A crise polonesa talvez não houvesse surgido estivesse a economia em fase de prosperidade. Foram por certo o agente catalisador das insatisfações polonesas as conseqüências da política econômica malograda com que Gierek tentou resolver as contradições econômicas do marxismo (particularmente o descompasso entre o setor de bens de capital e o setor de bens de consumo). A política de investimentos de Gierek não produziu o dinamismo esperado com que pagar via exportações, o forte endividamento externo que a financiou e a um aumento do consumo via importações, e além do mais inflacionou a economia pelo poder aquisitivo que liberou. O endividamento externo polonês estava, em meados de 1981, acima de US\$ 26.000.000.000.00 de dólares, com amortizações anuais no valor de US\$ 8.000.000.000.00, número que excedia o valor em moeda forte de todas as exportações polonesas para os países capitalistas. A indústria vinha-se, como vemos, marcando por uma baixa produtividade, pelo alto consumo de energia, matérias-primas e maquinaria, e pelo desperdício de tempo e esforço humano por unidade de produto. Haviam sido feitos investimentos sem retorno no valor de US\$ 6.000.000.000.00 somente nos setores-chaves de máquinas, ferramentas e de construção industrial; ocorrera crescente escassez de energia elétrica, crescente inflação, refletida na queda de poder aquisitivo, o que resultou na falta de incentivos dos trabalhadores a aumentar a produtividade; crise na agricultura causada por erros acumulados durante anos e acentuados por calamidades em 1980, como inundações e secas. Vigorava um sistema de preços estagnado face a uma crescente inflação mundial, produzindo incríveis distorções, mas que, ao mesmo tempo, se aumentado, elevaria o descontentamento público. Não deixou, é claro, a Polônia de sofrer as conseqüências dos tempos adversos por que passa a economia mundial e, particularmente, da crise do petróleo.

A situação polonesa, da qual se esperava abrir caminho para uma reforma política e social inédita, representou mais um acontecimento repressivo na história do marxismo. O grande dilema que a situação polonesa colocava para o marxismo, tanto histórico quanto positivado de linha soviética, é que a existência

de um sindicato independente do partido significava que este não é o instrumento da “ditadura do proletariado”; se não o é, então, conclusivamente, está a serviço de outro grupo de pessoas. Admitir tal raciocínio equivale a reconhecer a existência de uma estrutura de classes no seio das sociedades marxistas. Outro problema que se apresentava era o caráter de base das reivindicações polonesas; sua definitiva aceitação estabeleceria perigoso precedente num mundo rigidamente governado de cima para baixo. Grave incógnita para o futuro do reformismo polonês era também o estado crítico da economia polonesa, o qual, longe de melhorar, se agravou após a explosão dos movimentos de Gdansk. Havia, de parte da massa trabalhadora, um estado de inconformismo e de rebeldia generalizados, as aspirações, não só econômicas como principalmente, liberais, desenvolviam-se a uma velocidade mais rápida do que comportaria uma transformação gradativa das estruturas polonesas. Todas essas variáveis da questão culminaram numa reafirmação política da classe dominante, com a singularidade de que foi o próprio exército polonês o agente dessa reafirmação, com claros propósitos nacionalistas e de constituição de um governo de integração nacional, respeitados os parâmetros políticos e geopolíticos da Polônia.

A dinâmica dos acontecimentos registra que a solução polonesa teve sua especificidade. Foi a primeira vez na história dos países marxistas em que o exército acaprou as instituições, sobrepondo-se ao partido, que teve vários de seus membros feitos prisioneiros e nenhum, à exceção meramente nominal do próprio General Jaruzelski, convidado a integrar o conselho marcial. A solução militar não foi tão-somente marxista; foi também nacionalista, uma vez que a Polônia não poderia contar com paciência infinita por parte de seus aliados. Tudo indica, porém, que o partido recuperará espaço, já que não se pode esquecer que, para a ortodoxia marxista conforme definida por Moscou, é o partido o órgão supremo da sociedade, seu mentor e tutor. Não obstante, os responsáveis pelos eventos de 13 de maio parecem querer colocar a Polônia na trilha do modelo húngaro, na medida em que acenam com maior liberdade às empresas com relação ao *bureau* central de planejamento, objetivando o aumento de sua eficiência (funcionando algumas, como aquelas ligadas ao comércio exterior, em amplas condições de mercado) sem que a isso corresponda necessariamente maior liberdade política.

A repetição da experiência húngara, que tão bons resultados rendeu para a Hungria, a partir de seu lançamento em 1968, com o Novo Mecanismo Econômico, será, se efetivamente os órgãos centrais e a classe operária o permitirem, o grau máximo de liberalização que a Polônia poderá alcançar nas atuais circunstâncias geopolíticas, o que, de qualquer modo, não deixaria de refletir certa tolerância da União Soviética para com as transformações sócio-econômicas que vêm irrompendo nos países marxistas. No caso específico da Polônia, haverá, porém, que dar guarida à hipótese de que o modelo húngaro não se torne exequível sem que se lhe anteceda um tipo de acomodação entre o

exército, a burocracia e o proletariado: à diferença da Hungria, onde os ventos liberalizantes sopraram de cima, e foram posteriormente abafados de fora, na Polônia os impulsos liberalizantes resultaram de movimento de massa, e não foram reprimidos, pelo menos até agora, de maneira marcadamente sangrenta por meios seja internos seja externos. Os poloneses sentiram, ainda que por pouco tempo, o aroma da liberdade. Mais que um sindicato, o “Solidariedade” foi uma avalanche que ia lentamente incorporando, como bola de neve, diversos segmentos da nação. Haverá também que introduzir nesse painel o desempenho da Igreja Católica, que, contrariamente à Hungria, é na Polônia importante fator político, defensor da moderação, mas intransigente na defesa dos direitos humanos.

O reformismo polonês não foi, porém, de substrato distinto dos eventos que desembocaram na “Primavera de Praga” em 1968. A Tchecoslováquia, na década dos sessenta, viria a permitir maior liberdade na discussão de temas político-econômicos, das liberdades fundamentais do homem e sua função no desenvolvimento do socialismo, o que evocou no povo as frustrações e as repressões do período estalinista. A assistência econômica e militar aos países árabes, a Cuba e ao Vietname do Norte, a dependência de COMECON, criando obrigações de financiar a economia dos demais países que o integravam, traziam dificuldades econômicas ao país e acrescentavam muito à atmosfera de descontentamento que reinava em meados dos anos sessenta. Os dissidentes viam sua influência aumentada nas universidades, nos teatros, nos cinemas e na imprensa, que se transformavam em núcleos politizados. A liderança política procurava evitar que o operariado aderisse à dissidência, tentando, entre outras medidas acelerar o desenvolvimento da economia e controlar os intelectuais em rebeldia. Nesse propósito lançou, no começo de 1967, um programa econômico cujos pontos básicos eram o estabelecimento de uma economia de mercado, a descentralização econômica, a concessão de incentivos para as empresas e operários e, a longo prazo, a conversibilidade internacional da moeda, com o propósito de aumentar as exportações tchecas para o Ocidente e permitir uma modernização da economia. Tais evoluções precipitaram uma reformulação política, no contexto da qual ascendeu ao poder Alexander Dubcek.

Muitos pesquisadores desse período mantêm que Dubcek não tinha em mira operar transformações profundas no socialismo tcheco que pudessem levar os soviéticos a ocuparem o país. Teria sido o eclodir de um processo liberalizante de amplas dimensões, no plano intelectual e ideológico, que levou os fatos de roldão e fez Dubcek adotar como dístico o “Socialismo com uma face humana”. Dubcek foi-se apercebendo de que uma reforma econômica eficaz só poderia ser implementada numa atmosfera de diálogo, liberdade de expressão e debate. Concedeu, assim, ampla anistia, que teria repercussão negativa entre os demais países socialistas da área. Em 27 de junho de 1968, lançava-se o manifesto intitulado “As Duas Mil Palavras”, inspirado por um grupo de cientistas e dirigido a todo o povo tcheco, com o propósito de despertar a consciência nacional para o

estado de coisas vigente. As conseqüências maiores do manifesto seriam uma carta pela qual o Pacto de Varsóvia fazia saber ao Governo tcheco que a ameaça aos fundamentos do socialismo na Tchecoslováquia se chocava com os interesses comuns vitais aos outros estados socialistas, ao que se sucedeu, em 20 de agosto, a ocupação da Tchecoslováquia pelo Pacto de Varsóvia e o fim de suas aspirações a abrir e trilhar um caminho tcheco para o socialismo.

Presentemente, como a mostrar que os cismas eurocomunistas, iugoslavo, o efêmero polonês e o natimorto tcheco não são episódios isolados mas inerentes à própria evolução do marxismo, sopram, com maior ou menor intensidade e freqüência, ventos liberalizantes em quase todos os países marxistas da Europa – e também na China –, sendo praticamente a única exceção a Albânia, encasulada num sistema político de feitio estalinista. Esses ventos dão impulso às reivindicações em favor de direitos civis e humanos, da separação entre partido e governo, da liberdade sindical, das vias nacionais ao socialismo, da descentralização econômica e de uma parcimoniosa reabilitação da propriedade privada e da economia de mercado.

Os direitos civis e humanos são a principal reivindicação dos dissidentes, assim entendidos os membros da *intelligentsia* insatisfeitos com a privação de liberdade política ou com a inflexibilidade do modelo econômico, os intelectuais que não seguem a linha do realismo socialista ou que se opõem à interpretação corrente do marxismo-leninismo, os trabalhadores e as igrejas, estas últimas principalmente em virtude do caráter ateu do marxismo. Embora certas minorias nacionais sejam também consideradas dissidentes, são elas incluídas nesse rol com a justa ressalva de que constituem fenômeno universal e, não, intrínseco aos países marxistas. Para todos os dissidentes não-trabalhadores, a dissidência constitui sobretudo numa posição ideológica; para os trabalhadores, é mais circunstancial, estreita e no interesse próprio, atuando principalmente nos momentos de crise econômica. De um modo geral, os dissidentes pretendem um fim para violação dos direitos humanos; a maioria deseja extinguir o monopólio estatal da comunicação social e alguns pedem reformas. Assim, os direitos humanos foram a principal aspiração dos signatários, na Tchecoslováquia, em 1977, da Carta 77, do KOR polonês, do Grupo de Goma na Romênia e da Declaração Búlgara de 1978. Na Hungria, o principal objetivo dos dissidentes é a liberalização da política editorial do governo. Na Iugoslávia, os objetivos, além de emancipação nacional, são os direitos humanos, o livre fluxo de informação e aquilo que o próprio Kardelj chamava de pluralismo democrático dos interesses da autogestão.

A dissidência no mundo marxista adquiriu expressão quando, em 1966, Sinyavski e Daniel foram julgados na URSS por atividades contra o regime. Ginzburg escreveu um livro sobre o julgamento e, posteriormente, Litvinov escreveu outro sobre o julgamento do próprio Ginzburg. Mais tarde, em 1968, surgiria na URSS o bimensal *Crônica de Acontecimentos Correntes*; constituir-se-ia, em

1969, o Grupo de Ação para a Defesa dos Direitos Humanos e, em 1970, o Comitê de Direitos Humanos, de Sakharov. Atualmente destaca-se Medvedev e sua tentativa de, como aquele, conquistar o direito de expressão. Na Hungria, a nova esquerda, reunida em torno do boletim *Samizdat*, pretende fazer chegar ao campo político e civil a liberdade relativa já alcançada no terreno econômico, particularmente no que tange à liberdade de expressão, à atividade sindical dos assalariados, aos direitos das minorias nacionais e religiosas, ao pluralismo político. Na Tchecoslováquia, a Carta-77, lançada em janeiro de 1977, denunciava perseguições sofridas por todos os que discordaram das diretrizes em vigor e salientava que os direitos fundamentais constantes da Ata Final de Helsinque não eram respeitados no país. Era destinada à classe-dirigente, e assinada por mais de cem pessoas, muitas das quais haviam sido dirigentes políticos e intelectuais em 1968. A tônica do documento não eram as reformas, mas um diálogo positivo com o estado. Na China, extinta a Revolução Cultural, tem havido uma onda de renovação liberalizante no campo dos direitos das minorias nacionais, do trabalho artístico e intelectual e das comunidades religiosas. Novas publicações vêm aparecendo, ocupando-se de uma gama mais vasta de assuntos. Inúmeros simpósios nacionais têm lugar, com a discussão de questões sociais correntes. A China tem posto em prática uma política mais tolerante com relação à dissidência, cuja repressão é considerada contraproducente.

É também na China que vem sendo ventilada a separação entre partido e governo. O princípio consta do documento intitulado “As Dez Regras de Conduta” aprovado pelo plenário do XII Congresso de Toda a China, em fevereiro de 1978. Em atitude tida como exemplar, o então Primeiro-Ministro Hua Quo-Feng renunciou ao posto naquele conclave, conservando o cargo de Presidente do Partido. No mesmo espírito se enquadra a anunciada renovação dos quadros partidários, através de rodízio, de mandatos restritos, de funcionários eleitos, de rejuvenescimento dos quadros e da proibição da duplicação de funções. Na Iugoslávia, a Presidência da República, órgão colegiado, procura afastar do poder a Liga dos Comunistas, de influência centralizadora, considerada nefasta ao socialismo democrático que se deseja.

Também toma corpo o princípio de que cada país deve seguir sua própria trilha em direção ao socialismo. Fazendo eco aos eurocomunistas, Pequim estimula as vias nacionais. O Partido Operário Socialista Húngaro, em suas “Diretrizes para o 12º Congresso” (capítulo 7º), realizado em março de 1980, consagrou “o direito e o dever de cada partido comunista implementar, independentemente, e de maneira criativa, suas próprias condições a seu desenvolvimento socialista”, em ressonância à resolução adotada no Congresso de Berlim em 1976, embora afirmando a necessidade de preservação da “pureza ideológica” do movimento comunista internacional. A Romênia, mantendo embora controles internos rígidos, pretende uma substancial autonomia com relação à União Soviética no campo externo.

O sindicalismo tem feito consideráveis progressos. Deriva da formação de uma consciência de classe entre os trabalhadores, em face da estrutura de classes específica dos países marxistas, e recebe o reforço dos dissidentes, ainda que nem sempre haja uma boa identificação entre estes e os trabalhadores, que os consideram alheios às causas laborais e frequentemente encarando com superioridade a classe trabalhadora. A maior vitória do sindicalismo até o presente, conquanto precária, foram as já citadas conquistas na Polônia. Na Hungria, o governo, usando embora de cautela, acelerou a autonomia sindical. Na URSS, jovens trabalhadores soviéticos reclamam o direito de serem representados por homens escolhidos por eles mesmos e, não, determinados pelo Partido. Em 26 de janeiro de 1978, criaram o Sindicato Livre dos Trabalhadores Soviéticos, liderado por um mineiro ucraniano chamado Vladimir Klebanov e disposto a combater o poder da burocracia. No mesmo ano, criou-se a União Interprofissional Livre dos Trabalhadores (SMOT), sob o comando do eletricitista Vladimir Borissov, expulso do país em 1980. O SMOT tem, ademais da defesa das reivindicações dos trabalhadores, propósitos políticos. Atribui-se aos dois sindicatos a crescente frequência dos movimentos de greves, em geral destinadas a protestar contra a escassez de alimentos ou as más condições de trabalho.

A descentralização econômica parece ser um denominador comum a todos os pruridos liberalizantes nos países marxistas. Na China, a filosofia dominante após 1978 favorece a concessão de maior liberdade aos gerentes, em oposição à rigorosidade do plano e mesmo a introdução de elementos de autogestão nas empresas. Em seu discurso durante o Congresso de Toda a China de 1978, Hua Kuo Feng afirmou o propósito governamental de trabalhar pela contínua implantação de uma reforma econômica, pela expansão dos direitos das empresas com relação ao estado, por maior respeito pelas leis econômicas objetivas, pelo equilíbrio entre o planejamento central e o mercado e por maiores direitos dos trabalhadores nas direções das fábricas. Trata-se de uma linha pragmática, por cima da pureza ideológica, para modernizar a agricultura, tecnologia, indústria e defesa. Em outros países marxistas, como a RDA e a Bulgária, ensaiava-se um relaxamento de controles centrais, ainda que cauteloso e experimental. Na própria URSS, durante o XXVI Congresso do PCUS, foram feitas algumas concessões aos pequenos produtores rurais, estimulados por um decreto a desenvolverem seus lotes. Os jornais levantaram questões como a transferência de maior responsabilidade às fábricas, em lugar de subordinação absoluta aos controles centrais, ou da continuidade das reformas que Kossygin tentou pôr em prática e não conseguiu em virtude da oposição da máquina burocrática. Na Hungria o Novo Mecanismo Econômico implantado a partir de 1968, permitiu a descentralização econômica, visando ao aumento da produtividade e da qualidade dos produtos, e a torná-los competitivos, ainda que mais tarde fossem parcialmente retomados os controles centrais e revistos os benefícios atribuídos aos gerentes. Na Polônia, a descentralização é um dos temas básicos da *intelligentsia* reformista polonesa.

A propriedade privada vem reconquistando algum espaço. Na agricultura, nunca deixou de existir de todo. Na URSS, paralelamente às fazendas estatais, ou *sovkhozes*, existem as fazendas em cooperativa, ou *kolkhozes*, que são a unidade mais importante na estrutura agrícola soviética. Essas cooperativas compram seus equipamentos e organizam seus sistemas internos. Sua produção é adquirida pelo estado a preços fixos, havendo prêmios se a produção exceder suas cotas. Os trabalhadores recebem salários como diaristas, ganhando mais se ultrapassarem tais cotas. Às famílias envolvidas na produção reconhece-se o direito de cultivar pequenos lotes de meio hectare e de criar um determinado número de animais. Na Hungria, a iniciativa e a empresa privada se impuseram na agricultura, havendo mais de um milhão e meio de propriedades individuais, constituídas principalmente por lotes particulares dos camponeses, das cooperativas agrícolas e pelas propriedades secundárias das famílias de operários e camponeses que vivem no campo. Na Iugoslávia, grande parte da agricultura se compõe de produtores individuais. Mas a outros setores se estende a propriedade privada. Na própria Iugoslávia, permite-se a empresa privada de até quinze empregados. 66% das habitações em Budapeste são erigidas por construtores particulares ou associações privadas, que contratam mão-de-obra no mercado paralelo. Para vigorarem a partir de 1982, o Conselho da Presidência aprovou medidas destinadas a promover o crescimento de pequenas empresas e encorajar a iniciativa privada, entre as quais pequenas cooperativas ou grupos de trabalhadores especializados de até cem membros, e de indústrias em pequena escala, motivadas pelo lucro.

A propriedade privada impõe-se também de baixo para cima – isto é, exteriormente às pressões da *intelligentsia* no sentido do restabelecimento parcial da propriedade privada e da economia de mercado – através do fortalecimento de uma economia que se poderia chamar, por falta de melhor denominação, de paralela. Tem esta que ver com o desejo inato das pessoas de aumentar seu poder aquisitivo para além do que permite o salário oficial. Está, freqüentemente, ligada a um ânimo de lucro individualista. A economia paralela pode ser vista nos mais variados aspectos do dia-a-dia dos países marxistas. São choferes de táxi propondo operações de câmbio negro a seus clientes ocidentais na URSS; são jovens iugoslavos viajando a Trieste e contrabandeando “jeans” ou uísque escocês para revenda interna; são taxistas também iugoslavos expulsando de seus carros o cliente comum para fechar com o estrangeiro o negócio de uma corrida interurbana a preço acima da tabela; são funcionários de empresas aéreas na Polônia fazendo aparecerem misteriosamente vagas em vôos dados como repletos mediante algum tipo de gratificação, em dinheiro ou em espécie; são porteiros de restaurantes e *night-clubs* na Bulgária facilitando lugares a clientes sem reserva. Por trás disso tudo, está o *homo economicus*, está o homem hobbesiano, que o marxismo não conseguiu reformar.

Contudo, as formas mais expressivas de economia paralela são aquelas que já começam a tornar-se oficiosas, organizando um sistema de mercado onde o plano

não consegue chegar. Na Hungria, os construtores particulares, autorizados a empregar não mais de três operários, contratam na prática em torno de quinze. São operários que economizam sua força de trabalho no setor estatal para vendê-la no mercado paralelo. Vinte mil operários fazem por conta própria consertos de todo o tipo; sessenta por cento dos serviços de manutenção são executados por empregados em garagem, empresas de pintura, de encanamento e de eletricidade. Existe um setor de hotelaria privada constituído por particulares que hospedam turistas. É uma economia que permite ao povo suplementar seu salário e ao governo superar as limitações da economia centralizada e coletivizada.

A reintrodução de elementos de economia de mercado é, no caso de alguns países, implementada, não apenas tolerada, pela própria burocracia, para aceleração do crescimento econômico. Há também nisso um fator de interesse de classe, uma vez que a *intelligentsia*, sendo mais escassa e mais habilitada, pode encontrar em situações de mercado vantagens maiores que a permitem elevar seu padrão de vida. Esse era o caso na Tchecoslováquia de 1967-8 e esse é o caso na Iugoslávia de hoje, onde sobre a *intelligentsia* recai a suspeita de pretender converter-se numa burocracia nos moldes soviéticos. Além da Iugoslávia, mecanismos de mercado começam a ser utilizados na Hungria para a determinação de custos e preços, para orientar as decisões de investimentos, para alocar trabalho e outros recursos, para tornar sua indústria mais competitiva internacionalmente. Não mais vigora o direito do trabalhador a um emprego; antes, começa a haver um mercado de trabalho. Há uma maneira de ser e atuar tipicamente capitalista nas empresas de comércio exterior húngaras. Esse é o espírito do Novo Mecanismo Econômico que, em síntese, é um plano em favor da descentralização econômica, do aumento da produtividade e do aumento da qualidade dos produtos, tornando-os competitivos nos mercados ocidentais. O NME concedeu ampla autonomia às empresas industriais e às cooperativas agrícolas e permitiu maior racionalização da economia. Em consequência, passou a haver uma diferenciação de salário entre as empresas mais ou menos prósperas, de 1 para 7 ou até mesmo 10. O lucro individual foi reinstituído através de um sistema de prêmios anuais.

A reintrodução de elementos de mercado na economia dos países marxistas comporta uma discussão doutrinária de interesse. No presente capítulo, bem como no VI, foi dito que o movimento reformista se apóia no marxismo e, portanto, não visava à derrocada do marxismo mas a seu aperfeiçoamento. Onde situar então, nas economias marxistas, o retorno de categorias econômicas típicas do capitalismo? Trata-se de reformismo ou de revisionismo puro e simples? A interpretação dada ao fenômeno pela ortodoxia marxista conforme definida por Moscou é a de que a reabsorção de elementos de mercado se deve unicamente ao fato de estarem os países marxistas num período de transição do socialismo para o comunismo. O Partido Operário Socialista da Hungria tem uma definição bem clara da questão: "A política econômica húngara, baseada na propriedade pública dos meios de produção e no planejamento socialista, toma em consideração o fato

de que durante o período histórico de transição do socialismo ao comunismo, as relações monetárias, de mercadorias e de mercado farão parte orgânica da vida econômica socialista. O sistema de gerência econômica seguirá essa diretriz⁶³.

À permanência de elementos de mercado num período de transição procurou dar consistência teórica Charles Bettelheim, que analisou⁶⁴ a sobrevivência, nas chamadas economias socialistas, de características herdadas de sua fase capitalista e as interpretou como uma fase de construção do socialismo, como um processo em que elas são gradualmente erradicadas. O fundamento de sua tese é marxista: Marx vaticinou que os primeiros países a socializarem-se seriam os de avançada economia capitalista, e a realidade demonstrou precisamente o contrário. Para o marxismo, o socialismo é estágio subsequente numa sociedade em que o capitalismo atingiu sua maturidade. Portanto, nas sociedades correntemente chamadas socialistas o que existe “não é uma distribuição de produtos mas uma circulação de mercadorias; há dinheiro e há preços, o que equivale a dizer (pelo menos em aparência), que existem categorias típicas da produção de mercadorias, e assim também um sistema de contabilidade em preços, cálculo monetário e de salários diferenciais, assim como um sistema de financiamento de crédito com uma rede de bancos estatais que podem fazer empréstimos de maior ou menor duração”⁶⁵. O próprio Marx, lembra Bettelheim, na *Crítica ao Programa Gotha*, especificara que os mecanismos de mercado desapareceriam nas fases primeiras da transição do capitalismo para o socialismo. Rejeitando a visão de Stálin de que a existência de mercadorias se deve à permanência de um setor privado na agricultura, ou de que tais categorias são úteis para fazerem-se cálculos, regular contas, estabelecer o lucro e custo das empresas, verificá-las e controlá-las, ele sustenta que a verdadeira questão é precisamente aquela de saber porque os cálculos devem ser efetuados com o auxílio das categorias de mercadorias e porque eles não são feitos diretamente em unidades de trabalho/hora. E sua resposta é que a razão de ser das categorias de mercado nas economias planificadas contemporâneas é “um estágio necessário à determinação das condições efetivas para o desaparecimento das categorias de mercado num estágio ulterior que é visto como o fim último em direção ao qual os presentes planos econômicos devem conduzir as economias planificadas”⁶⁶. Para Bettelheim, a resposta para a permanência das categorias de mercado está, portanto, no nível de socialização e desenvolvimento das forças produtivas, no gerenciamento social das forças de produção racionalizadas, que implica capacidade social para contabilizar e distribuir produtos e meios de produção. Para Bettelheim, o domínio social sobre os meios de produção está apenas tomando forma, “dá a necessidade de reconhecer uma relativa liberdade de manobra por unidades de produção dos setores socialistas do estado ou por certos ‘conjuntos econômicos’ que constituem o que se poderia chamar ‘sujeitos econômicos’⁶⁷. É, assim, a existência dos sujeitos econômicos o que explica a sobrevivência dos mecanismos de mercado nas sociedades transicionais. Apenas com o desaparecimento de tais sujeitos um controle social direto das forças produtivas existirá. Esse desaparecimento,

contudo, somente terá lugar quando a socialização das forças produtivas tiver alcançado um estágio de maturidade. O número de sujeitos econômicos será paulatinamente reduzido pela fusão entre eles, integrando a produção em unidades mais amplas, capazes de controlar uma parte maior ou mais socializada da atividade econômica, até o ponto em que haja uma única agência central, capaz de controlar toda a economia. Aos sujeitos econômicos, agora com a personalidade apenas social, restará a autoridade técnica, a de completar o plano onde omisso em detalhes e sempre em subordinação ao interesse social e à ratificação pelos órgãos gerenciais responsáveis pelo complexo integrado. “Isso habilitará o plano a passar do estágio onde dá direção as forças produtivas (...) ao estágio de dominação sobre as forças produtivas, operando ao nível de grandes complexos econômicos, com um caráter funcional”⁶⁸. A posição de Bettelheim é, portanto, a de que não existem sociedades socialistas, mas em transição do capitalismo para o socialismo.

O padrão evolutivo das sociedades marxistas, que o presente capítulo procurou retratar, confronta Bettelheim em que sua interpretação do processo social nos países tais navega contra a corrente da história. É crescente o número de concessões que neles se fazem aos elementos de economia liberal, de modo a aliviar as sociedades marxistas dos males inerentes ao sistema de plano. Assim como na farmacologia, pode-se dizer que em economia toda solução tem suas indicações, suas contra-indicações e seus efeitos colaterais. A economia liberal está, assim, sendo parcialmente reabilitada onde a realidade parece evidenciar as contra-indicações de economia de plano como para neutralizar alguns de seus efeitos colaterais. A lógica de Bettelheim reflete numa fidelidade cega a um modelo teórico que é injuriosa à própria realidade dos fatos. Não porque esteja decretada a falência do sistema de planificação integral, mas sim porque tal sistema não preenche todos os espaços econômicos, da mesma forma que o puro liberalismo, de resto inexistente, se converteu em anacronismo econômico.

Verdade é que todo esse sopro liberalizante não se livrará de certa precariedade até que tais transformações se tornem palpáveis na própria União Soviética, cidadela de sua própria ortodoxia. Mas não será supérfluo lembrar que reformas como a húngara e a que o novo regime marcial polonês afirma ter em perspectiva têm um ponto de apoio naquela que Kossygin, *vox clamantis in deserto*, pedia para a própria URSS em 1965. Em fins de 1981, porém, Brezhnev, embora seguisse ignorando a natureza congênita dos males das economias marxistas, reconheceria publicamente a necessidade de certa medida de descentralização para impulsionar a economia soviética, que padece de males semelhantes aos dos demais países marxistas.

A descentralização econômica, o funcionamento das empresas com base em certos parâmetros de eficiência, para os quais se fazem necessárias a reabilitação de certos elementos de economia de mercado, a integração das massas no processo

decisório político e econômico, são condição *sine qua non* para o revigoreamento econômico nos países marxistas. É esta a dialética de sua realidade. Muito embora a dialética não prescindida da ação humana – conforme deixou claro o próprio Marx – e muito embora nada indique que será a presente ou mesmo a vindoura geração as que nos países marxistas verão socialismo com liberdade, não parece haver margem a dúvida de que o processo social nos países marxistas obedece a essa dialética liberalizante, por força das contradições internas de seus sistemas, ao invés de, como querem alguns, estar realizando recuos táticos, estar dando o passo atrás que permite dar dois adiante. É a vida que se recusa a encerrar-se no plano; é o plano que ensaia ajustar-se à realidade.

Conclusão

O problema crucial da presente época reside em conjugar e elevar ao máximo a satisfação do homem em suas duas dimensões existenciais, a individual e a social. A primeira reclama liberdade, a segunda, justiça. Conquanto os dois sistemas políticos, econômicos e sociais egressos da Revolução Industrial, capitalismo e marxismo, não hajam realizado a contento esses dois tipos de aspirações, o capitalismo ocidental, mais por suas raízes do que por seu desempenho, tem-se pretendido o paladino das liberdades; o marxismo oficial, o paladino da justiça, embora nem o capitalismo seja paradigma de liberdade nem o marxismo de igualdade. Ambos reservam-se o epíteto de democráticos, o primeiro pela fidelidade doutrinária ao pluralismo-constitucional, ao governo do povo, às liberdades humanas; o segundo, pela também doutrinária demolição da estrutura de classes, desencadeada e consolidada através da ação revolucionária do partido único, do governo *para* o povo, do provimento do bem-estar das massas. No capitalismo, a menor prioridade do atendimento das reivindicações das massas por mais igualdade e justiça social tende a fazer que a dinâmica da sociedade seja uma função principal das forças e idéias socializantes; no marxismo, a menor prioridade da materialização das idéias libertárias tende a fazer que a força motriz da sociedade seja uma função maior das forças e idéias liberalizantes.

Apesar de sempre haver imperado dicotomia entre o individual e o social, entre liberdade e justiça social, está-se caminhando para a superação de tal dicotomia, na medida em que ambas as aspirações se tornam cada vez menos excludentes, cada vez menos objetivos antagônicos, e mais e mais interdependentes, mais e mais condição uma da outra. Não poderá haver liberdade individual a persistirem as terríveis desigualdades que dão origem a convulsões sociais, a modelos totalitários de direita ou de esquerda. Nem poderá haver igualdade social se ao homem não for reconhecido o direito de pensar, de exprimir seu pensamento, de fazê-lo valer e de divergir. Nos países capitalistas, onde se verifica mais aguda problemática social, tal fato tem levado à instalação de regimes de exceção que se autoproclamam defensores do liberalismo e, por repúdio ao totalitarismo de esquerda, suspendem o funcionamento das instituições democráticas, cometendo assim o paradoxo de defender o liberalismo por meios antiliberais. Com a ulterior impossibilidade de as massas obterem melhor satisfação de suas reivindicações, em virtude da falta de participação política, a

exceção transforma-se em regra geral, o que, em círculo vicioso, tanto agrava a problemática liberal como a social. Nos países marxistas, onde a sociedade precede o indivíduo, a ausência de liberdade fez que uma nova estrutura de classes emergisse por sobre os escombros da antiga ordem burguesa e que o estado se superpusesse à sociedade de modo a obstaculizar a própria justiça social.

Vive-se, por outro lado, a era da igualdade sem nunca haver-se plenamente atingindo a liberdade individual sonhada pelos liberais do século XVIII, fato que milita também em favor da extinção da dicotomia. Dessa extinção não se tem ainda, de modo generalizado, uma clara percepção, ou seja, de que a síntese que desponta no terreno da realidade é a do tratamento conjunto da liberdade e da igualdade social. Assim, dois ideais antes incompatíveis começam a condicionarem-se mutuamente e a impor a necessidade de mudança nos sistemas econômicos e sociais que reflitam essa nova realidade. Na medida em que as consciências se apercebam desse fato, estar-se-á viabilizando a transformação de sociedades hoje cindidas por tais tipos de contradição e conflitos em direção a outra, onde esses mesmo conflitos e contradições estejam resolvidos.

Disso decorre a relevância de um *liberalismo social* como filosofia política e econômica. Um enfoque *liberal-social* dos problemas atuais precipitará o final do processo através da conscientização de seus agentes naturais, tendo-se por pressuposto que as idéias só repercutem no terreno dos fatos quando vão ao encontro dos próprios fatos. E a julgar dos clamores universais, o que devem os sistemas políticos e econômicos procurar é um máximo possível de liberdade individual com o máximo possível de igualdade social. A expressão “máximo possível” está calcada em que a plena liberdade, de *per si*, como a plena igualdade, de *per si*, são inatingíveis, bem como em que, em função da filosofia tradicionalmente dominante num determinado espaço social, uma terá sempre precedência sobre a outra. É importante compreender-se que, nesse estágio do processo social da humanidade, qualquer tentativa de democracia que não leve em conta a questão social é precária e somente sustentável por artifícios políticos, assim como qualquer esforço de implantação de uma verdadeira justiça social só será possível com o fortalecimento dos direitos fundamentais do homem. Dahrendorf sabiamente expressou:

Fazer frente às questões imediatas é uma condição necessária de sobrevivência, mas não é garantia de sobrevivência em liberdade; resolver os problemas econômicos que se tem pela frente é um pré-requisito de justiça, mas para que se possa dar-lhe um sentido liberal temos de certificar-nos não apenas de que os resolvemos mas de como os resolvemos⁶⁹.

E, em contrapartida:

Há os que nos aconselham a mudar nosso curso em 180 graus e tentar escapar à turbulência por um retorno a águas mais familiares.

Bastante alheios a que essas águas, se de um lado eram familiares, não eram de outro lado tranquilas, esquecem-se de que foi o curso tomado nessas águas familiares que nos levou aonde estamos hoje. Se tentamos retornar aos alegadamente bons, velhos valores e começarmos a abandonar as conquistas sociais das últimas décadas, pleno emprego e oportunidades educacionais, pensões e cuidados médicos e o resto, teremos de começar de novo nos primeiros anos trinta; e há muitos que se lembram dos riscos horríveis que isso envolve⁷⁰.

O primeiro passo para encontrar-se a solução de um problema é enunciá-lo de modo correto. O enunciado correto do problema em foco, conforme acima explicitado, é, pois, como atingir o máximo possível de liberdade individual com o máximo possível de igualdade social. É a resposta que deve orientar a ação política e, através dela, a ação do estado. Do discurso à práxis, da idéia à ação, é possível, é mesmo quase previsível, que a proposta perca sua pureza doutrinária, e corrompa-se com as fraquezas e as veleidades humanas, a exemplo de todas as demais. Mas se o problema não for enunciado com clareza, e tratado com isenção científica no plano teórico, então a resposta já é morta no nascedouro. É preciso, pois, que o tratamento científico seja absolutamente límpido, para que a proposta possa melhor resistir à fatal contaminação que a tizará no terreno da realidade.

Alguns mitos terão de ser destruídos ao longo desse caminho, frutos da utopia e de uma inaceitação, pelos homens, de sua própria natureza. Entre os liberais, tais mitos são, principalmente, o da plena liberdade, o da plena democracia e o da justiça plena. São bandeiras que não tremulam no mastro da realidade; antes, situam-se no zênite dos ideais da humanidade, de que ela se aproximará num esforço de séculos, quem sabe, de milênios. É portanto ilusório esperar que democracia, liberdade e justiça governem, *hic et nunc*, as sociedades, e já o tem afirmado Robert Dahl⁷¹. É válido ter esses ideais sempre em perspectiva, trabalhar por eles, e situá-los no plano superior e último das aspirações humanas. Pertencem ao pólo ético da conduta humana; no outro pólo, pragmático, está o poder e a luta por ele. Onde houve o homem, houve o grupo, onde houve o grupo, houve o poder. O ideal e o real – democracia, justiça e a liberdade, de um lado; poder, de outro – são as variáveis inevitáveis da conduta do homem enquanto animal social.

Do lado social, o mito reside na plena igualdade, em não se reconhecer a extremamente rica diversificação entre os diferentes espécimens do gênero humano e, em consequência, em não se conceder ao indivíduo como tal uma certa amplitude de ação. Os homens têm diferentes habilidades. Uns para a liderança, outros para o acúmulo de bens materiais; uns para o esporte, outros para o trabalho intelectual. Mesmo dentro de cada habilidade, os homens são dotados em diferentes graus. Essas diferenças de habilidades e de intensidades são consequências não somente de fatores sociais – caso em que a homogeneização poderia ser plenamente atingida pela ação social – como também psicológicos, genéticos, éticos, religiosos, morais, geográficos, e assim por diante.

Diante das dificuldades e das ambigüidades que apresentam hoje em dia tanto o capitalismo como o marxismo positivado, esses últimos lustros têm sido particularmente fecundos na gestação de idéias conciliatórias entre os dois sistemas. Em essência, tais idéias têm por objetivo maior preservar as conquistas setecentistas e oitocentistas no terreno das liberdades individuais, compreendidas aqui num sentido muito amplo, com os alcances novecentistas no campo das igualdades sociais. De um modo geral, observa-se contudo que tais preocupações ainda não estão numa fase rigorosamente científica. Possibilidades confundem-se com esperanças, e uma profunda utopia parece dominar o cenário. A teoria da convergência, por exemplo, defendida pelo físico soviético Sakharov, sem embargo de seu elevado conteúdo humanista, é mais um *wishful thinking* do que propriamente uma nova senda efetivamente aberta à humanidade. Nota-se em diversos homens públicos contemporâneos uma preocupação em conciliar esses dois pilares do humanismo, indivíduo e sociedade. Há cada vez mais um repúdio generalizado tanto da exploração do homem pelo homem quanto da exploração do homem pela sociedade na forma de sua versão institucionalizada, o Estado. Frequentemente, contudo, observam-se contradições nas manifestações de pensamento dessas pessoas, frutos de um irrealismo que tanto pode ser uma tentativa de solução dos problemas reais pela sublimação quanto de um bem intencionado desconhecimento de causa. As ciências sociais ainda não prospectaram completamente o terreno, o qual, no entanto, é fértil e profundo.

Que sistemas poderão emergir da transformação do capitalismo e do marxismo, que evoluções poderão ter esses mesmos sistemas em face de sua interação, é um trabalho de revelação particularmente difícil em função da névoa que cobre o panorama nos dias presentes. As tendências estão latentes, ainda não se manifestaram no terreno concreto da realidade. A obscuridade advém, numa primeira análise, da indefinição do confronto estratégico entre os estados expoentes do capitalismo e do marxismo, de uma crença existente no sistema de mercado e na viabilidade de o capitalismo auto-reformar-se (tendo-se sempre presente suas contradições fundamentais), no dogmatismo do marxismo soviético, nos interesses puramente nacionais dos estados bastiões do capitalismo e do marxismo, nos interesses em jogo tanto da burguesia quanto da burocracia, da dissidência no marxismo sob todas as suas formas. São estas algumas das variáveis independentes dessa função que é a evolução dos sistemas sócio-econômicos.

Prever a desintegração do império soviético, ou a derrubada da burocracia estalinista; prever a derrubada da burguesia nos países capitalistas ou a consagração de um modelo reformado de capitalismo está ainda ao sabor das preferências pessoais ou grupais, mais do que do espírito de investigação científica.

O que não significa, também, que a humanidade deve contemplar positivisticamente a realidade. Impõe-se um trabalho de construção, onde a ação, nutrida por valores éticos antes de mais nada, procure moldar uma nova realidade

tendo sempre em vista que ela será o fruto da interação da vontade humana que vá ao encontro do desdobramento das realidades, e tendo-se em mente que todos os sistemas apresentaram soluções imperfeitas dos problemas humanos, que talvez não sejam passíveis de soluções perfeitas.

ÍNDICE REMISSIVO

PRIMEIRA PARTE

1. Marx, Karl. 1974. *Capital*, vol. 3, p. 244. Tradução para o inglês da terceira edição alemã, por Samuel Moore e Edward Aveling. Editado por Frederick Engels. Nova Iorque: International Publishers (tradução do Autor, como todas as demais citações no presente livro extraídas de obras em língua estrangeira).
2. Marx, K. 1905-10. *Theorien über den Mehrwert*, vol. III, p. 55. Editado por Karl Kautsky. Stuttgart: S.H.W. Dietz.
3. Keynes, J.M. 1964. *The General Theory of Employment, Interest and Money*, p. 96. Nova Iorque, Chicago, Burlingame: Harcourt, Brace & World, Inc.
4. *Ibidem*, p. 98.
5. Alexander, S.S. 1940. "Mr. Keynes and Mr. Marx". *Review of Economic Studies*, fevereiro de 1940, p. 125.
6. *Ibidem*, p. 125.
7. Marx, *Capital*, vol. 3, p. 258.
8. Keynes, *General Theory*, p. 135.
9. Marx, *Capital*, vol. 3, p. 242.
10. *Ibidem*, p. 246.
11. Meek, R. 1956. *Studies in the Labor Theory of Value*, p. 246. Londres: Lawrence and Wishart.
12. *Ibidem*, p. 133.
13. *Ibidem*, p. 133.
14. *Ibidem*, p. 133.
15. *Ibidem*, p. 133.
16. *Ibidem*, p. 134.
17. *Ibidem*, p. 134.

18. Becker, J.F. 1973, outono. "Class Structure and Conflict in the Managerial Phase". *Science and Society*, p. 259.
19. *Ibidem*, p. 261.
20. *Ibidem*, p. 263.
21. Sweezy, P.M. 1968. *The Theory of Capitalist Development*, pp. 154-5. Nova Iorque e Londres: Monthly Review Press, Modern Reader Paperback.
22. Keynes, *General Theory*, p. 314.
23. Robinson, Joan. 1949. *An Essay on Marxian Economics*, p. 84. Londres: MacMillan & Co. Ltd.
24. Marx, *Capital*, vol. 1, pp. 113-4.
25. Keynes, J.M. 1971. *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. Editado pela Royal Economics Society. *A Treatise on Money*, vol. V, p. 158. Londres: MacMillan, St. Martin's Press.
26. *Idem*, *General Theory*, p. 78.
27. *Ibidem*, p. 110.
28. *Idem*, *General Theory*, p. 213.
29. Robinson, J. 1868. "Marx and Keynes". In *Marx and Modern Economics*, pp. 103-4. Editado por David Horowitz. Nova Iorque: Monthly Review Press, Modern Reader Paperbacks.
30. Keynes, *Treatise on Money* (v. nº 25), vol VI, p. 103.
31. *Ibidem*, vol. V, p. 56.
32. *Ibidem*, p. 114.
33. *Ibidem*, vol. VI, p. 111.
34. Marx, *Capital*, vol. 2, p. 372.
35. Keynes, *Treatise on Money*, (v. nº 25) vol. VI, p. 112.
36. *Ibidem*, p. 112.
37. *Ibidem*, vol. V, capítulo 10.
38. *Idem*, *General Theory*, p. 104.
39. *Ibidem*, p. 106.
40. Marx, *Capital*, vol. 1, p. 589.
41. *Ibidem*, vol. 3, p. 371.
42. Keynes, *General Theory*, pp. 166/7.

43. *Ibidem*, p. 167.
44. Tsuru, S. 1968. "Keynes and Marx: The Methodology of Aggregates". In *Marx and Modern Economics* (v. nº 29), p. 188.
45. *Ibidem*, p. 188, citando Paul Samuelson, "A Statistical Analysis of the Consumption Function", Apêndice ao Capítulo XI de A.H. Hansen, *Fiscal Policy and Business Cycles*.
46. *Ibidem*, pp. 188-9.
47. Marx, *Capital*, vol. 1, p. 75.
48. Tsuru, "Keynes vs. Marx" (v. nº 44), p. 194, citando Paul Samuelson, *The Theory of Pump-Priming Re-examined*.
49. Meek, R. 1967. *Economics and Ideologies and Other Essays*, pp. 93-4. London: MacMillan & Co. Ltd.
50. Lange, O. 1968. "Marxian Economics and Modern Economic Theory". In *Marx and Modern Economic Theory* (v. nº 29), p. 71.
51. Meek, *Economics...* (v. nº 49), p. 97, citando Engels, *Ludwig Feuerbach*.
52. Marx, K. 1973. *Grundrisse*, p. 123. Tradução para o inglês Martin Nicolaus. Nova Iorque: Random House.
53. *Ibidem*, p. 123.
54. O esquema significa que as mercadorias são trocadas por moeda e tal moeda, outra vez, por mercadorias; novamente a mercadoria é trocada por moeda, e assim por diante. O propósito é mostrar que a produção é levada a efeito no interesse da acumulação capitalista, i. e., e a produção de mercadorias torna-se em si mesma um meio, não um fim.
55. Robinson, J. *An Essay...* (v. nº 23), p. 72.
56. Roll, E. 1940. *History of Economic Thought*, p. 140. Nova Iorque: Prentice-Hall.
57. Keynes, *General Theory*, pp. 372-3.
58. *Ibidem*, p. 373.
59. *Ibidem*, p. 374.
60. *Ibidem*, p. 376.
61. *Ibidem*, p. 378.
62. *Ibidem*, p. 378.
63. *Ibidem*, p. 378.
64. *Ibidem*, p. 380.
65. Marx, K. 1938. *Critique of the Gotha Program*, p. 16. Nova Iorque: International Publishers.

66. Marx, K. and Engels, F. 1968. *Manifesto of the Communist Party*, p. 46. *Selected Works*, Nova Iorque: International Publishers.
67. Marx, K. 1963. *The Poverty of Philosophy*, p. 174. Nova Iorque: International Publishers.
68. Goldway, D., Selsam, H. and Martel, H. editores. 1973. *Dynamics of Social Change*, p. 336, citando Hegel. Nova Iorque: International Publishers.
69. *Ibidem*, citando Hegel.
70. Robinson, J. 1960. "Marx, Marshall and Keynes". *Collected Economic Papers*, pp. 3, 5 e 6. Oxford: Brasil Black Well.
71. Dobb, M. *On Economic Theory and Socialism*, p. 222. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.
72. *Ibidem*, p. 225, citando Stálin.
73. Baran, P. 1957. *The Political Economy of Growth*, cap. VI. Nova Iorque: Monthly Review Press.
74. Sweezy, P. 1956. "John Maynard Keynes". *In Keynes's General Theory-Reports of Three Decades*, p. 303. Editado por Robert Lechamann. Nova Iorque: St. Martin Press.
75. *Ibidem*, p. 304.
76. Joan Robinson, "Marx Marshall and Keynes" (v. nº 70), p. 8.
77. *Ibidem*, p. 8.
78. *Ibidem*, p. 14.
79. *Ibidem*, p. 15.
80. Marx, *Capital*, vol. 3, p. 436.
81. *Ibidem*, p. 438.

SEGUNDA PARTE

1. Popov, S. 1977. *Socialism and Humanism*, p. 47. Traduzido do russo por David Skivirsky. Moscou: Progress Publishers.
2. Galbraith, J.K. 1975. *Economics and the Public Purpose*, p. x. Nova Iorque: The Nex American Library, Inc.
3. *Ibidem*, p. x.
4. *Ibidem*, p. xi.
5. *Ibidem*, p. 27.
6. Zarodov, K. 1976. *Leninism and Contemporary Problems of the Transition from Capitalism to Socialism*, p. 54. Traduzido do russo por David Skivirsky. Moscou: Progress Publishers.

7. Lenin, em seu livro *Imperialismo, o Último Estágio do Capitalismo*, cita Cecil Rhodes: "de modo a salvar os 40.000.000 de habitantes do Reino Unido de uma guerra civil sangrenta, nós, estadistas coloniais, devemos adquirir novas terras para instalar a população excedente, para prover de novos mercados os bens produzidos nas fábricas e minas. O Império, como eu sempre disse, é uma questão de pão e manteiga. Se você quer evitar a guerra civil, você deve tornar-se imperialista. 1975. *Imperialism the Highest stage of Capitalism*, pp. 93-4. Pequim: Foreign Languages Press.
8. Schumpeter, J. 1942. *Capitalism, Socialism and Democracy*, caps. XII e XIII. Nova Iorque e Londres: Hasper & Brothers Publishers.
9. Veblen, T. 1971. *Les Ingénieurs et le Capitalisme*, p. 38. Paris, Londres e Nova Iorque: Gordon & Breach. Traduzido de *The Engineers and Price System*, Nova Iorque: Viking Press, 1948.
10. Lenin. V.I. 1972. *Collected Works*, vol. 24, p. 85. Londres: Lawrence & Wishart.
11. *Ibidem*, p. 85.
12. Aron, R. 1965. *Démocrat et Totalitarisme*. Paris: Gallimard.
13. Salvatori, M. L. 1978: *Eurocomunismo e Socialismo Soviético*, p. 114. Turim: Giulio Einaudi editore s.p.a.
14. Valli, B. 1976. *Gli Eurocomunisti*. p. 126, entrevistando Santiago Carrilo. Milão: Casa editrice Valentino Bompiani & C.S. p. A.
15. Zarodov, K. *Leninism...* (v. nº 6), p. 283.
16. Ponomarev, B.N. 1958. *Politichesky Slovar*, pp. 474-5. Moscou: Politizdat.
17. Salvatori, M. L. *Eurocomunismo...* (v. nº 13), p. 155.
18. Tikhonov, N.A. 1981: *Principais direções do desenvolvimento econômico e social da URSS para 1981-1985 e até 1990*, p. 24. Moscou: Edições da Agência de Imprensa Novosti.
19. Valli, B. *Gli Eurocomunisti* (v. nº 14), p. 125, entrevistando Santiago Carrilo.
20. Schumpeter, J. *Capitalism...* (v. nº 8), p. 195.
21. *L'Unità*, edição de 19.8.80, p. 11.
22. Veja-se a seguinte tabela comparativa de aumentos percentuais:

	1980	1980	1985
	PLANO	REAL	PLANO
Renda Nacional	26	20	19
Produção Industrial	37	24	27
Bens de Capital	40	26	27
Bens de Consumo	31	21	28
Agricultura	15	9	13
Produtividade	30	17	24

23. *Pravda*, edição de 28.11.79.

24. Brzezinski, Z. 1971. *Entre Duas Eras*, p. 124. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A. Traduzido do original em inglês por J.A. Fortes.
25. Marx, K. vol. 1, cap. X, seção VI.
26. Hubermann, L. 1962. *A História da Riqueza do Homem*, p. 210, citando Andrew Ure. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
27. *Ibidem*, p. 219.
28. Hobsbawm, E.J. 1962. *The Age of Revolution: 1789-1848*, p. 353. Nova Iorque: The New American Library.
29. Lenin, V. I. 1975. *Imperialism the Higher Stage of Capitalism*, p. 105. Pequim: Foreign Language Press.
30. *Ibidem*, p. 106.
31. *Ibidem*, p. 73.
32. Sternberg F. 1956. *Le Conflit du Siècle* p. 27. Paris: Editions du Seuil (traduzido do alemão por Joseph Rován).
33. Hobsbawm, E.J. *The Age of Revolution: 1789-1848* (v. nº 28), p. 259.
34. *Ibidem*, pp. 14 e seguintes.
35. Hobsbawm, E.J. *The Age of Revolution: 1789-1848* (v. nº 28), p. 262.
36. Sternberg, F. *Le Conflit du Siècle*, (v. nº 32), p. 167.
37. Hobsbawm, E.J. *The Age of Revolution: 1789-1848*, (v. nº 28), p. 256.
38. *Ibidem*, p. 129.
39. Sternberg, F. *Le Conflit du Siècle* (v. nº 32), p. 334.
40. Seguir-se-á o roteiro da crise conforme André Philip, *Histoire des Faits Economiques et Sociaux de 1800 à nos Jours*, Segunda Parte, Capítulo VII (Paris: Editions Mouton, 1963).
41. Milliband, R. 1970. *El Estado en la Sociedad Capitalista*, p. 89, citando Schoenbaum. México: Siglo XXI Editores, traduzido do inglês por Francisco Gonzalez Aramburu.
42. *Ibidem*, p. 91.
43. *Ibidem*, p. 91, citando F. Neumann.
44. Perroux, F. 1948. *Le Capitalisme*, p. 97. Paris: Presses Universitaires de France.
45. Veja-se a publicação *Transnational Corporations in World Development: a Re-Examination* (Nações Unidas), 1978.
46. Griffin, K. 1978. *International Inequality and National Poverty*, p. 111. Nova Iorque: Holmes & Meier Publishers, Inc.

47. *Ibidem*, p. 115.
48. Declaração da Conferência de Cúpula dos Países Industrializados realizadas em Ottawa, 21 de julho de 1981.
49. Schwoebel, S. "A Selva Monetária", citando Gaston Thorn. Publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 24 de janeiro de 1982.
50. Levinson, C. 1973. *L'Inflation Mondiale et les Firmes Multinationales*, pp. 120-1. Paris: Editions du Seuil.
51. Brzezinski, Z. 1971. *Entre Duas Eras*, p. 81 (v. nº 24).
52. Popov, S.M. *Socialism...* (v. nº 1), p. 161.
53. Segre, S. 1978. "La Questione Dell' Eurocomunismo". In *Le Trasformazioni del Comunismo Italiano*, p. 70, citando Enrico Berlinguer, editado por Antonio Lombardo. Milão: Rizzoli Editore.
54. Valli, B. 1976. *Gli Eurocomunisti* (v. nº 14), p. 36, citando Enrico Berlinguer.
55. *Ibidem*, p. 8, citando George Marchais.
56. *Ibidem*, p. 36, citando Enrico Berlinguer.
57. *Ibidem*, p. 8, citando Enrico Berlinguer.
58. *Ibidem*, p. 16.
59. Kissinger, H. 1978. "I Partiti Comunisti nell'Europa Occidentale: Sfida all'Occidente". In *Le Trasformazione...* (v. nº 53), p. 87.
60. Pellicani, L. 1978, "L'Alternative Impossible". In *Le Trasformazione...* (v. nº 53), p. 87.
61. Garaudy, R. 1972. *L'Alternative*, cap. III. Paris: Editions Robert Laffont S.A.
62. Kardelj, E. 1978. *Democracy and Socialism*, p. 17. Londres: The Summerfield Press.
63. Diretrizes para o 12º Congresso do POSH, adotadas em reunião do Comitê Central em 1º.11.79, cap. 3º.
64. Bettelheim, C. 1970. *La Transition vers l'économie socialiste*. Paris: François Maspero.
65. *Ibidem*, p. 30.
66. *Ibidem*, pp. 38-9.
67. *Ibidem*, p. 47.
68. *Ibidem*, p. 75.
69. Dahrendorf, Ralf. 1975. *The New Liberty*, p. 97. Stanford University Press.
70. *Ibidem*, p. 98.
71. Dahl, R. 1971. *Polyarch. Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press.

Maquiavel (Seminário na UnB)
Alberto Venâncio Filho et alii

Nacionalismo e Democracia
Ernest Gellner

Da Condição Histórica do Sociólogo
Raymond Aron

História e Mito
Eudoro de Sousa

Panorama das Idéias Estéticas no Ocidente I – Estética Antiga e Medieval
Fernando Bastos

Kant (Seminário na UnB)
Andrés R. Raggio et alii

Modelos Alternativos de Representação Política no Brasil e Regime Eleitoral, 1821 - 1921 (Seminário na UnB)
Afonso Arinos et alii

Os Partidos Políticos no Brasil – V. I e V. II
David V. Fleischer (org.)

Planejamento Estratégico
Golbery do Couto e Silva

De Maquiavel a San Tiago Dantas
Marcílio Marques Moreira

O Racionalismo Crítico na Política
Karl Popper

Hegel (Seminário na UnB)
Nelson Gonçalves Gomes (org.)

Idéias, um Livro de Entrevistas
Cora Rónai

Política e Direito
Afonso Arinos de Melo Franco

O Partido Liberal Mexicano e a Greve de Cananea
João Batista Pinheiro Cabral

Questões Críticas da Situação Internacional (Debates - Foro San Tiago Dantas)
Luiz Alberto Bahia et alii

Como se Escreve a História - Foucault Revolucionaria a História
Paul Veyne



Editora Universidade de Brasília